Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [x]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro
[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música
[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa
[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada
[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: _____

Programa de pós-graduação: Programa de Pós-graduação em História do Brasil

Outro: _____

Autor(a): Kátia de Araújo Silva

E-mail: katia.araujo@gmail.com

Orientador (a) Prof. Dr. Francisco Taleison da Costa Monteiro

Instituição: UFPI

Membro da banca: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

Instituição: UEPB

Membro da banca: Prof. Dr. João Paulo Charrone

Instituição: UFPI

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Titulação obtida: Mestre em História do Brasil

Data da defesa: 26/03/2025

Título do trabalho: COMBATER A OCIOSIDADE COM O TRABALHO: as ações governamentais de combate a seca no norte do Piauí (1877-1889)

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): _____

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: ⋈

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina - PI Data: 10/09/2025

Assinatura do(a) autor(a): Kátia de Araújo Silva

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

KÁTIA DE ARAÚJO SILVA

COMBATER A OCIOSIDADE COM O TRABALHO: ações governamentais de combate a seca no norte do Piauí (1877-1879)

Teresina – PI
2025

KÁTIA DE ARAÚJO SILVA

COMBATER A OCIOSIDADE COM O TRABALHO: ações governamentais de combate a seca no norte do Piauí (1877-1879)

Dissertação de mestrado acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

Teresina – PI

2025

KÁTIA DE ARAÚJO SILVA

COMBATER A OCIOSIDADE COM O TRABALHO: ações governamentais de combate a seca no norte do Piauí (1877-1879)

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Orientador – UFPI)

_____

Prof. Dr. João Paulo Charrone (Examinador interno – UFPI)

_____

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Examinador externo – UEPB)

Teresina – PI

2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

S586c Silva, Kátia de Araújo.
Combater a ociosidade com o trabalho : ações governamentais de combate à seca no norte do Piauí (1877-1879) / Kátia de Araújo Silva. -- 2025.
141 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2025.
"Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro".

1. História social do trabalho. 2. Piauí imperial. 3. Seca. 4. Migração e pobreza. 5. Trabalho. I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 331.09

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL

ATA Nº 22

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL, REALIZADA EM 26/03/2025.

Ao vigésimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala do mestrado PPGHB - UFPI, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora da dissertação intitulada: **COMBATER A OCIOSIDADE COM O TRABALHO: as ações governamentais de combate a seca no norte do Piauí (1877-1879),** de autoria da mestranda **Kátia de Araújo Silva,** candidata ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos Professores Doutores: Francisco Gleison da Costa Monteiro – UFPI (Orientador), Cristiano Luís Christilino - UEPB (Examinador Externo) e Joao Paulo Charrone – (Examinador Interno). Às quinze horas a sessão foi aberta pelo Presidente, que deu início aos trabalhos convidando a candidata a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Finda a exposição, o presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até trinta minutos para a arguição e a candidato de igual tempo para às respectivas respostas. A arguição foi iniciada pelo Prof. Dr. Cristiano Luís Christilino, e seguindo-se o Prof. Dr. Joao Paulo Charrone e finalmente, o Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, orientador da dissertação. A mestranda respondeu a todos os questionamentos. A seguir, a banca, em sessão secreta, avaliou a dissertação apresentada. Retornando ao plenário do exame foi dado conhecimento do resultado da avaliação. O Presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação **APROVADA**. Ficou estabelecido que a entrega da versão final, com as correções mandatórias, deverá ser feita no prazo de sessenta dias, a contar da assinatura desta ata. Após os cumprimentos de praxe o Presidente, congratulando-se com a candidata e agradecendo a audiência de todos, encerrou às dezoito horas, e para constar, foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, será subscrita por todos os membros da Banca Examinadora.

Observação: A Dissertação foi indicada para publicação.

Teresina, 26 de Março de 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – UFPI

Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Cristiano Luís Christilino - UEPB

Examinador (a) Externo (a)

Prof. Dr. Joao Paulo Charrone – UFPI

Examinador (a) Interno (a)

A minha avó, Isabel Ana de Araújo (in memoriam), por todo amor, apoio e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

“Põe tuas delícias no Senhor, e os desejos do teu coração ele atenderá. Confia ao Senhor a tua sorte, espera nele, e ele agirá.” Salmos 36, 4-5

A Deus, por inspirar sonhos em meu coração e me permitir realizar. Por toda força que me concedeu para conciliar pesquisa, trabalho e problemas de saúde.

Aos meus pais, Raimundo Pedro e Maria Estela, pelo amor e apoio incondicional, por não medirem esforços para que este sonho se concretizasse. Aos meus irmãos, Rodrigo e Gilmara, pelo companheirismo e incentivo ao longo dessa caminhada. Agradeço por terem me apoiado e investido sempre na minha educação. Ao meu amado sobrinho, Gustavo, por trazer alegria, leveza e esperança aos meus dias. Você ilumina minha vida, seu sorriso e energia me ajudaram atravessar as dificuldades desse tempo. Nós conseguimos!

A minhas primas, Patrícia, Gabriela, Maria de Jesus, Graziela, Carol e minha afilhada Karine, o carinho, força e incentivo de vocês foi fundamental. Obrigada pela ajuda financeira que me deram no primeiro ano do mestrado, nunca esquecerei este gesto de generosidade.

A padrinho Chagas, por me ensinar desde cedo a importância do estudo e por apoiar e ajudar financeiramente para que pudesse realizar a pesquisa no arquivo público.

Aos meus primos, Alexandre, Bruna e Cristiane, pelo carinho e apoio. Aos meus amigos, João Paulo, Cristiano, Marcos Moura, Melissa (in memoriam), Laura Jennifer, Raquel Fialho, Rebeca, Débora, Gabriel, Clecionarton, Francisco Everton e Rafael, pelos momentos de descontração e palavras de motivação nos dias de angustia, a amizade de vocês fez toda a diferença nesse processo.

A tia Odorina e Ana Maria, por me acolherem em sua casa com amor e carinho para que eu pudesse trabalhar ano passado, local onde parte desta pesquisa foi construída, gratidão por tudo!

As amizades que o mestrado proporcionou, as meninas do 201, Ana Ester, Ana Geórgia e Maira, conhece-las e criar laços foi uma das melhores coisas que aconteceu nesse tempo. Obrigada pelas conversas, momentos de descontração, apoio nas dificuldades, ajuda na pesquisa, aprendi muito com cada uma. Aos colegas de turma, Almerito, por toda generosidade em digitalizar documentos para a pesquisa, Rodrigo, Daniele, Higor, Igo, Maria Helena, Ítalo e Samuel, pela troca de conhecimentos e apoio mútuo.

O meu querido orientador, o Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, uma das pessoas mais humanas e generosas que conheço, pela paciência, zelo e serenidade com que conduziu a orientação. Obrigada por me acompanhar desde a graduação, por todos os ensinamentos.

Aos professores que ministraram disciplinas no mestrado em história, o Prof. Fábio Leonardo, Alcides Nascimento, Teresinha Queiroz, Pedro Vilarinho e Johny Santana, aprendi muito com vocês. Agradeço por todas as contribuições que deram para a minha pesquisa.

Aos queridos professores do Curso de História da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Rafael Ricarte, Olívia Candeia, José Lins Duarte, Raimundo Lima, seus ensinamentos foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos colegas Cássio, Maria de Lourdes e Kércia, com quem pude trocar experiências sobre a pesquisa, agradeço pela amizade e acolhimento.

Aos funcionários e administração do Arquivo Público do Estado do Piauí, por entenderem minhas limitações físicas e proporcionarem a melhor forma de realizar a pesquisa, em especial a seu Sebastião, Maria de Jesus e seu João Batista.

Ao Dr. Ricardo Valença, por toda atenção, paciência e cuidado. Sua dedicação foi essencial para que eu conseguisse realizar exames e cirurgia a tempo de continuar cursando as disciplinas e fazendo a pesquisa. Serei eternamente grata por tudo.

A fisioterapeuta Marinara Akeme e a personal Maria de Jesus, por toda atenção e comprometimento com meu bem-estar, afinal, quem consegue se concentrar e/ou ter um bom rendimento nos estudos sentindo dor? Vocês me ajudaram a ter uma melhor qualidade de vida nesse tempo. Gratidão!

Enfim, a todos que me ajudaram nesta caminhada.

“E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-brava que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho, nessas estradas de barro ruivo, semeado de pedras, por onde eles trotavam trôpegos, se arrastando e gemendo” Raquel de Queiroz, 1930.

RESUMO

O trabalho analisa as dificuldades enfrentadas pela classe pobre, mediante o cenário da seca de 1877-1879 no norte do Piauí, e as práticas do governo provincial para inseri-la no trabalho regular, por meio das ações da Comissão de Socorros. Examina os discursos construídos pelas elites piauienses sobre a seca e a população livre e pobre, os quais buscavam apresentar estes sujeitos como indolentes e preguiçosos. Desse modo, buscamos entender como os migrantes reagem a esse sistema de dominação, ou seja, as estratégias de sobrevivência e resistência usadas por estes sujeitos. Fundamenta-se em fontes hemerográficas – os jornais piauienses "A imprensa: Periódico Político (PI)" e o "A Época: Órgão Conservador (PI)", coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro –, em outros documentos escritos, como manuscritos da Comissão de Socorros Públicos, Ofícios dos contratantes de núcleos e os Relatórios de inspeção dos núcleos coloniais, encontrados no Arquivo Público do Estado do Piauí e, na historiografia nacional sobre o tema da seca, com Araújo (1991), Monteiro (2016), Gonçalves (2022) e Silva (2023). As discussões teóricas seguem as reflexões de Thompson (1987), Barros (2023), Eni Orlandi (1999), Revel (1998).

PALAVRAS-CHAVE: História Social do Trabalho. Piauí imperial. Seca. Migração e Pobreza. Trabalho.

ABSTRACT

This paper analyzes the difficulties faced by the poor class, in the context of the 1877-1879 drought in northern Piauí, and the practices of the provincial government to insert them into regular work, through the actions of the Relief Commission. It examines the discourses constructed by the Piauí elites about the drought and the free and poor population, which sought to present these subjects as indolent and lazy. In this way, we seek to understand how migrants react to this system of domination, that is, the survival and resistance strategies used by these subjects. It is based on newspaper sources – the Piauí newspapers "A imprensa: Periódico Político (PI)" and "A Época: Órgão Conservador (PI)", collected in the Digital Newspaper Library of the National Library of Rio de Janeiro –, in other written documents, such as manuscripts of the Public Aid Commission, Official Letters from the contractors of centers and the Inspection Reports of the colonial centers, found in the Public Archive of the State of Piauí and, in the national historiography on the theme of drought, with Araújo (1991), Monteiro (2016), Gonçalves (2022) and Silva (2023). The theoretical discussions follow the reflections of Thompson (1987), Barros (2023), Eni Orlandi (1999), Revel (1998).

KEYWORDS: Social History of Labor. Imperial Piauí. Drought. Migration and Poverty. Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.

Logística da distribuição de socorros públicos no Piauí, 1877-1879.....34

Figura 2.

Localidades do Piauí que tiveram obras públicas construídas pelos migrantes durante a seca de 1877-1879.....40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.

Relação dos crimes cometidos na Província do Piauí entre 1873 a 1879.....25

Quadro 2.

Quantidade de pessoas pobres e indigentes em Teresina, em 1878. 46

Quadro 3.

Quantidade de cereais existentes no deposito da Comissão de Socorros de Teresina, em 17 de dezembro de 1878.....57

Quadro 4.

Relação nominal dos migrantes empregados na construção do cemitério de Teresina e suas famílias para serem supridos pelo governo.....67

Quadro 5.

Migrantes existentes no núcleo Felicidade em janeiro de 1878.....81

Quadro 6.

Migrantes que entraram, saíram e faleceram no sítio Gandú entre maio e julho de 1878.....86

Quadro 7.

Total de migrantes que retiraram e se estabeleceram no Núcleo Gandu, no mês de agosto de 1878.....89

Quadro 8.

Estimativa parcial de embarque de migrantes nos vapores Paranaguá e Piauhy para fora da província do Piauí, em 1878.....118

Quadro 9.

Demonstrativo da quantidade de migrantes socorridos pela Comissão de Socorros de Teresina, em abril de 1879.....122

SUMÁRIO

1 Introdução 9

2 Anos secos no Piauí 18

2.1 Os pobres e a pobreza retratados nas fontes oficiais e nos jornais do Piauí oitocentista. 18

2.2 "Cortejo de males": representação da seca nos jornais piauienses. 29

2.3 A Comissão de Socorros Públicos e as ações de combate a estiagem no Piauí. 40

3. O trabalho como instrumento moralizador. 61

3.1 Combater a ociosidade com o trabalho: as obras públicas no Piauí 61

3.2 Os Núcleos Coloniais: Gandú e Felicidade......80

4.Imprensa, política e a seca no Piauí. 100

4.1 "Ladrões de casaca e de luva de pelica": as denúncias de desvio de verbas nas Comissões de Socorros Públicos. 100

4.2 O capitão Miguel Borges e as denúncias do jornal A Época. 109

4.3 "Temos chuvas copiosas e gerais": 1879 e a cessação dos socorros públicos. 118

Considerações Finais..... 127

Referencias 128

1 Introdução

A seca sempre fez parte do cotidiano do homem sertanejo e de tempos em tempos ameaçava a sobrevivência dessas pessoas. O Norte do Império do Brasil enfrentou durante todo o século XIX momentos de tensão devido à estiagem prolongada, sobretudo, na década de 1840 e nos últimos três anos da década de 1870 e em 1888-1889. A seca de 1877-1879 é considerada a seca de maior proporção no Oitocentos devido seu rigor econômico e social.[1]

O Piauí desde o período colonial tinha sua economia consolidada no criatório extensivo da pecuária e na agricultura de subsistência, esta estrutura era economicamente frágil sobretudo em períodos de crise como os anos de seca. Desse modo, as fazendas de gado "foi o núcleo base da produção econômica e espaço de sociabilidades da região sertaneja piauiense, concentrando os meios de produção e os trabalhadores em suas extensas léguas de terras, confirmando o caráter predominantemente rural desta sociedade."[2] Por conseguinte, na seca de 1877-1879 as elites agrarias piauiense tiveram sua fonte de riqueza afetada pela seca, assim como, as migrações internas certamente afetou a relação de dependência entre estes sujeitos e a classe trabalhadora.

A densidade populacional do Piauí era relativamente baixa se comparada a outras províncias no mesmo período. De acordo com o censo geral do Império de 1872[3], a população piauiense era de 282.308 habitantes, distribuídos nas poucas cidades, vilas e fazendas. Além disso, a posição geográfica do Piauí que a época limitava com as províncias do Ceará, Goiás e Maranhão contribuía para o fluxo migratório em momentos de crise, a exemplo, a seca nos anos 1877-1879.

No século XIX, algumas províncias do norte do Império foram afetadas pela seca, fenômeno climático e social recorrente nessa região. Os registros dão conta que milhares de pessoas tiveram seu cotidiano transformado, pois a estiagem comprometeu diretamente a agricultura, o criatório de animais e o abastecimento de água, tornando escassos os meios de subsistência. Com isso, a migração durante os anos secos foi uma das estratégias de sobrevivência da população residente nas províncias atingidas pela estiagem, como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Muitos destes migrantes adentraram o território

---

[1] NUNES, Odilon. ***Pesquisas para a História do Piauí.*** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1950.
[2] CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos piauienses:** trabalhadores livres no Piauí rural escravista (1850-1888). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2013, p.14.
[3] Brasil. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1876.

piauiense e juntando-se a pobreza local, passaram a depender das ações governamentais para sobreviver.

Nesse sentido, ao estudarmos a seca de 1877-1879 no Piauí, percebemos que houve uma relação entre a estiagem prolongada e questões sociais e políticas. Nesse sentido, Albuquerque Júnior[4], sinaliza para o fato de que a chamada "grande seca" teve repercussão nacional devido aos discursos com representações catastróficas da região Norte do Império do Brasil[5], que eram publicados nos jornais locais. Esses discursos eram geridos pela elite política que ao serem afetados pelos efeitos rigorosos da seca tornaram o fato conhecido, principalmente no âmbito político da época.

O trabalho analisa as dificuldades enfrentadas pela classe pobre, mediante o cenário da seca de 1877-1879 no norte do Piauí, e as práticas do governo provincial para inseri-la no trabalho regular, por meio das ações da Comissão de Socorros. Examina os discursos construídos pelas elites piauienses sobre a seca e a população livre e pobre, os quais buscavam apresentar estes sujeitos como indolentes e preguiçosos. Desse modo, buscamos entender como os migrantes reagem a esse sistema de dominação, ou seja, as estratégias de sobrevivência e resistência usadas por estes sujeitos.

Nossa pesquisa tem como mote os migrantes, tendo em vista que o Piauí foi durante a "grande seca" uma rota para os retirantes que fugiam em busca de melhores condições de sobrevivência. Com efeito, os locais que percorremos para perceber as vivencias da pobreza diante das ações de controle e disciplina do governo são os núcleos colônias, onde os proprietários davam terras para construção de casas e para trabalhar na lavoura, em contrapartida o governa fornecia alimentos, roupas e remédios e também, as obras públicas construídas nas diferentes localidades do norte piauiense com a mão de obra migrante. O contato com as fontes manuscritas e os jornais nos direcionou aos seguintes questionamentos que nortearam nossa pesquisa:

- Quais as práticas de controle aos migrantes foram utilizadas pelo governo provincial?
- Como os emigrantes e a seca eram representados nos discursos oficiais?
- Quem foram os membros da elite que se beneficiaram com os recursos da seca?
- Quais as estratégias os migrantes utilizaram para resistir as tentativas de controle e disciplina do governo e elite?

---

[4] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.28, p.111-120, 1995.

[5] No século XIX a divisão regional era diferente da que conhecemos atualmente. A região que hoje compõe o Nordeste do Brasil, chamava-se Norte. Portanto, neste trabalho iremos nos referir ao Nordeste como Norte, pois assim a região era conhecida no período no qual situa-se este estudo.

Desde pequena ouvia minha avó materna, Isabel Ana de Araújo (in memoriam), contar que o meu tetravô, Manoel Isidoro, havia migrado da região do município de Inhuma durante um período de seca e se estabeleceu a beira do riacho Bananeira e formou o povoado Tabuleiro, hoje pertencente a cidade de São João da Canabrava-PI. Além disso, meu avô materno Benedito Pereira de Araújo (in memoriam) e meu pai, Raimundo Pedro da Silva, juntamente com outros familiares, trabalharam na construção de uma barragem durante uma emergência da seca na década de 1980. Estes relatos despertaram em mim a curiosidade de conhecer mais sobre essa temática recorrente na vida de nós nordestinos.

Meus pais são agricultores e por diversas vezes presenciei a apreensão deles, temerosos de que não houvesse um bom inverno e consequentemente não tivesse uma boa colheita. Meu pai, ao chegar o mês de novembro já começava a observar a vegetação e os sinais da natureza olhando para determinadas plantas e observando se estavam florescendo, o não florescimento é considerado prenuncio de um mal inverno. Ao entrar em contato com a literatura da seca com a obra O quinze de Raquel de Queiroz e Vidas secas, de Graciliano Ramos, desenvolvi ainda mais meu interesse pelo tema, sentindo-me instigada a conhecer mais histórias e compreende-las.

Na universidade, tive a oportunidade de aprofundar um pouco mais sobre a temática durante um projeto de ICV (Iniciação Científica Voluntária) de 2020 a 2021, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, intitulado “As obras públicas e os trabalhadores no período de estiagem nos oitocentos piauiense”. O contato com as fontes e a bibliografia sobre a seca no Piauí e o século XIX, provocaram o desejo de dedicar ao tema e desenvolver a minha pesquisa da monografia sobre as representações e discursos sobre a seca no Piauí.

O trabalho tem pretensão de contribuir para a construção do conhecimento histórico sobre a seca e não apenas repetir o que ficou registrado nas fontes consultadas. A pesquisa destacará também o papel das camadas populares, mostrando suas experiências e lutas diante do fenômeno climático e das ações desenvolvidas pelo Estado e pelos proprietários de terra.

Dialogamos com autores que refletiram sobre a temática no Piauí e autores que se dedicaram ao tema noutros estados da região Nordeste e em especial no Piauí. Nossa pesquisa parte do pressuposto de compreender a fonte como parte de uma construção histórica, ou seja, o documento não é algo imparcial, faz parte de manifestações históricas que dizem muito para nós sobre um determinado período de tempo no qual a realidade social foi construída. Dessa forma, olhar de forma criteriosa e crítica para os documentos é dever nosso de cada dia. Nessa perspectiva Le Goff afirma que:

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silencio.[6]

Desse modo, afim de termos uma maior compreensão sobre o uso dos jornais enquanto fonte, assim como de perceber a importância e a atuação dos jornais durante o século XIX, estabelecemos um diálogo com Tânia de Luca a qual nos dá subsídios teóricos para entender os periódicos como construtores de uma visão de mundo, de percepções de vida social, política e econômica.[7]

Sobre a seca 1877-1879 na província do Piauí, utilizamos a pesquisa da historiadora Maria Mafalda Baldoíno de Araújo(2010) que contribui de forma significativa para essa temática, uma vez que analisa o cotidiano e as vivências dos sujeitos pobres em Teresina em busca de sobrevivência durante o período estudado nesse trabalho. A tese de Márcio Douglas de Carvalho e Silva,[8] é fundamental para compreendermos a dinâmica das migrações que ocorreram do Ceará para o Piauí e sobre o funcionamento dos Núcleos Coloniais e das obras públicas.

Outro pesquisador que contribuiu conosco foi Francisco Gleison da Costa. Monteiro[9] porque refletiu sobre a visão das autoridades em relação à população pobre, bem como a imposição do trabalho que as práticas de controle empregadas pelo governo contra pobreza como forma de controle social. As discussões feitas por Monteiro, nos auxiliam a compreender como funcionava a estrutura de trabalho durante o século XIX, sobretudo durante os anos de estiagem e de como os migrantes foram enquadrados no regime de trabalho.

José Weyne Freitas Sousa[10] ao analisar a seca 1877-1879 na província do Ceará destaca as ações implementadas pelo governo através da comissão de socorros públicos, evidencia as intenções que haviam por trás dessa assistência prestada aos migrantes, dessa forma "o conceito de "socorros públicos" foi subvertido pelo esforço das elites políticas do Nordeste, sobretudo do Ceará, conjugando o sentido de "assistência" com o de "progresso", na proporção em que

---

[6] LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In: História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p.538

[7] LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2° ed. 2° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

[8] SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

[9] MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

[10] SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n.52, p.178-219, Jan-Abr. 2015.

substituiu o socorro direto pelo indireto".[11] O diálogo com este autor nos ajudou com a análise dos socorros públicos no Piauí e de como a política dos socorros direto e indireto foi empregada nesta província, além de nos auxiliar na compreensão da construção dos termos desvalido e retirante, atribuídos aos migrantes da seca.

Houve durante a chamada "grande seca" nos anos de 1877-1879, um grande fluxo migratório. Os flagelados pela seca não tendo mais esperança de chuva e vendo as escassas condições de sobrevivência, começaram a migrar tanto para fora da província como também ocorreram as migrações internas. O Piauí recebeu uma leva de migrantes vindos principalmente da província do Ceará, esses deslocamentos segundo Dayane Julia Carvalho Dias[12] ocasionaram o aumento na mortalidade e proliferação de doenças. Essas migrações segundo a autora eram uma estratégia de sobrevivência dos retirantes que padeciam de fome e sede. Conforme mostra a citação a seguir.

> A seca ocorrida entre 1877 e 1879 nas províncias do Norte estimulou a imigração massiva de indivíduos oriundos do interior em direção às capitais provinciais, em busca de socorros públicos. Tais imigrantes eram denominados "retirantes da seca". Nas regiões do Sertão Cearense, onde a economia era baseada, principalmente, na pecuária e na agricultura, o impacto da seca foi maior, causando fome, morte e deslocamento.[13]

Com a finalidade de nos auxiliares na compreensão do modo como os migrantes resistiram as ações de controle da elite política no Piauí, faremos uso dos estudos do historiador inglês Edward Palmer Thompson[14], com suas reflexões sobre experiência e consciência de classe pela população migrante, de como estes se articularam para lutar contra a dominação da elite.

A seca no norte do Império desencadeou uma série de discursos e notícias nos jornais. A imprensa é um importante aparelho ideológico da elite e com tal se utilizaram dela para cobrar medidas ao governo, denunciar fraudes nas comissões, narrar o estado de miséria dos desvalidos. Nesse sentido, para uma melhor compreensão desses discursos, utilizamos as reflexões de Eni Orlandi.[15]

---

[11] Ibidem. p. 185.
[12] DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). Resgate – **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 27, n. 2 [38], p. 175-194, jul./dez. 2019.
[13] Ibidem. p. 178.
[14] THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
[15] ORLANDI, Eni P. **Analise de discurso:** princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

Ainda sobre a bibliografia nacional, consideramos relevante o diálogo com Márcio Douglas de Carvalho e Silva[16], o qual estuda a migração de cearenses para o Piauí nas secas de 1877 e 1891. Silva apresenta informações importantes sobre os migrantes, mostrando o protagonismo destes homens e mulheres, apresentando trajetórias individuais e dinâmicas dos núcleos coloniais.

Para a elaboração e construção desta pesquisa, utilizamos como fonte o jornal "A Imprensa: Periódico Político (PI)" através das edições publicadas entre os anos de 1877 a 1879, bem como o "A Época: Órgão Conservador (PI)" nas edições dos anos 1878 e 1879, os quais serão coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os quais trazem narrativas a respeito da seca, dos migrantes, das comissões de socorros públicos, do cenário social e político da época. Além disso, usamos a documentação manuscrita do Arquivo Público do Estado Piauí-APEPI, entre os documentos coligidos estão as mensagens e relatórios presidenciais, relatórios das inspeções dos núcleos coloniais, os ofícios da comissão de socorros públicos e os ofícios dos contratantes de núcleos.

Para tanto, ressaltamos que os documentos manuscritos trazem em sua maioria a visão de mundo das autoridades sobre a situação da seca, a pobreza e os migrantes, diante disso, tem-se a necessidade de um maior esforço de interpretação, isto é, devemos problematiza-las para que não somente seja reproduzido e reafirmado que elas informam. Com efeito, foi necessário o cruzamento de dados entre a documentação manuscrita e as notícias dos jornais.

Enfatizamos que, os discursos nos jornais foram construídos em momentos distintos de ocupação política dos partidos Conservador e Liberal no poder provincial, isto é, em 1877 início da seca os conservadores ocupavam os cargos do governo, já nos anos subsequentes estes passaram a ser a oposição piauiense, tendo em vista que os liberais ascenderam ao poder político. Reforçamos que o jornal *A Época* pertencia ao partido Conservador, já o *A Imprensa* era dirigido pelos membros do partido Liberal. Por conseguinte, deve-se olhar atentamente a forma como cada notícia é narrada, pois sabemos que à medida que se muda de posição na hierarquia do poder os discursos tendem a mudar.

Percebemos isso, a partir dos constantes "ataques" e denúncias presentes na narrativa dos dois jornais. Nesse sentido, os periódicos eram usados como instrumento de poder pela elite política que muito mais do que cobrar e informar sobre a situação da seca, visavam alcançar seus próprios interesses. Não obstante, encontramos na documentação manuscrita a reprodução de um discurso homogêneo que buscava representar a população pobre e migrante como vadias,

[16] SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

afeitas aos crimes e que para tanto era necessário dar uma ocupação para estes sujeitos não permaneceram no ócio.

Por conseguinte, após fazermos o cruzamento de informação entre os documentos manuscritos e os discursos dos jornais, encontramos alguns lugares comuns nos quais os migrantes trabalharam durante a seca, a saber: os núcleos coloniais e algumas obras públicas como a construção da igreja São Benedito e do cemitério na cidade de Teresina. Com isso, percebemos que essa população pobre e desvalida foi enquadrada dentro dos discursos oficiais e o governo provincial empreendeu esforços para dar trabalho aos migrantes.

Durante as leituras sobre a historiografia da seca no Piauí, observamos que as pesquisas se concentram em grande medida na capital ou abordam a seca em toda a província. Tal fato nos levou a olhar para a região norte do Piauí por perceber uma grande concentração de migrantes em vilas como Valença e Piripiri, além disso, nas obras construídas com a mão de obra migrante, a região sul recebeu somente uma construção em São João do Piauí, as demais se concentraram no Norte. Depois de Teresina, a vila de Valença foi o local com maior quantidade de edificações o que reforça a tese de que a migração foi mais intensa nessa região.

Nossa pesquisa buscou perceber as experiências dos migrantes a partir dos locais de trabalho. Nesse sentido, buscamos informações sobre as diversas obras construídas no norte do Piauí, pois até o momento não há estudos que aborde as obras públicas fora dos arredores de Teresina. Para tanto, coletamos documentos das comissões de socorros das vilas onde os migrantes realizaram algum serviço afim de obter maiores informações.

Recentemente, o historiador Márcio Douglas de Carvalho e Silva[17], contribuiu para o estudo das obras públicas no Piauí ao discutir sobre a ocupação da mão de obra migrante na seca de 1877-1879 e 1888-1889. A análise deste autor volta-se para os serviços realizados em Teresina no contexto da seca, sobre as condições de trabalho e formas de pagamento entre outros aspectos. A discussão feita por Silva, pertinente e relevante por nos apresentar a dinâmica do trabalho aos migrantes nos anos secos e de como o governo substituiu o socorro direto pelo indireto no Piauí.

Assim sendo, para além dos serviços realizados em Teresina, ampliamos nossa discussão para as vilas do interior na região norte da província. Para tanto, fez-se necessário o uso da documentação manuscrita da Comissão de Socorros destas vilas que até então não haviam sido estudadas e também a descoberta de novas fontes sobre as obras públicas na capital,

[17] SILVA, 2023.

sendo possível identificar o nome e quantidade dos trabalhadores na obra do cemitério municipal.

Um dado relevante é a reforma da cadeia da vila de União que até então não havia sido estudada, mas encontramos uma notícia no jornal A Época com informações precisas sobre obra. Para a discussão das obras públicas no Piauí, trazemos a discussão de fontes que ainda não haviam sido estudadas, a exemplo, da obra do cemitério de Teresina sobre a qual localizamos um documento com o número exato de trabalhadores, o nome e quantos familiares possuíam para serem socorridos pela comissão de socorros.

Por conseguinte, identificamos que, durante a seca, os migrantes eram direcionados a trabalhos alternativos, como o descarregamento de cereais, a limpeza de ruas e até mesmo a escavação de covas para o sepultamento de indigentes. A remuneração por esses serviços raramente ocorria em dinheiro, sendo geralmente oferecidos apenas carne e cereais. No entanto, conforme consta na documentação da Comissão de Socorros Públicos, esses gêneros de subsistência já estavam destinados pelo governo da Província, as pessoas desvalidas. Tal prática reforça a estratégia da elite política piauiense de manter os migrantes ocupados em alguma atividade.

Após uma análise minuciosa das fontes, percebemos que os migrantes reagiram ao sistema de dominação que lhes foi imposto. Foram diferentes estratégias e formas de resistir a imposição do trabalho regular, desde fugas dos núcleos coloniais e retirada das obras públicas, negar-se a construir roças e casas e, um ponto importante foi nossa descoberta sobre a tentativa de um grupo de migrantes que se utilizando da mudança de nomes, conseguiram receber alimentação em dois núcleos coloniais ao mesmo tempo.

Ao estudarmos a seca é comum as discussões sobre o favorecimento da elite com o dinheiro público. Nós queríamos apresentar informações contundentes sobre os favorecidos, foi quando ao analisar a documentação manuscrita e os jornais, encontramos um nome recorrente nessas fontes, o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. De acordo com nossa investigação, durante a gestão do partido Liberal, Miguel Borges assinou três contratos com a comissão de socorros e ainda ocupou um cargo remunerado na mesma comissão.

Inicialmente, pensamos que o beneficiamento com os auxílios fosse apenas através de meios ilícitos, como por exemplo, desvio de cereais, usar o dinheiro destinado aos migrantes para fins particulares, mas ao utilizar a trajetória do capitão, compreendemos a pluralidade das ações que muitas vezes ocorriam por vias legais com a celebração de contratos, indicação de parentes ou membros dos partidos para prestar algum serviço.

De acordo com Jacques Revel[18], ao realizarmos estudos de uma trajetória individual, isto é, escolher um fio condutor para analise, torna-se possível ter uma maior percepção da sociedade na qual está inserido. Nesse sentido, ao analisarmos a relação de Miguel Borges e o enriquecimento durante a seca, podemos visualizar melhor como ocorreu a chamada indústria da seca no Piauí.

Dessa forma, este estudo se mostra relevante por oferecer novas perspectivas sobre a seca de 1877-1879 no Piauí, ao destacar a inserção dos migrantes nos núcleos coloniais e nas obras públicas, bem como as estratégias de resistência desses sujeitos diante do sistema de imposição ao trabalho. Além disso, contribui para o campo da História Social do Trabalho ao abordar aspectos poucos explorados pela historiografia piauiense, como a experiencia dos migrantes nas obras públicas do norte da província. Por fim, distingue-se por ser o primeiro estudo sobre a seca de 1877-1879 no Piauí a identificar, com base em evidencias documentais, a atuação de um membro da elite local que se beneficiou financeiramente da chamada "indústria da seca".

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, "**Anos secos no Piauí",** apresentamos, mediante análise da documentação coligida, a forma como a pobreza era vista pela elite piauiense, as dificuldades enfrentadas por estes sujeitos durante a seca e expomos ainda, as ações de combate à seca empreendidas pelas comissões de socorros.

O segundo capítulo **"O trabalho como instrumento moralizador"** discutimos sobre as obras públicas no Piauí e os Núcleos coloniais, e como estas ações assistencialistas buscaram conduzir os migrantes ao trabalho regular como uma forma de controle social. No terceiro capítulo **"Imprensa, política e a seca no Piauí"** apresentamos os discursos nos jornais piauienses que denunciavam as fraudes nas Comissões de Socorros Públicos, apresentamos também a trajetória individual de Miguel Borges, acusado pelo jornal *A Época* de beneficiar com os recursos da seca. Finalizamos esse capítulo mostrando como aconteceu a dinâmica do fim dos socorros no Piauí.

[18] REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

2 Anos secos no Piauí

> "Dia a dia, com forças que iam minguando, a miséria escalavrava mais a cara sórdida, e mais fortemente os feria com sua garra desapiedada. Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol.".[19]

2.1 Os pobres e a pobreza retratados nas fontes oficiais e nos jornais do Piauí oitocentista.

Ao pensarmos uma discussão sobre a seca, consideramos importante apresentar ao leitor a população livre e pobre piauiense que, juntamente com os diversos migrantes que ingressaram nesta província, tornaram-se um dos principais temas das discussões político-social do Piauí, no final da década de 1870, por ser o contingente populacional mais afetado pelos rigores da seca.

Segundo o historiador Francisco Gleison da Costa Monteiro[20], o perfil dos homens livres e pobres, era de uma população movediça e escorregadia. Estes sujeitos trabalhavam de forma autônoma, em trabalhos temporários ou cuidando de suas pequenas plantações. Consequentemente, as elites incomodaram-se com a insubordinação das camadas sociais de pessoas livres e pobres e passou a construir o discurso de que estes eram "indolentes e impróprios ao trabalho regular.".[21]

Ainda segundo este autor, o governo provincial procurou manter essa população pobre sob vigilância, pois consideravam estes sujeitos como pervertidos, indisciplinados e arredios ao trabalho. Dessa forma, a pobreza foi sendo construída nos discursos oficiais como pertencentes ao "mundo da desordem". Por essa razão, as autoridades procuraram vigiar as ações dessas pessoas com o intuito de evitar qualquer perturbação da ordem e do sossego público.

Não obstante, as autoridades procuraram meios para manter os homens livres e pobres ocupados. O discurso oficial enfatizava que "o trabalho moralizava e prevenia os roubos e a desordem."[22] Diante disso, essas pessoas passaram a ser cada vez mais vigiadas e coagidas pelas leis imperiais e pelos códigos de posturas municipais. Na vila de Valença, por exemplo, embasados na Resolução de n°890, de 6 de agosto de 1874, é tratado a respeito das posturas que os cidadãos deveriam tomar. Abaixo trazemos um trecho da lei.

> Os vagabundos que forem encontrados nas ruas desta villa em estado de ociosidade serão conduzidos a presença da autoridade policial, perante a qual assignarão um

---

[19] QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.p.28.
[20] MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.
[21] Ibid. p. 124.
[22] Ibid. p.136.

> termo, em que se obrigem a exhibir dentro de quinze dias documentos que provem terem adoptado occupação util, sob pena de oito dias de prisão.[23]

Dessa forma, fica evidente a articulação do estado para controlar as ações dos homens livres e pobres através da lei e da justiça. Estes indivíduos por sua vez negavam-se a subordinação dos patronados locais, a negação era mal vista pelas autoridades que aderiram ao longo Império medidas coercitivas no intento de disciplinar o homem livre. Segundo Monteiro, tentou-se também "fazer o transeunte migrar para outras localidades se não quisesse sair da "ociosidade" ou abandonar a "preguiça"."[24] Além disso, construiu-se uma imagem pejorativa em relação aos livres e pobres no Piauí, "pelo fato de estes não terem instrução e nem vontade alguma de prestar serviços na lavoura"[25] Logo, o não aproveitamento da mão de obra livre era visto como uma das causas do atraso e estagnação do mercado interno da província.

A economia do Piauí na segunda metade do século XIX, tinha como principal fonte de renda o comercio de gado, dessa forma, a arrecadação da receita provincial provinha principalmente da cobrança do dizimo[26]. Ou seja, embora houvesse momentos de crise e estagnação, o criatório de gado continuou a ser a importante fonte de renda.[27] Assim sendo, a economia piauiense advinha dos currais através da comercialização do gado feita pelos grandes proprietários. Com isso, no período de seca tornava-se difícil a manutenção dos criatórios pois a pastagem ficava escassa em algumas regiões e falta de água ameaçava a sobrevivência dos animais, o que levou muitos fazendeiros a retirar os rebanhos para outros lugares onde a seca não fosse tão grave ou a vende-los, o que ocasionou um agravamento nas arrecadações das receitas. Desse modo,

> É certo que em períodos de crise, a economia tende a retrair, mas o que se observa é que possuindo sua principal fonte de renda associada ao dízimo do gado, as finanças provinciais se viam seriamente comprometidas, principalmente em um cenário que, tanto a migração de outras províncias, como também a interna, começava a ganhar força.[28]

Em tais circunstancias 50 criadores de Príncipe Imperial, enviaram aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial, em 5 de maio de 1877, uma solicitação de criação de lei que

---

[23] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Posturas de Valença. In.: Código das Leis Piauienses 1874. Tomo 32. Parte 1. Secção 1. Theresina: Typ. do Piauhy, Rua Bella n.° 42. 1876, p. 216.
[24] MONTEIRO, 2016, p.135.
[25] Ibid. p.138.
[26] De acordo com Teresinha Queiroz (2006), as receitas advindas do setor pecuário totalizavam 50% do valor arrecadado pelo tesouro provincial entre as décadas de 1850 a 1890. Segundo a autora "As receitas provinciais, nesse período, foram, em geral, estacionárias, ou apresentaram-se em declínio, o que evidencia perdas sensíveis na economia." (QUEIROZ, 2006, p.20-21) Outrossim, mesmo nos períodos de crise como a seca de 1877-1879, o gado continuou a ser a principal riqueza do Piauí.
[27] QUEIROZ, Teresinha. Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 2006.
[28] SILVA, 2023, p. 81.

isentasse aquela comarca "não somente do pagamento dos dízimos vencíveis, como do lançamento que se tem de proceder." Alegava-se que em consequência da seca era contristador o modo pelo qual se encontrava aquela localidade, logo, os prejuízos financeiros eram evidentes pois a arrecadação era pouca e se agravava devido à seca. Além disso, a retirada do gado para outros locais é apontada como prejudicial ao rebanho pois "não só a mudança do clima, como da mesma pastagem differente da deste sertão, lhe trará infallivelmente a completa destruição."[29]

O pedido é considerado pelos criadores como "summente justo" por ser a dificuldade financeira de Príncipe Imperial ocasionada pela seca, além disso, apontam que ao isentar apenas aquela comarca não iria prejudicar as rendas da província. Alegava-se principalmente que outrora não haveria problemas em cumprir com os deveres, mas que naquele momento poderiam cair na "dura necessidade de regar a terra com o suor de seu rosto para cumpri-la, tendo de mais ao lado uma pobre família que lhe pede uma parte de seu trabalho para sua subsistência"[30]

Importante ressaltar que durante a seca nem todas as freguesias foram atingidas pelo flagelo na mesma proporção. A vista disso, Márcio Douglas de Carvalho e Silva, informa que não houve regressão dos rebanhos de gado em todo o Piauí, em locais como Barras, Jerumenha e Bom Jesus, o criatório manteve-se em crescimento e por vezes se elevou, o que segundo o autor é um demonstrativo de que "a seca não afetava significativamente todas as regiões do Piauí."[31] Nesse período também é apontado por Silva, um intenso comercio de gado entre as vilas de Jaicós e Valença, com a província do Ceará. Inferimos que tais fatores influenciaram os fazendeiros de Príncipe Imperial a fazer a solicitação de isenção do imposto sobre o gado, pois para eles nem todos os criadores estavam em situação de igualdade durante a seca, conforme informam abaixo:

> Não queremos que esse favor attinja ao futuro, no qual a sorte nos trouxer a bonança, queremos, sim, que elle se limete à epocha do soffrimento. Se hoje tanto soffremos, ao menos devem-nos conceder um lenitivo a tantos males. (..) Assim terá o criador de supportar uma grande diminuição no capital empregado, visto como o gado se acha a venda por um preço insignificante, e de modo que, pagando-se o referido imposto e as despesas do transporte, nada vem a restar para compensar o dito capital.[32]

[29] PRÍNCIPE IMPERIAL. A IMPRENSA, N°508, p.3, ano XII, Teresina 9 de junho de 1877.
[30] Idem.
[31] SILVA, 2023, p. 80.
[32] PRÍNCIPE IMPERIAL. A IMPRENSA, N°508, p.3, ano XII, Teresina 9 de junho de 1877.

De acordo com Teresinha Queiroz[33], no decorrer do século XIX, as décadas de 1850 e 1860 caracteriza-se pelo bom desempenho das exportações do gado e do algodão[34], isto é, considera-se como um momento de prosperidade da província do Piauí. No entanto, na década seguinte "essa tendência se inverte." Essa mudança é decorrente da perda do espaço piauiense no âmbito nacional, pois enquanto as províncias da região centro-sul passavam por transformações econômicas, o Piauí continuava com o mesmo modo de produção. Com isso "O gado piauiense perdia, enfim, competitividade nos tradicionais mercados consumidores do Nordeste, nas províncias do norte, caso do Pará, e no próprio mercado externo."[35]

Entendemos que os homens livres estiveram dedicados a atividades nas fazendas de gado, seja como vaqueiro ou exercendo outras funções. Também é possível localiza-los trabalhando na lavoura que nesse período caracterizava por ser voltada basicamente para o consumo interno, ou seja, a agricultura de subsistência.[36] De acordo com Monteiro o serviço prestado na lavoura "pautada por pagamento em diárias, ocupando, esporadicamente, aqui e ali, a função de jornaleiro, de modo que estes trabalhadores faziam de tudo um pouco: capinagem, roça etc. Numa fazenda desenvolviam, às vezes, as mesmas funções que os escravos."[37] Avaliamos que homens livres e escravos trabalharam concomitantemente nas propriedades rurais do Piauí.

A produção agrícola no Piauí era diminuta, basicamente para o consumo familiar. Dessa forma, a província não dispunha de excedentes significativos para o mercado. Observamos que durante a seca a província enfrentou dificuldades no fornecimento de cereais sendo necessária a compra-los fora. Nesse sentido, a agricultura de subsistência apresenta-se frágil em períodos de crise, pois além da população local havia um grande número de migrantes, sendo a quantidade de gêneros alimentícios insuficiente para alimentar a todos.

Dito isto, consideramos importante apontar que tanto nas fontes manuscritas quanto nos jornais analisados nesta pesquisa, a pobreza é representada pela perspectiva do outro. Dessa

---

[33] QUEIROZ, 2006.

[34] Ressaltamos, que os maiores índices da comercialização internacional do algodão tiveram relação direta com a Guerra de Secessão (1861 1865) nos Estados Unidos, o que levou a uma queda nas exportações desse gênero naquele país.30 Alguns proprietários animados com a exportação comercial do algodão passaram a se interessar pelo seu cultivo "uma vez que podiam ceder terra para meeiros moradores e, com isso, obter renda extra." (ARAÚJO, 1991, p.26). Todavia, nos anos subsequentes principalmente durante o período da seca de 1877-1879, observa-se a diminuição na produção do algodão. Aliado a isso, houve também uma queda no preço desse produto, porém, ressaltamos, que o Piauí continuou a exportar o algodão embora fosse em menor escala para outras províncias da região Norte do Brasil.

[35] QUEIROZ, 2006, p.21.

[36] De acordo com Queiroz (2006), a cultura alimentar de subsistência no Piauí tinha por base os seguintes cereais: arroz, feijão, milho e mandioca. Além disso, informa que o cultivo desses cereais era feito em toda a província. p. 25.

[37] MONTEIRO, 2016, p. 114-115.

forma, ao buscar reconstituir a história desses indivíduos, é necessário juntar os fragmentos de cada discurso, separar e analisar atentamente. Nesse processo de contato com a fonte, é importante fazer o cruzamento de informações, tentar perceber os ditos e não ditos, e até mesmo "saber o que tirar e o que abandonar"[38]. Nesse sentido, a historiadora Arlete Farge[39], nos diz que:

> Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixa-las morrer uma segunda vez. O espaço é estreito para elaborar uma narrativa que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença.[40]

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, é o historiador quem dá vida aos documentos que analisa, pois "É ele que faz novamente o documento significar, que faz os rostos que estes documentos desenham em traços rápidos ou excessivos, novamente ganhar movimento."[41] Ou seja, é o historiador quem dá sentido ao documento. Dessa forma, Albuquerque Júnior compara o trabalho do historiador ao de um artesão, pois assim como os artesãos, nós escolhemos a matéria prima "os restos, os fragmentos de narrativas sobre o passado e sobre o presente"[42]. Assim sendo, os historiadores separam esses vestígios deixados nos documentos e tecem fios, ligam uma informação a outra, separam, recolhem e moldam seus objetos, para construir a narrativa histórica.

Analisamos as informações da documentação coligida com a historiografia local com o intuito de mostrar como viviam os pobres no Piauí, nos espaços urbano e rural. A pobreza vivia em condições precárias, suas habitações eram bastante modestas, geralmente eram casas de palha, o que muitas vezes expunha esses indivíduos a situações de perigo como os incêndios, "Manifestou-se um no lugar Barrocão, subúrbio desta capital, no dia 14 do corrente as 5 horas da tarde; sucedendo serem queimadas seis casas de palha."[43]

De acordo com Maria Mafalda Baldoino de Araújo,[44] na segunda metade do século XIX, o Piauí passou por transformações materiais. Entretanto, pontuamos que apesar das elites

---

[38] FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo.** Tradução: Fátima Murad. Edusp: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
[39] Ibid.
[40] Ibid. p.117.
[41] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastos e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. In:_____ **O tecelão dos tempos**: novos ensaios sobre história. São Paulo: Intermeios, 2019, p.26.
[42] Ibid. p.3.
[43] INCÊNDIO. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 15, n° 609. p.4. 17 de setembro de 1879.
[44] O Piauí passou por um processo de modernização que estava diretamente relacionado as transformações materiais. Nesse período, a sede da capital foi transferida de Oeiras para a Vila Nova do Poti, isso ocorreu em função do imaginário progressista muito presente na sociedade do Brasil Império. Com isso, acreditava-se que a instalação da capital no novo espaço seria favorável ao desenvolvimento econômico da província, pois a mesma situava-se as margens do rio Parnaíba o que possibilitaria a comunicação com o interior do Piauí, com os centros

políticas buscarem a modernização da província, esse processo ocorreu de forma lenta e gradual sendo perceptível a partir do relato mencionado acima no qual havia casas de palha em Teresina. Outrossim, a capital instalada a poucas décadas antes da grande seca tinha o contraste entre o "urbano e rural".

Ainda segundo Araújo, os homens livres e pobres de Teresina exerciam diferentes ocupações diárias. Os homens trabalhavam transportando lenhas e pedras em animais, como cargueiros de água, operários, viviam da lavoura, da caça de animais do mato e da pesca. Já as mulheres, além de dedicarem-se aos afazeres domésticos também trabalhavam como lavadeiras, vendiam comida e artesanato.[45]

Grande parte dos homens livres e pobres habitavam os sertões adentro do Piauí. Havia entre estes sujeitos uma certa mobilidade e fácil adaptação. Diante disso, vão ser variadas as formas de trabalho e sobrevivência que ocuparam. Parte desta população pobre empregava-se nas fazendas no trabalho na lavoura ou na pecuária. Outros ganhavam o "pão" como jornaleiros e até mesmo, vivendo em lugares ermos de forma autônoma, da produção dos pequenos roçados, da caça e da pesca.

Ponderamos que, na segunda metade do século XIX a sociedade piauiense "estava estratificada em categorias sociais nitidamente definidas e o elemento definidor era a posse de títulos fundiários."[46] Ou seja, em um ambiente predominantemente rural, os pobres e trabalhadores distinguiam-se dos grandes proprietários através do vínculo que estabeleciam com a terra. Lembremos que, no período analisado neste trabalho a propriedade das terras concentrava-se na mão de poucos indivíduos[47]. Por não ter a posse das propriedades rurais os homens livres e pobres trabalhavam e residiam nas fazendas.[48]

A vida do homem livre e pobre que morava no interior da província, era bastante modesta. As casas eram feitas de barro e o teto variava entre telhas e palha de palmeiras como

---

civilizados do país e favoreceria o transporte fluvial, o que seria um ganho para o comércio piauiense que teria sua independência das cidades de Caxias e São Luís do Maranhão. Além disso, na década de 1950 o Piauí recebeu o primeiro vapor a navegar nas águas do rio Parnaíba. É perceptível a dicotomia existente entre os modos de viver da elite teresinense e da população pobre. Enquanto, a parte central da cidade vai se urbanizando ganhando áreas de lazer, comércio, casas, vestia-se de forma elegante, a população pobre sofre com a segregação sendo empurrada para os subúrbios, morando em choupanas em condições de insalubridade, vivendo em condições miseráveis e usando roupas "sujas e esfarrapadas". ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Imagens de Teresina no século XIX**. Teresina: APeCH/UFPI. 1995. p.7-22.

[45] Idem. 1995.

[46] CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos piauienses**: trabalhadores livres no Piauí rural escravista, 1850- 1888. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. p. 30.

[47] Sobre a posse de terras no Piauí oitocentista, sobretudo, após a Lei de Terras de 1850, ver: BORGES, Cássio de Sousa. **"Para bem cumprir" a lei das terras**: o processo de regularização fundiária no centro-sul da Província do Piauí (1850-1860). Dissertação (Mestrado em História) – PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

[48] CABRAL, 2013.

babaçuais e carnaúbas. Era tudo muito simples, poucos utensílios. A maior parte da mobília de casa era feita pelos próprios moradores. Quanto a alimentação está "não era muito diversificada, a base da maioria das refeições era a farinha e a carne seca ou peixe.[49]

As atividades agrícolas e o cuidado com o gado nas fazendas, eram divididos entre o trabalhador livre e os escravos. Muito embora, houvesse um consenso entre as autoridades da aversão que os homens livres e pobres tinham ao trabalho regular. Nos relatórios dos presidentes provinciais, constantemente relatava-se sobre a necessidade de instruir o povo e direcioná-los ao trabalho, como medida para evitar os vícios e crimes.

Devido à grande mobilidade dos homens livres, era comum viverem sem emprego e sem moradia fixa. Estes sujeitos tinham a sua liberdade e muitos fugiam dos rigores e da mercê dos grandes proprietários. É importante destacar que, o contexto analisado neste trabalho é um período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Além disso, é o momento de ascensão das províncias do Sul e da produção do café, o que ocasionou a venda dos escravos do Norte açucareiro para o Sul cafeicultor.[50]

Apesar de o Piauí não fazer parte do Norte açucareiro, esta província não estava em bom momento financeiro. Constantemente nos relatórios presidenciais relatava-se sobre as dificuldades enfrentadas pelos cofres públicos. Diante disso, reclamava-se da falta de braços para cultivar a terra como um dos motivos da estagnação financeira. Assim sendo, o contingente de homens livre e pobre passou a ser o principal alvo das críticas da elite governamental. Associava-se os crimes na província a estes indivíduos por não terem instrução e por serem indolentes.

De acordo com Monteiro[51], o discurso da classe dirigente de que faltava braços para trabalhar era uma forma de "prevenir a força de braços" à medida que a mão de obra escrava começa a definhar no país. Nesse contexto, houve o comercio interprovincial de escravos entre as províncias do norte com o sul cafeicultor, nesse momento os discursos taxativos de "preguiçosos" e "vadios" contra os homens livres se intensificou. Diante disso, estes indivíduos se mostravam contrários à ideia de assumir "a força de trabalho, para não serem comparados ao elemento serviu."

Nesse sentido, embora quisessem desqualificar o homem livre e pobre de ter aversão ao trabalho, Francisco Gleison da Costa Monteiro[52] aponta as diversas ocupações destas pessoas

[49] Idem. p. 121.
[50] MONTEIRO. 2016.
[51] Ibidem. p.122.
[52] Ibidem.

que buscavam viver livremente ora como agregado, da caça, pesca, ora como jornaleiros, ou seja, não estar vinculado a algum proprietário não quer dizer que estivessem vivendo no ócio. Assim, o autor esclarece que,

> Dos pequenos negócios, da caça, da pesca e de outros acertos de trabalho estes trabalhadores foram pontuando suas sobrevivências e arraigando as tensões entre a condição de ser livre com as dos proprietários, que consideravam inaceitáveis essas atividades, por não serem associadas ao trabalho regular e produtivo. Por isso, muitas vezes, as viam como práticas negaceadoras.[53]

Nos anos de 1877 a 1879, o Norte do Império teve que enfrentar mais uma vez os rigores da seca. Com isso, além da população pobre local, os migrantes vindos de outras províncias como Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba adentraram o território piauiense, alguns de passagem e outros para fixar morada. Este fato ocasionou o aumento de pessoas sem ocupação "útil" perambulando pelas vilas, cidades e estradas do Piauí, gerando medo e insegurança na elite.

Durante a seca algumas notícias no jornal liberal A Imprensa relacionou os pobres e migrantes a roubos e a violência. De Oeiras, em 31 de agosto de 1877 ao informar sobre o elevado número de migrantes que se aglomeravam naquela cidade a espera de socorros, enfatizou-se o receio de que "a mão mirrada do indigente se arme para roubar e assassinar, quando já não podermos encher de pão; por isso a população está sobressaltada e pede segurança."[54]

O estado de alerta de Oeiras era sentido pela sociedade nos diferentes lugares da província, a exemplo da vila de Jaicós de onde se reclamava da falta de segurança individual, tendo em vista que "os furtos vão se reproduzindo em tal escala que a não se tomar medidas serias os fazendeiros terão dois prejuízos – um da seca e outro dos ladrões."[55]

Nesse sentido, o historiador Cristiano Luís Christillino, informa que no Norte do Brasil o número de pessoas livres e pobres era extenso, além disso, aponta a necessidade de olhar para estes sujeitos na sociedade oitocentista a partir de uma dupla face, isto é, apesar deste grupo ter desempenhado um importante papel "para a elite fundiária local, através da apropriação de terras, em sua integração econômica" eram por outro lado, visto com desconfiança pelos grupos dominantes.[56] Estes grupos sofreram represálias do Estado imperial que se utilizou de leis para

---

[53] Ibidem. p.119.
[54] OEIRAS. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 13, n° 516. p. 4. 31 de agosto de 1877.
[55] SECA HORRÍVEL EM JAICÓS. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 13, n°524, 4. 19 de novembro de 1877.
[56] Nesse interim, o autor sinaliza para o fato do governo imperial não confiar nos homens livres e pobres para viverem nos núcleos coloniais. Entre os motivos estava os "laços e pelas relações de dependência existente eles e a elite latifundiária sul-rio-grandense".[56] A liberdade na qual estas pessoas estavam acostumadas era vista como prejudicial pelo estado, por isso, no Rio Grande Sul preferiu-se a imigração estrangeira visando um maior controle social. CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, TB., org.

tentar barrar os modos de sobrevivência da população pobre, no entanto, estas pessoas não ficaram passivas as ações de submissão do estado. Segundo Christillino:

> Os homens livres e pobres sofreram com o avanço do latifúndio e da colonização, mas sua trajetória não foi marcada apenas por exclusão e submissão. Esse grupo empreendeu uma série de atos e estratégias que permitiram barrar em muitos casos esse processo.[57]

Entendemos a prática de roubo entre os migrantes e pobreza no Piauí a partir do conceito de experiência de classe de Edward Palmer Thompson. O historiador inglês analisa as transformações sociais na Inglaterra no século XVIII, mostrando como os camponeses reagiram aos cercamentos das terras que antes eram de uso comum. Por conseguinte, esses trabalhadores não aceitaram esse processo de forma passiva, mas resistiram através da caça ilegal dos cervos, de madeira nas florestas e propriedades privadas.[58] Dessa forma,

> O recurso dos caçadores clandestinos a uma força mais organizada pode ser considerado retributivo e preocupado menos com a veação enquanto tal do que com os cervos enquanto símbolos (e agentes) de uma autoridade que ameaçava sua economia, suas lavouras e seus direitos agrários costumeiros. (...) São florestanos armados, impondo a definição de direitos a que a "gente do campo" se habituara, e também (...) resistindo aos parqueamentos privados que usurpavam suas terras cultivadas, sua lenha para combustível e pastos.[59]

É contra esse sistema de dominação da classe dirigente que os homens livres e pobres se impõe. Ora, estes sujeitos viviam de modo livre, trabalhavam nas fazendas, mas também caçavam outros meios de subsistência na natureza como a caça e pesca. Todavia, criou-se leis que visavam coibir estas ações talvez por pensarem que assim conseguiriam controla-los. Em Jaicós, por exemplo, dois anos antes do início da seca nos códices de postura do município no art. 17 dizia que "Ninguém poderá caçar nem em terras ou pastos alheios, nem municípios, sem licença de seus donos, procuradores ou vaqueiros."[60]

Nessa perspectiva, ao compartilhar experiências comuns ante uma sociedade que buscava mão de obra barata e que relacionava a falta de progresso da província do Piauí, a baixa adesão da população livre ao trabalho, excluídos do direito à propriedade de terra, em condições mínimas de vida, estes sujeitos reagem ao sistema de dominação seja por meio da baixa adesão ao trabalho, da caça, pesca ou de furtos. Ou seja, a população pobre e migrante acompanhou de forma ativa as mudanças econômicas e sociais, através de estratégias de resistência.

Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 57-84.

[57] Ibidem, p. 72-73.

[58] THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[59] Ibidem, p. 77.

[60] Posturas de Jaicós. In.: Código das Leis Piauienses, 1875. Tomo 33. Parte 1-2. Secção 1. Theresina: [?]. Códice: PI 348.812 2 C 669 Ex. 1, p. 26.

Dessa forma, a tomada de consciência de classe por estes sujeitos lhes permitiu entre outras coisas a organização para lutar contra o sistema vigente. A distribuição de socorros, por exemplo, tinha os dias determinados e quase sempre a quantidade recebida era insuficiente para suprir as necessidades do povo. Tal fato culminou em atos de desespero entre as migrantes que de início furavam "os sacos de milho, e a apanhar depois caroço por caroço do que se derramava no chão." Porém, a aflição dessas mulheres que certamente ao verem seus filhos desfalecer e chorar de fome, tomaram medidas extremas culminando em "assaltar os víveres, quando são conduzidos do porto do desembarque para o depósito onde são guardados."[61]

Igualmente procediam os migrantes abrigados nos núcleos coloniais, entre as estratégias para resistir a tentativa dos fazendeiros de atrair dependentes, estava a retirada dos estabelecimentos que quase sempre ocorria em grupos ou ainda se negando a trabalhar e alimentando-se da caça e de alimentos silvestres. O que era considerado como preguiça entendemos aqui como resistência motivada a partir da experiência destes indivíduos.

A partir dos exemplos de Oeiras e Jaicós, notamos que durante a seca a elite rural piauiense além de sofrer com os efeitos da falta de chuva, tais como: a morte do gado e perca da lavoura, estes sujeitos também foram vítimas dos ladrões. Diante do medo constante das classes abastadas, a culpa de tais crimes recaiu muitas vezes sobre os migrantes e a pobreza que vagava de um lugar para outro. A vista disso, elaboramos um quadro para mostrar a relação de alguns crimes cometidos na Província Piauí entre 1873 a 1879.

Quadro 1 – Relação parcial dos crimes cometidos na Província do Piauí entre 1873 a 1879.

Ano	Homicídios	Tentativas	Roubos	Furtos	Estupros	Ferimentos	Total
1873	15	3	4	8	3	33	66
1874	11	6	2	-	-	13	26
1875	7	4	3	1	-	4	19
1876	15	4	2	2	2	28	53
1877	3	3	1	2	-	17	26
1878	9	3	4	9	-	17	42
1879	20	-	3	18	-	20	61

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios e Mensagens do Executivo Provincial, entre os anos de 1873 a 1879. A documentação foi coletada no NUPEM.

[61] ASSALTO AOS VIVERES. A ÉPOCA, N° 42, ano II, Teresina, 18 de janeiro de 1879.

O quadro traz alguns dados relevantes para nossa pesquisa. Primeiramente, observamos que o maior índice de crimes ocorreu no ano 1873, quatro anos antes do início da seca e do ingresso dos migrantes no Piauí. É somente no último ano de estiagem que há um aumento considerável no número de homicídios, furtos e ferimentos. Nos demais anos houve uma oscilação no que diz respeito a estes crimes que conforme fica evidente no quadro são os crimes mais cometidos nesta província.

Enfatizamos que na elaboração do quadro, optamos por coletar as informações dos crimes mais recorrentes durante a década de 1870, ou seja, é apenas uma amostragem dos crimes cometidos no Piauí. Nesse sentido, os dados representam uma ideia geral dos crimes, não podemos toma-lo como uma visão total dos acontecimentos. Além disso, na amostragem dos dados notamos que os crimes eram poucos diante da multidão faminta que havia no Piauí no contexto da seca.

Outrossim, vemos que atribuir a violência a presença dos migrantes e da pobreza local é um discurso depreciativo a estes sujeitos, pois, se compararmos a quantidade de crimes praticados entre 1874 e 1878, vemos que em anos anteriores a seca determinados delitos ocorreram com maior frequência do que nos anos secos, por exemplo, em 1876 houveram 15 homicídios e 28 ferimentos, já em 1877 os homicídios foram 3 e os ferimentos 17. Entretanto, nos relatórios provinciais é expressado o temor pela segurança individual devido a presença dos migrantes e atribui-se a estes o aumento dos crimes. Vejamos.

> (...) vê-se que a prática do crime do Piauí tem aumentado consideravelmente. A causa principal desse aumento é certamente a presença de grande número de emigrantes, que, impelidos pela fome, buscam em nossa província o necessário para sua subsistência, concorrendo também para isso a falta de destacamentos em diferentes partes da província, que possam fazer respeitar a vida e a propriedade dos habitantes, além da impunidade de alguns criminosos, que infelizmente ainda encontram protetores.[62]

Vemos que as autoridades atribuem a pratica da criminalidade a pobreza. Não se pode negar que devido a miséria extrema na qual viviam, os roubos e furtos era um meio de subsistência para si e a sua família. Muito embora houvesse criminosos que se infiltravam no meio dos migrantes com intuito de praticar crimes. No relatório de Graciliano de Paula Batista, que presidiu a província do Piauí em 1877, informa que:

> (...) sendo enorme o número de emigrantes existentes em diversas comarcas da província, e notavelmente em Pedro 2º, Príncipe Imperial, Oeiras, Valença, Jaicós e

[62] NUPEM, Relatório com que o 1º vice Presidente da Província, Jose' Mariano Lustosa do Amaral passou a administração da província do Piauhy ao Dr. Firmino de Souza Martins. Theresina. Typografia da imprensa, - Rua da Palma. 1879.

> Parnaíba; vivendo no número d'eles alguns criminosos e desertores, a prudência aconselha o emprego de medidas preventivas(...)[63]

Nesse sentido, a elite sentia-se temerosa devido ao considerável número de homens e mulheres famintos, sem trabalho pelas ruas das cidades. Logo, a pobreza era vista com maus olhos pelas autoridades, por serem associados a vadiagem e a desordem. Diante disso, a vigilância em torno desses indivíduos aumentou para que se evitasse os maus efeitos da ociosidade, ou seja, a criminalidade e seus vícios.

Por conseguinte, o governo passou a exigir que as comissões de socorros[64] empregasse em alguma obra de utilidade pública a pobreza emigrada que estivesse apta ao trabalho. Dessa forma, o presidente da Província Sancho de Barros Pimentel ordenou que "Se aqui demorarem-se, não procurando os núcleos e não descendo para a Parnaíba, exigir-se-há dos bons que trabalhem, pois nada lhes será mais funesto do que os maus hábitos contraídos na vida de ociosidade."[65] Acreditava-se que "falta de educação religiosa e civil do povo"[66] era um dos fatores que levava a pobreza a cometer crimes, por isso, fazia-se necessário instrui-los.

Notamos na documentação coligida que havia uma visão generalizada das elites sobre os homens livres e pobres, como pessoas incivilizadas, ociosas, afeitos ao crime, isto é, pertenciam ao mundo da desordem. O incomodo com os pobres circulando pelas ruas era constante e, portanto, "Para as autoridades, as ações contra essa "gente miúda" tinham que ser rigorosas. Nos documentos consultados, começam a aparecer sinais de que o objetivo era enquadrar no trabalho regular toda essa população flutuante e supostamente sem ocupações."[67]

2.2 "Cortejo de males": representação da seca nos jornais piauienses.

No decorrer do Império, a região Norte do Brasil foi acometida por alguns períodos de estiagem. Em 1877 teve início a seca que durou três anos e que modificou a forma que até então o fenômeno climático natural era visto, isto é, a seca passou a ser representada mediante o cenário social, econômico e político e não somente pela ausência de chuvas.

O atraso da chuva e as chuvas poucas e parciais em 1877, deixou o homem sertanejo apreensivo, pois, logo nas primeiras chuvas lançaram as sementes ao chão e devido ao espaço

---

[63] 41 NUPEM, Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Gracilliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo senhor presidente Dr. Francisco Bernardino rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina; Typ. A rua bella, nº 45. 1878. P. 6

[64] No subitem 3 deste capitulo iremos nos deter sobre a comissão de socorros e suas atribuições.

[65] SECA. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 13, n°547, p. 1. 15 de junho de 1878.

[66] NUPEM, Relatório com que o excelentíssimo senhor José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo senhor presidente Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Teresina; Typ. A rua da Palma, nº 1. 1879. p. 6.

[67] MONTEIRO, 2016. p. 131.

de tempo entre uma chuva e outra, plantações foram perdidas e com elas a esperança do agricultor. Além das plantações, os rebanhos de gado também foram afetados com falta do inverno. Tendo em vista que a rama não era suficiente pra alimentar os animais por um longo período e a água dos riachos e açudes eram diminutas. Era um quadro triste e alarmante.

A pobreza foi o contingente social que mais sofreu com os efeitos da seca. Sem chuvas, ficavam escassas as possibilidades de se suster no sertão, pois a maior parte destes sujeitos residia no campo e tinha como meio de subsistência a agricultura e a pecuária. A vista disso, a irregularidade das chuvas e/ou a ausência destas ocasionou várias dificuldades a estes sujeitos menos favorecidos economicamente. As cenas vivenciadas pelos homens livres e pobres no Piauí durante a seca, foi representada nas páginas dos jornais da referida província.

Quando representamos algo, o nosso objetivo é fazer com que um fato ou personagem se torne conhecido. Igualmente, ao narrar a seca de 1877-1879 nos jornais, a imprensa nortista buscava representar e levar ao conhecimento do governo imperial, no Rio de Janeiro, bem como nas demais províncias do império as notícias sobre o estado "aflitivo" em que se encontravam as províncias do Norte, em consequência dos efeitos da "grande seca".

No Piauí, durante a seca de 1877-1879, entre os vários jornais que circulavam na província, os jornais *A Imprensa* e o *A Época*, foram os que mais alimentaram as discussões sobre a temática da seca.[68] Nesse sentido, buscamos identificar as representações dos migrantes e da estiagem, nesses jornais, a partir de dois momentos distintos: em 1877 primeiro ano do flagelo, quando eram os conservadores que administravam a província piauiense, e num segundo momento, referente aos anos de 1878-1879, momento no qual o partido Liberal ascende ao poder político no Piauí.

Basta observarmos os discursos referentes ao homem livre e pobre durante o Segundo Reinado, por exemplo, veremos que não foi algo pontual do momento da seca, mas que é algo construído ao longo do tempo, é a visão da elite dominante que integra o aparelho estatal independente do partido que estivesse no poder.

De acordo com Ana Regina Rego, o processo de formação dos partidos políticos no Piauí é "acompanhado e vivenciado, integralmente, pelo Visconde da Parnaíba" sendo o político que ficou mais tempo a frente da província, no período de 24 de janeiro de 1823 a 30

[68] O *A Imprensa* foi o periódico com vida mais longa no Piauí, funcionou de 1865 a 1889. Possuía tipografia própria e pertencia ao Partido Liberal. Teve entre os seus redatores Deolindo Mendes da Silva Moura, Davi Caldas, Clodoaldo Freitas e Higino Cunha. O jornal *A Época*, representava o Partido Conservador, teve entre os seus redatores: Teodoro Alves Pacheco, Raimundo de Arêia Leão e Simplício Coelho de Resende. Assim como o órgão Liberal, o *A Época* tinha tipografia própria, atuando de 1878 a 1889. SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023, p. 310.

de dezembro de 1843, um total de 20 anos, ficando poucas vezes fora da presidência da província. [69] No Piauí, os partidos políticos estiveram relacionados com as oligarquias familiares, dessa forma, os Sousa Martins e aparentados mais ao centro-sul tornam-se conservadores, os liberais por sua vez, os Castelo Branco ao norte, aderem ao partido Liberal.[70] Segundo Rego,

> Os partidos políticos que atuam no Piauí durante os anos do Segundo Reinado são constituídos por pessoas oriundas da elite rural piauiense. Graças às suas posses, tornam-se médicos, advogados e jornalistas, e ingressam na política e no aparelho estatal, o que se verifica nos dois partidos.[71]

É também essa elite rural e política que estará à frente dos jornais no Piauí. Nesse sentido, ponderamos que no século XIX os jornais são um elemento político essencial aos partidos. Dessa forma, "os redatores, mantem posições partidárias definidas e defendem seus interesses de forma contundente e, por vezes, agressiva."[72] Segundo Rego, os partidos no Piauí colocavam-se ao lado dos grandes proprietários de terra e criadores de gado, e são os interesses destas pessoas que defendiam.

Ressaltamos que, à medida em que se ocupa posições diferentes na hierarquia do poder os discursos tendem a mudar. Logo, ao tomar o jornal como objeto histórico ou como fonte, devemos compreender que estes são atravessados por jogos de poder. Nesse sentido, o historiador José D'Assunção Barros, aponta os jornais como "instrumentos e campos de lutas", desse modo, compreende-se que os jornais não são neutros em suas escolhas acerca do "que informar, de quando informar, de como informar".[73]

Enfatiza-se que as notícias dos jornais são forjadas a partir de interesses políticos e sociais. Assim sendo, oculta-se muitas informações, algumas questões ficam nas entrelinhas, alguns sujeitos ganham destaque enquanto outros são silenciados, cabendo a análise do historiador desvendar o que foi ocultado.[74] Em vista disso, faz-se necessário observar algumas características nos discursos construídos nos periódicos:

> Os destaques dados a esta ou àquela notícia, as estratégias editoriais diversas, os modos como se busca comover, impactar, indignar ou direcionar os leitores, o posicionamento de uma notícia junto a outra, o tamanho calculado das letras, a escolha

---

[69] Manoel de Sousa Martins, conhecido como Visconde da Parnaíba, foi um fazendeiro e político piauiense. Desempenhou um importante papel na luta pela independência do Brasil, no Piauí. Simpatizante ao partido Conservador, foi responsável por manter a ordem a todo custo no Piauí.

[70] Ao analisar a organização política do Piauí do século XIX, percebemos que os espaços de poder continuavam a ser ocupados pelos mesmos grupos de elite existentes desde o período colonial. Isso se deve de sobremaneira, as alianças estabelecidas pelas famílias da elite as quais se constituíram em um forte elemento de fortalecimento político e econômico, através da união dos cônjuges. BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

[71] REGO, 2001, p. 40.

[72] Ibidem, p. 77.

[73] BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica.** Petrópoles, RJ: Vozes, 2023, p.45.

[74] Ibid.

> de fotos dignificantes ou embaraçosas – existe aqui toda uma infinidade de recursos e procedimentos à disposição dos jornalistas que, *ato continuum*, precisam ser cuidadosamente decifrados pelos historiadores.[75]

Observamos que a imprensa piauiense, durante os anos de 1877-1879, se utilizou de tais estratégias para informar a população sobre as questões inerentes à seca. Dessa forma, para analisar os jornais *A Imprensa* e o *A Época,* partimos do pressuposto de que estes veículos não transmitem somente informações, mas produzem opiniões, discursos e analises da sociedade do Piauí oitocentista e da seca. Assim, reiteramos que os jornais não são um meio de comunicação passivo ou neutro, mas que através dos discursos construídos "os textos jornalísticos produzem incessantemente representações da realidade histórica".[76]

Diante disso, notamos que a narrativa dos jornais *A Imprensa* e o *A Época* buscou representar a seca não somente como um fenômeno climático, mas através dos problemas sociais que foram desencadeados em razão da falta de chuvas. Dentre as consequências sociais que a estiagem causou no Piauí, está a migração.

Enfatizamos que a migração não era um fenômeno novo, segundo Antônio Alexandre Isídio Cardoso, desde a seca de 1845-1846 é provável o deslocamento da populaça cearense em busca de subsistência. Muitas pessoas durante a crise ou épocas normais, saiam do Ceará rumo a Amazônia atraídos por "As notícias baseadas numa vida farta e sem dificuldades, e ainda com a possibilidade de enriquecimento eram fortes argumentos, que compunham um cenário com abastança em terras sem dono"[77].

Nos períodos de seca o governo incentivava a saída para áreas onde fosse possível a sobrevivência, para tanto, dava-se passagens nos vapores, mas havia muitos retirantes que fizeram os deslocamentos por terra passando pelo Piauí lugar no qual alguns decidiram ficar. O autor ainda reforça que apesar das autoridades incentivarem a migração, a decisão de partir ou não era de cada pessoa.

A migração dos retirantes para o Piauí começou logo nos primeiros meses do ano de 1877. De Príncipe Imperial, localidade que limitava com a Província do Ceará, chegavam notícias a capital Teresina de que por lá "Todos os dias desde o mês de maio que entram grupos de emigrantes" e de que é "lamentável" a situação em que chegam naquele termo. Além disso, as autoridades locais reclamavam da falta de víveres para alimentar um número tão elevado de

---

[75] Ibid. p. 45.
[76] Ibid. p. 14.
[77] CARDOSO, **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). (Dissertação) Mestrado em História. PPGHS – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

pessoas.[78] Muitos destes migrantes dirigiam-se ao centro da província em alguns casos se fixavam em Príncipe Imperial e juntavam-se a indigência local.

De acordo com a documentação oficial e com as notícias dos jornais, percebemos que a entrada acentuada dos migrantes cearenses para Piauí, foi empreendida por sujeitos pobres e também por pessoas ricas que "vislumbravam o retorno após o fim da seca, pois suas posses, propriedades e prestígio estavam fincadas no solo e na sociedade cearenses."[79] Segundo Márcio Douglas de Carvalho e Silva[80], o ato de emigrar era antes de tudo, "uma forma de resistência imediata" e que exprime o protagonismo destes sujeitos ao tomarem suas escolhas. Nesse sentido, havia entre os migrantes os que buscavam se fixar em solo piauiense, outros que buscavam essa província somente como rota para chegar até o Maranhão e o Pará, bem como, aqueles que construíram vínculos e permaneceram aqui após o fim da seca 1879. Outros ainda não retornaram ao Ceará, por não terem condições de voltar.

O movimento migratório ocorreu de duas formas: por terra, percorriam longas distancias a pé, seguindo muitas vezes os caminhos das boiadas, sem a necessidade do custeio do Estado com passagens, e também, os que migravam pelo mar nas embarcações.[81] É importante salientar, que o processo migratório pelo mar foi diminuto, ou seja, houve a predominância das migrações por terra. Geralmente os retirantes ou flagelados[82] que adentravam no Piauí "compunham-se de famílias completas e quase sempre numerosas". [83] Notamos a partir da análise das fontes, que não havia um padrão para a composição familiar dos retirantes, em alguns casos eram mulheres viúvas e com filhos, em outros eram famílias inteiras ou ainda pessoas solteiras e órfãos, os quais recorriam ao governo solicitando meios de subsistência.

Após atravessarem os sertões a pé, sob condições mínimas de sobrevivência, com alimentação reduzida, utilizando a vegetação como alimento, caminhando debaixo de um sol escaldante, os migrantes chegavam ao Piauí em condições precárias. Vagavam pelas ruas e estradas das vilas e cidades piauienses, abrigando-se embaixo de árvores, sendo empurradas

---

[78] Ibid.
[79] SILVA, 2023. p. 233.
[80] Ibid.
[81] Ibid. p. 227.
[82] O termo "retirante" é uma denominação empregada num sentido pejorativo, tendo em vista que anteriormente se usava essa expressão para fazer alusão à retirada dos rebanhos de gado para locais onde tivesse pastagens. Assim sendo, o termo ganha um novo significado referindo-se aos migrantes que retiravam-se de suas terras para serem socorridos em outros locais. Igualmente, o termo "desvalido" antes da estiagem de 1877-1879 referia-se as pessoas que eram vítimas de violência, da falta de segurança pública, mas, com o advento da seca a denominação foi usada para caracterizar os "desvalidos" que sofriam com os efeitos da estiagem, ou seja, os homens e mulheres que não tinham condições de se valer pelos seus próprios meios sendo, necessária a ajuda do governo. SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n.52, p.178-219, Jan-Abr. 2015.
[83] SILVA, 2023. p. 237.

para os subúrbios e vivendo sob péssima situação sanitária. Vejamos o relato enviado de Oeiras, pulicado no jornal *A Imprensa* no dia 14 de março de 1878.

> **A fome em Oeiras** — Desta cidade nos escrevem em 19 do mês passado: É horrível e assombroso o estado a que se acha reduzida a classe dos indigentes existentes nesta cidade, quer os emigrantes das províncias vizinhas, que aqui se tem refugiado, quer ainda os naturais, todos os quais debatem-se noite e dia contra os terríveis efeitos da fome.
> A fome! A fome! ...
> É preciso ter-se um coração endurecido pela desnaturada indiferença, para não sentir-se a mais impressionadora compaixão ante o quadro triste e lúgubre que se apresenta aos olhos de todos os habitantes desta cidade, desde o raiar do dia até que se fecham as portas das casas horas adiantadas da noite. E tudo o que se vê, indo que se lamenta não é mais nem menos do que a destruidora fome, acompanhada de todo o seu cortejo de males, que abre as medonhas fauces para engolir uma população inofensiva, e que aterrada clama debalde por socorros a sua aflição!
> É assim que vemos, desde o raiar do dia, até altas horas da noite, por todas as ruas desta cidade, vagarem grupos de indigentes quase nus, e mais se parecendo com cadáveres ambulantes, do que com homens ou mulheres, em cujo seio ainda se aviventa uma alma, que é imortal![84]

O "cortejo de males" mencionado na notícia acima é algo recorrente nos discursos dos jornais piauienses ao representarem a seca e seus efeitos na sociedade. A pobreza que migrava esperançosa de encontrar melhores condições de sobrevivência, encontra-se diante da triste realidade da fome. De Piripiri informa Antônio Raimundo Silveira Sampaio, em 10 de setembro de 1877 que "um grande número de emigrantes do Ceará, que talvez, se eleve a mil almas, tem chegado a esta vila, nus e mortos à fome"[85]. Em Valença informa a comissão de Socorros que os indigentes não sabiam o que fazer, por isso, "caminha, para volta, torna a seguir."

Enfatizamos que, além da migração externa houve também os deslocamentos internos, ou seja, a pobreza expropriada de bens e gêneros alimentícios rumou a outros destinos afim de fugir dos rigores da seca. Em maio de 1877, início da seca já se alertava em Piracuruca sobre a possibilidade das pessoas terem de "passar-se para a vila das Barras, ao menos temporariamente."[86] De igual modo, chegam notícias a capital da vila de Independência, notificando que, "Nesta vila já há muitas casas abandonadas e no termo não se contão, havendo lugares onde já não mora ninguém."[87] Assim, vemos que o desabastecimento de alimentos fez a população local migrar para as vilas vizinhas ou para a capital mesmo que temporariamente em busca de sobrevivência.

---

[84] A FOME EM OEIRAS. **A IMPRENSA**, ano 13, n° 534, p. 4, 14 de março, 1878.
[85] PERIPERY 10 DE SETEMBRO DE 1877. **A IMPRENSA,** ano 13, n° 518, p. 3, 25 de setembro de 1877.
[86] **A IMPRENSA**, Teresina, ano 12, n°507, p. 2, 3 de maio 1877.
[87] **A IMPRENSA**, Teresina, ano 12, n°515, p. 3, 25 de agosto, 1877.

Conforme vimos anteriormente, a seca afetou diretamente a produção agrícola inviabilizando aos sujeitos menos favorecidos economicamente a permanecerem em seus locais de origem. Contudo, parte destes indivíduos só migravam quando não havia mais esperança de chover, assim sendo "logo no início da jornada, já era precário o estado de saúde e de nutrição das famílias. Já saíam famintos de suas terras."[88]

É importante ressaltar que na segunda metade do século XIX, o Piauí tinha como base econômica a pecuária, isto é, esse setor representava a maior fonte de riqueza da província.[89] Logo, com a falta de pasto e água, o gado começou a morrer de fome e sede, além disso, a posse da terra no Piauí concentrava-se nas mãos de poucos proprietários[90] e a agricultura era feita em pequenas plantações, destinadas ao consumo familiar. Diante disso, quando a migração se intensificou a "base econômica do Piauí, e a agricultura de subsistência, se mostravam extremamente frágeis para resistir aos efeitos do prolongamento das secas."[91]

Dito isso, compreendemos melhor a dificuldade enfrentada pelos migrantes estacionados em Oeiras, os quais "debatem-se noite e dia contra os terríveis efeitos da fome". Houve um desabastecimento de cereais no mercado local e quando se encontrava víveres, eram vendidos por preços "fabulosos", o que dificultava o acesso da pobreza a alimentação. Na edição de 1 de agosto de 1877, o jornal *A Imprensa* informa mais uma vez a triste realidade dos migrantes em Oeiras. A nota comunica que "Existem atualmente nesta cidade e pelos subúrbios, para mais de três mil emigrantes" e ainda "é doloroso ver o estado em que aqui chegam, pela maior parte nus e famintos!!". Diante dessa difícil realidade suplica-se ajuda as autoridades políticas que "Se o governo não os socorrer com dinheiro bastante, tem de perecer muitos a fome!!".[92]

De igual modo, o jornal *A Época* na edição de 27 de abril de 1878, traz notícia de Picos relatando o estado de miséria no qual se encontrava aquela vila. Lamentava-se da falta de legumes devido "a mais terrível e medonha seca" e da morte dos "miseráveis emigrantes" que encontrando-se enfraquecidos por falta de alimentação, adoeciam e vinham a óbito chegando a um número de "duzentas pessoas já tem morrido a fome!".[93] Além disso, o órgão opositor

---

[88] NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 27.
[89] SANTANA, R. N. Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia Piauiense**. 2° edição; ed. Academia Piauiense de Letras – convênio com o Banco do Nordeste: Teresina, 2001.
[90] Sobre a posse de terra no Piauí na segunda metade do século XIX, ver: BORGES, Cássio de Sousa. **"Para bem cumprir" a lei das terras**: o processo de regularização fundiária no centro-sul da Província do Piauí (1850-1860). Dissertação (Mestrado em História) – PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
[91] SILVA, 2023, p. 81.
[92] **A IMPRENSA**, Teresina, ano 12, n°514, p. 6, 1 de agosto, 1877.
[93] **A ÉPOCA**, Teresina, ano I, n°0004, p. 4, 27 de abril, 1878.

enfatiza que caso Picos não viesse a ser socorrido "diligente e cuidadosamente" pelo poder público, estaria reservado a presenciar "grandes desgraças".

No início da seca, em 1877, eram os conservadores que estavam no poder no Piauí. O presidente da Província era o conservador Graciliano de Paula Batista[94], o qual instituiu a Comissões de Socorros Públicos[95] nos municípios que sofriam com os danos causados pela seca, assim como, naquelas localidades que eram receptoras de migrantes. Segundo Maria Mafalda Baldoíno de Araújo[96], as Comissões eram formadas por pessoas instruídas e responsáveis pela comunidade como, o Vigário, o Juiz de Paz, o Coletor de Renda e o Delegado. As comissões de socorros ficavam incumbidas de analisar quais as necessidades dos retirantes e enviar ao governo provincial, para que estes pudessem remeter para as comissões os auxílios necessários.

Por conseguinte, chegava à administração provincial inúmeras solicitações de ajuda aos migrantes da seca das diferentes localidades piauienses. A fome foi um dos principais assuntos dos ofícios remetidos à Comissão de Socorros, solicitava-se víveres para a subsistência dos retirantes. Destacamos que para além dos indivíduos que adentravam o Piauí vindos de outras províncias, havia também a população livre e pobre local, que durante a estiagem passou a viver em situação de indigência.

Sendo os recursos insuficientes para suprir as necessidades básicas dos migrantes, algumas notícias nos jornais informavam que "já se morre de fome" ou "a fome ameaça aniquilar vidas sem contas".

Diante da escassez dos gêneros de primeira necessidade, os migrantes buscaram estratégias de sobrevivência durante a seca. Uma prática comum entre a pobreza desvalida, era caça no mato. O *A Imprensa* informa na edição de 17 de dezembro de 1877, que em Príncipe Imperial alguns chefes de família saiam para a mata na esperança de encontrar alimento para o sustento de sua família, enquanto estes ficavam esperando "debatendo-se nas agonias da fome", não obstante, outros sujeitos recorriam a mendicância andando de porta em porta suplicando a caridade do próximo, diziam estes "Uma esmola pelo amor de Deus...", havia também aqueles

[94] Foi um político e advogado, membro do partido conservador, assumiu a presidência da província do Piauí de 02 de janeiro a 13 de agosto de 1877. As primeiras medidas assistencialistas durante a grande seca foram tomadas durante sua administração.

[95] A Comissão de Socorros Públicos foi uma instituição criada para amparar os migrantes que chegavam às cidades e não possuíam condições de manter-se, dependendo das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A Comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca que visava fornecer ajudas imediatas para que não ocorresse calamidade em nível mais grave. GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. **Degredados da seca:** políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação (Mestrado). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022, p.88-89.

[96] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991. Sobre a atuação d Comissões de Socorros Públicos no Piauí, ver também: SILVA, 2023.

que se desfaziam dos seus últimos recursos fosse dinheiro, bens materiais como joias ou animais para conseguir alimento e não perecer de fome.[97]

Ao analisar o cotidiano desses sujeitos pobres e desvalidos, na cidade de Teresina no período da seca, Araújo[98] aponta a situação de vulnerabilidade na qual os migrantes se encontravam. Diante da situação de miséria, a prática comum entre os migrantes foi a mendicância. Espalhavam-se pelo meio urbano ocupando praças, ruas, as portas das igrejas para pedir esmolas. De igual modo, os retirantes estacionados nas localidades do interior da província buscaram na mendicância uma forma de sobrevivência.

Além da fome, outra dificuldade enfrentada pela pobreza durante a seca, foi a nudez. Constantemente, os discursos do jornal *A Imprensa*, informava o estado de nudez no qual os migrantes chegavam ao Piauí. De Príncipe Imperial, notifica-se que "em qualquer parte do município encontra-se famílias seminuas, cobertas de andrajos", de igual modo, em Oeiras, alguns migrantes suplicavam as pessoas abastadas da cidade que lhes descem "um pedaço de pano para cobrirem os membros descarnados!!". Além disso, há relatos de que algumas mulheres se encontravam numa situação tão grande de nudez que não poderiam aparecer em público.

A nudez dos migrantes era representada nos discursos do periódico *A Imprensa* como parte do "cortejo de misérias" da seca. Diante disso, as Comissões de Socorros Públicos disponibilizavam mediante os socorros diretos, roupas com a pobreza. Em ofício enviado a Jaicós, no dia 23 de janeiro de 1878, a Comissão de Socorros de Teresina autorizou a compra de 2600 metros de chita, 2500 metros de algodão e 1400 de madapolão, os quais deveriam ser comprados do negociante Ricardo José Ferreira e distribuídos com a pobreza.[99] Vejamos abaixo algumas instruções do governo as Comissões de Socorros de como deveria ser o vestuário dos migrantes.

> O vestuário a repartir-se deve também ser o mais simples e adoptado a frugalidade das classes que emigram, preferindo-se as fazendas de mais longa duração e mais resistentes, como o algodão e o riscado americano para os homens, a chita grossa e o madapolão para as mulheres. O Governo se propõe apenas a cobrir a nudez e salvar o pudor. A muda de roupa não será dada a todos indistintamente, pela aplicação do princípio da igualdade, mas aquele que real e efetivamente precisar: entretanto que todos eles fazem solicitações dessas.[100]

---

[97] A IMPRENSA, Teresina, ano 12, n°527, p. 4, 17 de dezembro, 1877.
[98] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de**. Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.
[99] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Autorização à comissão de socorros de Teresina, para compra de tecidos ao negociante Ricardo José Ferreira, para serem enviados a vila de Jaicós, em 23 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros Públicos, janeiro a junho de 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.
[100] A IMPRENSA, ano 13°, n°518, p. 4. 25 de setembro, 1877.

Notamos que o vestuário remetido à Comissão de Socorros de Jaicós para ser distribuída com os migrantes, seguia a orientação das instruções do Governo. Os tecidos comprados teriam de ser "de mais longa duração e resistentes", ou seja, inferimos que ao optar por comprar tecidos resistentes o governo provincial pretendia economizar, tendo em vista que não necessitaria fazer reposição das roupas com tanta frequência. Além disso, ser migrante não era garantia de que receberia o socorro, pois "A muda de roupa não será dada a todos indistintamente, pela aplicação do princípio da igualdade, mas aquele que real e efetivamente precisar".

Diante dessas circunstâncias muitos migrantes eram excluídos na hora da distribuição das roupas, visto que em alguns casos a quantidade de tecidos comprado era insuficiente para atender o número de indivíduos que precisavam do auxílio. Logo, isso explica o fato de constantemente a imprensa do Piauí noticiar sobre o estado de nudez da pobreza.

Os movimentos migratórios durante as secas eram uma estratégia de sobrevivência devido à falta de alimentos e de água. Entretanto, a presença de tantos migrantes residindo em condições de insalubridade, tornou-se um problema social que desencadeou no aumento da proliferação de doenças e epidemias.[101] No Piauí, de acordo com Araújo[102], a população pobre era atingida pelas seguintes doenças: febres intermitentes, renitentes biliosas, vermes intestinais, anemias, hidropisia e diarreia, esta última era uma das principais queixas dos doentes devido a ingestão de substâncias impróprias, a exemplo, da macambira, massa de coco, xique-xique e a raiz do Coroatá, tais eram ingeridos crus.

Diante disso, era a Comissão de Socorros Públicos quem cuidava do tratamento dos migrantes doentes. Para tanto, distribuía-se medicamentos como "pílulas de Honorato de Moura, sulfato de quinino, óleo de rícino, ferro em pó, sal amargo, farinha de mostarda, purgante de jalapa e outros."[103]. Essa medicação era enviada da capital para as demais localidades da província. Encontramos no jornal *A Imprensa* vários ofícios das comissões do interior solicitando uma ambulância de remédios para o tratamento dos doentes. Vejamos abaixo um dos ofícios enviados pelo então presidente da província João Pedro Belfort Viera, a Comissão de Socorros da capital Teresina, em 14 de abril de 1879.

> Tendo nesta data mandado que o médico do partido público desta capital fizesse preparar e entregar-lhe uma ambulância de medicamentos apropriados ao tratamento

[101] DIAS, Dayane Julia Carvalho. Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE). **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v.27, n.2 [38], p. 175-194, jul./dez/ 2019.
[102] ARAÚJO, 2010.
[103] Ibid. p.71.

> dos imigrantes existentes na vila da União, haja essa comissão de recebê-la e fazer seguir a seu destino com urgência.[104]

Conforme nos mostra o ofício acima, a administração provincial empenhou-se em tentar aliviar a triste situação pela qual os migrantes passavam. Além de medicamentos, o governo também contratou farmacêuticos e médicos para ajudar no socorro aos doentes, entre os médicos contratados estava o Dr. Constantino Luís da Silva Moura, importante membro do Partido Liberal do Piauí.[105] Também foram criadas enfermarias em Teresina, para acolher e tratar os doentes.

No entanto, ocorria de os socorros demorarem a chegar as localidades do interior da província devido à distância da capital. Consequentemente, o estado de saúde dos migrantes agravava-se e muitos vinham a óbito antes mesmo de receberem a medicação, a exemplo, dos municípios de Jaicós e Picos que no ano de 1879 sofriam com o "terrível flagelo" da varíola. Pedia-se para que fossem tomadas medidas preventivas "para que a epidemia não passe aos outros pontos da província.".

Além de remédios algumas comissões solicitavam ao governo provincial, que fossem enviados médicos para visitar os doentes, visto que os médicos do partido público não conseguiam atender à grande demanda. Em Parnaíba, por exemplo, havia o fornecimento de remédios, mas reclamava-se da falta de médico até mesmo para atestar óbitos. Por conseguinte, inferimos que a saúde dos migrantes se fragilizava devido as péssimas condições nas quais estes sujeitos viviam pelas vilas e cidades do Piauí, conforme ressalta Araújo:

> A persistência das condições paupérrimas de sobrevivência, isto é, de moradia, alimentação e vestuário e outras privações, acompanhadas de doenças, debilitava sensivelmente a saúde dos indigentes e chegava a ser causa de várias mortes.106

A seca e seus efeitos estiveram no centro das discussões da imprensa Piauiense na segunda metade dos oitocentos. Os jornais *A Imprensa* e o *A Época* foram imprescindíveis para tornar público inúmeras situações que atravessavam o fenômeno da seca, sobretudo, por apontar os problemas sociais ocasionados pela estiagem. Os discursos dos periódicos no Piauí, além de informar a população sobre o estado no qual a província se encontrava durante a seca, também

---

[104] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Envio de uma ambulância de medicamentos a vila de União para o tratamento dos migrantes doentes, em 14 de abril de 1879. Comissão de Socorros Públicos, janeiro a junho de 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

[105] Importante membro do Partido Liberal piauiense, o Dr. Constantino Luís da Silva Moura, atuou como inspetor dos núcleos coloniais, foi também vice presidente província assumindo interinamente a presidência de 13 a 19 de dezembro de 1878. Ver: SILVA, 2023.

[106] ARAÚJO, 2010. p.72.

exerceu a importante função de cobrar ações mais efetivas de socorro aos migrantes, bem como, de denunciar as irregularidades existentes nas Comissões de Socorros.[107]

Nesse sentido, Barros[108] enfatiza que os textos jornalísticos são atravessados por jogos de poder, pois "a Imprensa afirma-se como ator político fundamental nas diversas situações, e jamais se situa apenas como um mero transmissor de informações.".[109] Ou seja, ao trabalhar o jornal como fonte histórica, o historiador não pode tratá-lo simplesmente como um "transmissor de informações", é necessário fazer uma análise crítica, perceber os "silêncios propositados e os silêncios concedidos" e as contradições existentes por trás de cada discurso.

2.3 A Comissão de Socorros Públicos e as ações de combate a estiagem no Piauí.

De acordo com a narrativa da documentação analisada, evidenciamos uma prática comum durante os períodos de calamidade: a caridade pública. Ressaltamos, que durante a "grande seca" foi função do Estado socorrer os "retirantes"[110], mas, isso não impediu que as pessoas de "coração bem-fazejo" socorresse essa população dentro do que lhes era possível. Estes atos de caridade são sempre exaltados nos discursos dos jornais. Nota-se, que os atos de caridade para com os migrantes partem sempre de pessoas de destaque social, fosse fazendeiros ou funcionários do governo.

Identificamos ainda algumas formas pelas quais esses sujeitos de "atos louvável" socorriam os migrantes. Primeiramente, notamos que a caridade estava voltada inicialmente para os gêneros de primeira necessidade como alimentos e roupas, pois conforme apontamos anteriormente essa massa de retirantes chegava ao Piauí "andrajosos", "nus" e "famintos", logo, a caridade pública buscou atender na medida do possível essas primeiras urgências.

Alguns usavam suas profissões para ajudar, como é o caso dos médicos. De Oeiras, chegava notícias de que o Dr. Firmino de Souza Martins, atendeu os migrantes doentes que estavam estacionados na cidade e que o mesmo tratava a todos "com suma bondade". De igual modo, na mesma cidade o Dr. Manoel Rodrigues de Carvalho, "tem sido inexcedível em caridade", tal elogio se deve ao fato de o Dr. Carvalho, ter criado em sua casa uma enfermaria por sua própria conta para tratar os enfermos. Igualmente, alguns proprietários de terras acolhiam os retirantes em suas propriedades. Vejamos a seguir, o caso de Príncipe Imperial, em que um juiz se ofereceu para ajudar esses desvalidos.

---

[107] SILVA, 2023. A respeito da atuação da imprensa durante a seca ver também: SILVA, 2022.
[108] BARROS, 2023.
[109] Ibid. p.120.
[110] ARAÚJO, 1991.

> Falo do digno juiz de direito desta comarca, Dr. João Felippe da Cunha Bandeira de Mello, o qual tem portado de uma maneira digna de louvor, já socorrendo aos necessitados com satisfação de fazê-lo e já animando-os a procura de um lugar, onde possam exercer o trabalho.[111]

Percebemos, que os atos de caridade como o do Dr. João Felippe da Cunha Bandeira de Mello, são exaltados na narrativa do jornal "A Imprensa" é uma atitude "digna de louvor" principalmente porque o juiz o faz "com satisfação". Notemos, que a ajuda oferecida nesse caso está relacionada a questão do trabalho pois o Dr. João Felippe, procurava um lugar em que os migrantes pudessem trabalhar. Com efeito, a caridade pública estava pautada na maioria das vezes na premissa católica que diz "amai-vos uns aos outros", além disso, acreditava-se que ao fazer o bem a própria pessoa que ajudava a seus "irmãos" era a beneficiada com as bênçãos de Deus.[112] Segundo Maria Antónia Lopes,

> A esmola legitimava-se porque existia um pacto social e divino que a impunha, mas dava-se, sobretudo, por interesse próprio. Dava-se porque se lhe atribuía um valor sacramental como portadora de graças. Dava-se não por amor ou solidariedade com o infeliz, mas por amor a Deus e apenas dando-a por Ele a esmola era redentora. Dava-se porque se esperava receber em troca muito mais.[113]

Embora a caridade pública fosse vista como um ato "louvável", esta por si só não poderia socorrer a todas as necessidades dos retirantes, tendo em vista que era uma demanda muito grande a ser atendida, pois conforme vimos no item anterior a migração para esta Província foi intensa e havia muitos sujeitos precisando de auxílio. Com isso, vê-se uma série de narrativas em que todas as comarcas enviavam para o governo provincial em Teresina, pedidos de ajuda pois se encontravam em "estado aflitivo". Nesse sentido, a seca de 1877- 1879 "foi de caráter assistencialista, com distribuição de remédios e gêneros alimentícios, através das Comissões de Socorros Públicos".[114]

No relatório de junho de 1877, o então presidente Graciliano de Paula Batista informa ser "bastante grave a crise, que atravessa esta província com os rigores de uma seca" e assegura que tem empregado todos os meios precisos para evitar-se os "funestos resultados" pelo qual a população pobre e desvalida passa diante da falta de recursos. Para tanto, notifica a criação das comissões de socorros "nos lugares em que o mal se há manifestado" a exemplo de Príncipe Imperial e Independência, vilas onde a seca "começou com imensa força". Nesse primeiro

---

[111] **A IMPRENSA**, ano 13, n° 516, p. 03. 31 de agosto, 1877.
[112] ARAÚJO, 2010. Ver também: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
[113] 1 LOPES, Maria Antónia**. Pobreza, Assistência E Controlo Social Em Coimbra (1750-1850).** Palimage Editores, Vol I, 2000. p. 82.
[114] ARAÚJO, 1991.

momento, o presidente da província afirma ter aberto créditos no valor de oito contos de réis afim de ser aplicado na distribuição dos socorros.[115]

A partir da análise documental e das leituras bibliográficas, identificamos que durante a gestão dos Socorros Públicos, os governos Conservador e Liberal utilizaram como medidas de auxílio aos migrantes: o mapeamento das pessoas pobres e indigentes para distribuição dos socorros, auxílios através de roupa, cereais e remédios, criação de núcleos coloniais para acolher os migrantes e direciona-los ao trabalho, frente de serviço nas obras públicas, venda de cereais a pobreza e distribuição gratuita aos indigentes, passagens para quem desejasse sair da província.

Por conseguinte, chegava à administração provincial inúmeras solicitações de ajuda aos migrantes da seca das diferentes localidades do Piauí. A fome foi um dos principais assuntos dos ofícios remetidos à Comissão de Socorros, solicitava-se víveres para a subsistência dos retirantes. Ressaltamos, que devido as longas distâncias e as péssimas condições das estradas no Piauí, os socorros demoravam a chegar nas vilas e cidades do interior da província. Segundo a análise de Márcio Douglas de Carvalho e Silva[116], a primeira ação do governo piauiense foi socorrer a pobreza e os migrantes com os Socorros Diretos, isto é, distribuindo com estes, carne, farinha e grãos, e em alguns casos, dava-se dinheiro para que os migrantes comprassem alimento.

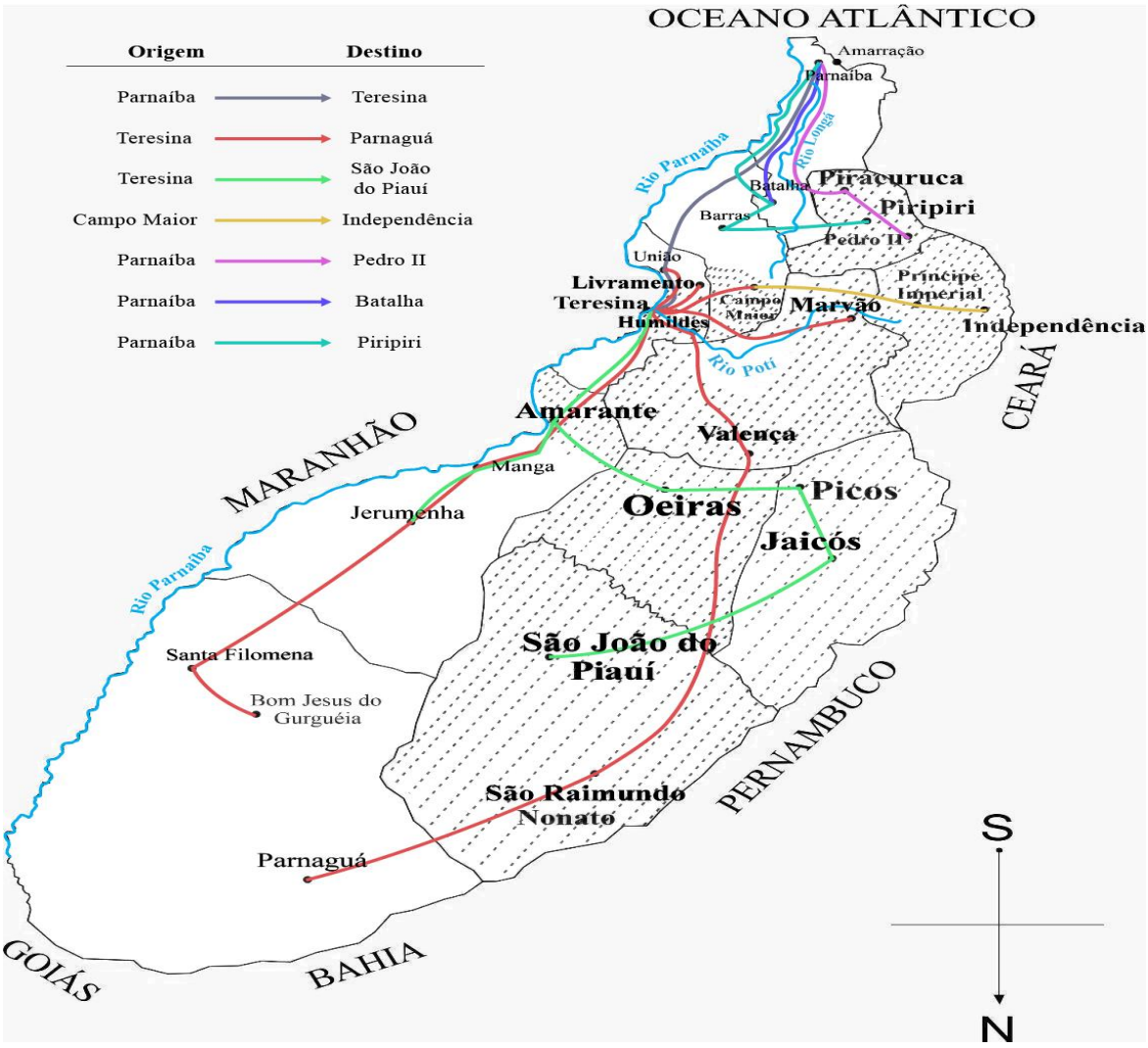
No entanto, a ajuda do governo parecia ser insuficiente para atender as necessidades da população flagelada. Ressaltamos, que os socorros não se destinavam somente aos migrantes vindos de outras províncias, mas também, aos piauienses que sofriam as consequências do flagelo, sobretudo, a população pobre e desvalida. Sendo os recursos insuficientes para suprir as necessidades básicas dos migrantes, algumas notícias nos jornais informavam que "já se morre de fome" ou "a fome ameaça aniquilar vidas sem contas". E de fato, muitos indivíduos perderam a vida devido à fome e a má alimentação. Sobre a distribuição de víveres, Silva informa que:

> Os esforços do governo pareciam não serem suficientes para a situação da população em diversos pontos da província. Recursos abaixo do necessário, dificuldade de transporte e desabastecimento em âmbito local eram obstáculos que inviabilizavam uma cobertura completa dos socorros à população.[117]

[115] NUPEM, Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí, em sua sessão ordinária de 1 de junho de 1877, pelo excelentíssimo senhor Dr. Gracilliano de Paula Baptista, presidente da mesma província, Teresina; Typ. A rua bella, nº 45. 1878. p. 1.
[116] SILVA, 2023.
[117] Ibid. p. 330.

Apesar dos esforços do governo para atender as solicitações de ajuda aos migrantes, este encontrava um empecilho para realizar a distribuição dos mantimentos, os transportes. Como forma de facilitar a distribuição dos mantimentos e demais socorros, foram criados depósitos de viveres em algumas cidades e vilas, a saber: em Teresina, Amarante, Campo Maior e Parnaíba. O envio dos socorros as respectivas comissões eram feitas de duas formas: nos vapores pelo rio Parnaíba e em animais de carga. Vejamos o mapa abaixo em que mostra a logística da distribuição dos socorros públicos.

Figura 1: Logística da distribuição de socorros públicos no Piauí, 1877-1879.



Fonte: SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023. Mapa adaptado por Kátia de Araújo Silva e Jonas Carvalho Fortes, a partir de informações coletadas nos ofícios da Comissão de Socorros Públicos do Piauí, entre anos de 1877 a 1879.

O mapa nos mostra os trajetos feitos para que os socorros chegassem à pobreza desvalida nos diferentes pontos da província. Primeiramente, considero importante iniciar nossa análise a partir do percurso feito pelo rio Parnaíba, tendo em vista que quando deu-se início ao desabastecimento de cereais no Piauí, recorreu-se a outras províncias para comprar esses gêneros, principalmente na província do Maranhão e de Pernambuco e era em Parnaíba que o carregamento de alimentos chegava. Após isso, seguia nos vapores pelo rio Parnaíba com destino a União, Teresina e Amarante.

De Teresina os cereais eram enviados a diferentes regiões, mais ao sul da província e a parte mais central e na divisa do Piauí com o Ceará. Percebemos pelo mapa, que a Comissão de Socorros da capital era responsável pela maior parte dos envios de cereais e que a depender da vila ou cidade o transporte poderia ser feito nos vapores Conselheiro Paranaguá ou no vapor Piauí, através do rio Parnaíba ou feito pelas estradas em animais de carga. Em um de seus relatórios, o então presidente da província apontou a dificuldade enfrentada para conduzir os mantimentos até Príncipe Imperial e Independência, para tanto, solicitou ao presidente da província do Ceará para que enviasse tais gêneros por via de Sobral.[118]

De igual modo, os membros da comissão de São João do Piauí, foram autorizados a comprar e transportar "da vila do Remanso, província da Bahia, grande porção de viveres para serem distribuídos com os indigentes dessa localidade"[119]. Dessa forma, evidencia-se que o abastecimento de cereais interprovincial para o Piauí no decorrer da seca ocorreu por via terrestre (com o Ceará e Bahia) e marítima (com o Pernambuco e Maranhão), de acordo com as necessidades de cada localidade. Assim sendo, entendemos que o governo procurou meios que facilitasse a distribuição de alimentos com a população desvalida, tendo em vista a dificuldade de locomoção da época.

De Amarante os cereais eram enviados as vilas mais ao centro da província e para as vilas mais próximas ao rio Parnaíba. O transporte era feito em animais, que em sua maioria eram alugados por estas comissões. Nos atentemos para este fato, pois, em período de seca os animais estavam expostos a percorrer um longo caminho de Oeiras até Amarante e retornar com cargas enormes. Ocorria desses animais morrerem neste percurso o que dificultava a entrega dos cereais ao seu destino. É relevante destacar que Oeiras ficava incumbida de levar os gêneros alimentícios das vilas de Picos, Jaicós e São João do Piauí.

---

[118] NUPEM, Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Gracilliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo senhor Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina; Typ. A rua bella, nº 45. 1878. p. 16-17.

[119] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 58, de 17 de janeiro de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

É provável que os animais usados na condução dos cereais para os diferentes pontos da província, fossem usados para ajudar na locomoção dos migrantes que quisessem se retirar para outros pontos. Nessa perspectiva, encontramos um ofício no qual Graciliano de Paula Batista, dá ordens a Comissão de Teresina para "fazer seguir com brevidade" as vilas de Príncipe Imperial e Independência, oitenta cargas com mantimentos e sejam "na volta dos animais estes sejam aproveitados para auxiliar aos necessitados, que queiram retirar-se."[120] Esta medida em muito deve ter ajudado os desvalidos que ao seguirem viagem muitas vezes já se encontravam fracos devido a fome, o transporte deve ter sido de grande valia sobretudo para os doentes, idosos e crianças que por ventura tenham seguido para a capital. Acreditamos que o mesmo possa ter ocorrido em outras vilas no Piauí.

Outrossim, a comissão de Parnaíba além de fazer o transporte dos cereais nos vapores, também fazia a distribuição dos socorros para as vilas mais ao norte do Piauí. Na documentação não fica claro se o transporte era feito de barco pelos rios Longá e Parnaíba ou se usavam animais de carga. Menciona-se apenas o destino, os portos do Granja e São Caetano, no rio Longá e o porto dos Marruás.

Além de prover o alimento o governo também se responsabilizou pela distribuição de medicamentos e roupas com os migrantes, pois "A emigração para esta província tem sido incompreensível, e causa dó o ver-se o estado de nudez e completa penúria, em que chegam os emigrantes."[121] Nos ofícios percebemos que constantemente são enviadas "fazendas" para vestir a pobreza, no entanto, a quantidade de roupas feitas era na maioria das vezes insuficiente para suprir a grande demanda. Devido à dificuldade para realizar a distribuição dos socorros ocorria de muitos migrantes morrerem devido a fome ou pelas doenças e epidemias.

Os núcleos coloniais[122], foi um dos meios pelo qual os proprietários rurais foram favorecidos durante a seca. Isto é, os fazendeiros davam aos flagelados terras para cultivar e casas para moradia e seu sustento ficava sob a responsabilidade do Governo, que fornecia roupas, instrumentos de trabalho e medicamentos. Eventualmente, os proprietários seriam beneficiados com a criação dos núcleos, uma vez que teriam em suas fazendas mão de obra livre e barata para trabalhar. Sobre isso, Araújo, informa que:

> A medida da criação de núcleos coloniais tinha por objetivos receber imigrantes flagelados da seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais. Um outro fato que levou a administração provincial a empreender o estabelecimento desses núcleos, foi a carência da mão-de-obra escrava e a existência de abundante mão-de-obra para o

[120] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 544, de 30 de julho de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[121] Ibidem.
[122] Os Núcleos Coloniais serão abordados do segundo capitulo desta dissertação.

> trabalho agrícola, oriunda da zona rural nordestina com prática agrícola tradicional. Esse fato impulsionou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na Província do Piauí.[123]

As medidas adotadas pelo governo Provincial não são decisões neutras, mas trazem consigo uma série de questões que precisam ser discutidas. Primeiramente, observasse na citação que um dos objetivos dos núcleos coloniais era retirar a população adventícia dos centros urbanos, isso porque conforme discutimos no capítulo anterior o pensamento dominante das elites da época era o de "civilizar" e "modernizar" a cidades. Consequentemente, a presença de tantos flagelados vestidos de "farrapos", "andrajosos", "vadios" e "afeitos ao crime" dava a sensação de uma cidade ocupada e suja, totalmente contrária ao que se esperava para o modelo de cidade e sociedade civilizada, na segunda metade do século XIX.[124]

Outro fator relevante na nota acima é a questão do trabalho. Vejamos, havia um discurso dominante na época de que precisava-se dar emprego aos migrantes, além disso, reclamava-se da falta de braços para trabalhar na lavoura já que havia uma carência na época do trabalho escravo, ou seja, ter sujeitos com experiência na agricultura e nos quais os proprietários não teriam que investir grande soma de dinheiro já que as verbas eram enviadas pelo governo, era um negócio vantajoso para os fazendeiros.[125] Por conseguinte, direcionar a mão de obra migrante para as fazendas seria uma forma dos proprietários atraírem dependentes para si.

Ponderamos que, tanto nos governos Conservador e Liberal, adotou-se as mesmas medidas de combate à seca. Contudo, o governo Liberal deu bastante ênfase para que fosse dada passagem aos migrantes para que estes retornassem para suas províncias de origem ou seguissem para o Maranhão e Pará. Conforme mostra a nota seguir.

> No dia 17 embarcarão mais de 52 emigrantes para a cidade de Parnahyba, com destino as províncias do Amazonas e Pará. Continue S. Exc. a fazer embarcar para essas províncias os retirantes que não tiverem feito roças, suspenda o socorro aos que, por seu trabalho, poderem subsistir, e recolha ao hospital os doentes — que, d`esta arte, destro em pouco tempo, conseguirá resolver o magno e intricado problema da emigração.[126]

A campanha de levar os migrantes para fora da Província ocorreu de forma intensa a partir da suspensão dos Socorros Públicos pelo governo imperial em maio de 1879. Logo, todos os "retirantes" que não possuíssem roças deveriam sair do Piauí. Além disso, a ordem do governo é que cessasse os socorros aos migrantes que pudessem manter-se através do trabalho.

---

[123] ARAÚJO, 1991, p. 80.
[124] Idem. 2010.
[125] MONTEIRO, 2016.
[126] **A IMPRENSA**, ano 14°, n° 594, p. 04. 20 de maio, 1879

Em vista disso, os núcleos coloniais foram dissolvidos e os migrantes levados para o Hospital Morro Santo Antônio.

Com a finalidade de viabilizar uma melhor assistência à pobreza residente em Teresina, o presidente provincial Barão de Campo Maior, solicitou em dezembro de 1877 a Comissão de Socorros que utilizasse dos "meios a seu alcance, quais as pessoas residentes nesta cidade, completamente desvalidas ou indigentes, que, baldas de recursos e meios de subsistência, estão no caso de receber socorros públicos"[127]. Ao fazer esse mapeamento facilitaria a distribuição de acordo com as necessidades de cada um. Ter este quantitativo em mãos era também uma forma de destinar a quantidade certa de alimentos para cada família. Vejamos abaixo a súplica de uma mãe de família.

> Leandra Maria da Cruz, moradora à rua =Faveira= desta cidade, de 46 anos de idade, minimamente pobre e, portanto, balda de recursos para atravessar a presente quadra em que que a seca assola esta província, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência pedir que lhe sejam fornecidos alguns víveres e fazendas, não só para sua subsistência e de quatro filhos que tem em sua companhia, bem como para cobrir a sua reconhecida nudez.[128]

A suplicante recebeu da Comissão de Socorros quatro litros de farinha e 2 quilos de arroz. Já Manoel do Carmo Cavalcante, "aleijado, pobre e desvalido"[129] solicitou "gêneros alimentícios e roupas" visto ter cessado "todos os recursos", foi atendido com três litros de farinha e um quilo de arroz. Diante disso, observamos que a distribuição de cereais era feita de acordo com a quantidade de pessoas por família, tendo em vista que Manoel recebeu menos cereais que Leandra Maria. Além disso, notamos que embora estes sujeitos tenham solicitado vestuário, não há informações se os requerentes foram atendidos nessa necessidade. Nesse sentido, Kércia Gonçalves aponta que para receber os auxílios "Era necessário, ao redigir a carta, deixar claro as condições em que se encontrava a suplicante e para quantas pessoas solicitava os recursos."[130]

Mediante tais questões, o Barão de Campo Maior pediu a comissão que remetesse "o mais breve possível uma relação nominal dos que estiverem em tão affliticvas condições."[131] Embora o presidente tenha pedido urgência na ação as listas com os nomes dos pobres e

---

[127] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 77, de 5 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[128] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, de 5 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[129] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 287, de 4 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[130] GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. **Degredados da seca:** políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação (Mestrado). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022. P.105-106.
[131] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 77, de 5 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

indigentes residentes em Teresina só chegou às mãos do governo em maio de 1878, a época já era o partido Liberal que estava à frente da administração provincial. A seguir, trazemos o quadro com as informações relativas ao senso solicitado pelo Barão de Campo Maior, no qual podemos visualizar o quantitativo de pessoas pobres na capital, apesar de não podermos toma-lo como um dado total.

Quadro 2 – Quantidade de pessoas pobres e indigentes em Teresina, em 1878.

Quarteirão	**Número de pessoas**	**Naturalidade**	**Estado civil**	**Observações**
1° Quarteirão	63 pessoas + 126 familiares = 189 pessoas	Não informado	Não informado	Das 63 pessoas chefes de família 54 era mulheres e 9 homens. Havia uma pessoa desvalida.
2° Quarteirão	67 pessoas + 175 familiares = 242 pessoas	Não informado	24 casados 7 solteiras (os) 31 viúvas (os)	1 aleijado. Diversidade familiar (tios, sobrinhos, afilhados, netos, filhos).
2° Quarteirão	7 pessoas	Piauí	6 solteiros e 1 casado	2 pessoas com deficiência, 1 ex escrava e 1 doente
3° Quarteirão	47 pessoas + 159 = 206 pessoas	Piauí, Ceará 3 pessoas e 1 Maranhão	13 casados 17 solteiras 18 viúvas (os)	A faixa etária dos chefes de família era entre 20 e 80 anos.
4° Quarteirão	49 pessoas + 151 familiares = 200	27 migrantes 22 moradores	13 viúvas 21 casados 15 solteiras(os)	Entre os migrantes havia apenas 3 pessoas

				acima de 60 anos.
5° Quarteirão	47 adultos + 110 filhos = 157 pessoas	RN – 1 Pessoa CE – 3 Pessoas RJ – 1 Pessoa MA – 1 Pessoa Parnaíba – 1 Pessoa	19 viúvas 7 casados 20 solteiras (os)	Havia 1 pessoa cega. Predominância de mulheres viúvas e solteiras liderando famílias.

Fonte: Informações coletadas a partir de listas datadas de maio de 1878, junto a documentação avulsa.

A coleta de dados pela Comissão de Socorros da capital foi feita pelo inspetor de cada quarteirão, o censo foi realizado em cinco quarteirões, mas o 2° quarteirão foi dividido em dois. A partir das informações do quadro conseguimos visualizar um pouco da composição familiar da época. No geral, eram famílias numerosas com casais que tinham até 11 filhos. Havia também muitas mulheres solteiras com filhos, viúvas, avós cuidando dos netos[132], homens solteiros com suas mães, irmãs e primas na companhia.

Interessante que em grande maioria as mulheres são apresentadas como responsáveis por seus dependentes mesmo quando eram casadas, talvez fosse uma estratégia para sensibilizar as autoridades e também, é provável que seus maridos estivessem empregados em alguma obra pública ou outro serviço pela cidade. Somente o 4° quarteirão apresentou os nomes dos maridos e em seguida das esposas e a quantidade de filhos. Ainda sobre a composição familiar, nos chamou atenção a quantidade viúvas entre as pessoas pobres o que pode ser um indicativo da grande mortalidade desse período devido à fome e as doenças as quais esses indivíduos estavam expostos.

O 1° e o 2° quarteirão não informaram a naturalidade dos moradores o que nos leva a crer que esses sujeitos fossem naturais de Teresina ou de outra localidade do Piauí. Registrou-se a presença de migrantes no 3°, 4° e 5° quarteirão, com pessoas vindas do Rio Grande do

[132] Gonçalves (2022), analisa as súplicas das mulheres pobres em Teresina, ao governo provincial, mostrando as dificuldades que as mulheres enfrentavam para sustentar suas famílias, segundo Gonçalves (2022, p.104) "As súplicas eram constantes e se davam de forma muito intensa para que provocassem impacto nas autoridades, mostrando como estava a situação daqueles indivíduos." Além disso, aponta que, a vida das mulheres pobres sem emprego era sofrida e que geralmente "ficavam pelas ruas suplicando a caridade popular." (GONCALVES, 2022, p.112). Nesse sentido, a autora considera que as cartas de requerimentos escritas pelas mães da seca era uma forma de resistir a exploração das elites.

Norte, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro e Parnaíba. Importante ressaltar que o 4° não informa a origem dos migrantes apenas caracterizando-os com "E" de emigrante. Observamos que o local com maior número de pessoas não coincide com a presença dos retirantes o que indica já haver um número considerável de pobres em Teresina antes da seca. Deve-se considerar também que muitos dos indivíduos atacados pela seca que chegavam à capital eram direcionados aos núcleos coloniais o que pode explicar esse fato.

Acreditamos que a medida proposta pelo Barão de Campo Maior ajudou a Comissão de Socorros de Teresina a melhor gerenciar os auxílios a pobreza, visto que, ao fazer esse mapeamento é possível ver quais pessoas estavam aptas ao trabalho, por exemplo, havia três pessoas com deficiência e certamente tinha enfermos também o que dificultava o exercício de algum serviço, o número de crianças que em alguns quarteirões era superior ao de adultos, enfim, conhecer de perto a realidade de cada um. No total, o quadro mostra que existia 1.001 indivíduos precisando de ajuda, ressaltamos que esse número pode ser superior, uma vez que, chegava constantemente migrantes a Teresina, sendo este senso uma visão parcial do todo.

Seguindo o exemplo de Teresina, outras Comissões de Socorros fizeram o mapeamento de quantas pessoas pobres e indigentes precisavam da ajuda do governo. Nesse sentido, notamos que em Valença e Barras, foram criadas outras duas comissões no sentido de melhor socorrer a população desvalida. No primeiro lugar, na localidade Missão dos Aroazes (futura cidade de Aroazes) e o segundo no Retiro da Boa Esperança (futura cidade de Esperantina), dessa forma, os socorros chegariam mais rápido as pessoas residentes nas áreas mais distantes da cidade.

Dessa forma, a Comissão de Socorros de Barras foi autorizada a fornecer aos migrantes existentes no lugar Ponta da Mata, distante sete léguas da sede da vila, "fazenda restritamente indispensável para vestuário de todos eles e viveres em quantidade suficiente para que se possam ir mantendo na quadra atual." Recomendando que se observe se os ditos migrantes não foram socorridos duplicadamente.[133] Igualmente, deveria proceder com os migrantes que ficavam no povoado Retiro da Boa Esperança, prestando-lhes os devidos socorros". Nessa perspectiva, a comissão de Valença informa ao presidente da província que:

> A Comissão julga de seo dever declarar à VEc[ia,] que cada vez mais se torna lamentável o estado da pobreza: são actualmente socorridas nesta Villa mais de duzentos famílias, compostas de novecentas pessoas, mais ou menos, muitas se acham tão abatidas pelo

[133] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 133, de 12 de dezembro de 187. Ofícios da Comissão de Socorros Públicos 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

> muito que já tem soffrido, que se-lhes faltar quase diariamente os socorros públicos, terão de succumbir, pois que já pouco pode prestar-lhes a caridade dos particulares[134].

Observa-se que em Valença o número de pobres e desvalidos era elevado. São duzentas famílias com cerca de novecentas pessoas, é um número considerável de indivíduos para socorrer, o que gerou preocupação entre as autoridades por considerar que os socorros poderiam ser insuficientes. Diante disso, pedem a Barros Pimentel que eleve a quantia destinada aquela vila para compra de gado para alimentação dos migrantes, sendo que duas reses por semana eram consideradas pouco, pois "em geral somente meio kilograma de carne verde à cada uma família, o que é sem dúvida demasiadamente insuficiente."[135]

De fato, as famílias da época eram numerosas e no caso dos migrantes poderia ser maior, visto que migravam em grupos grandes de as vezes até 30 pessoas. Por isso, consideram que para melhor atender as necessidades dessas seria necessária a compra de 20 bois mensalmente, o equivalente a 460$000 réis. A alimentação seria feita de carne, farinha e sal, uma dieta pouco variada, mas que era a esperança dos migrantes não morrerem de fome. Notamos neste ofício a importância da criação de outra comissão para atender a demanda da Missão dos Aroazes, pois o governo não poderia esquecer de "dispender-se menos de 250$000 réis a 300$000 réis com alguns auxílios aos emigrantes e indigentes do povoado – Missão dos Aroazes".

Entendemos a criação de uma segunda Comissão de Socorros nestes municípios, como um indicativo do crescente número de migrantes que se fixavam ali a procura de auxílios públicos e para refazer as forças e seguir, que somando-se a pobreza local desencadeou numa grande demanda a ser atendida. Isso mostra que a migração foi intensa não somente para a capital, mas também nas vilas do interior da província. Em Valença por exemplo, recebeu duas obras públicas o que sinaliza para a preocupação da elite em ocupar tantos braços ociosos.

Em dezembro de 1877, a comissão de Valença já socorria cerca de 386 famílias, um total de 1.547 pessoas. Tantas pessoas reunidas num só lugar foi motivo de desconfiança e preocupação entre a elite piauiense. Com isso, os crimes de roubos de gado eram logo associados aos migrantes. Por conseguinte, informa-se de Valença que:

> Alguns emigrantes estabelecidos neste termo têm comettidos, sem o menor soluço, o crime de furto ligado nas fazendas de creação e receia-se muito que faltando o recurso

[134] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem, remetido pela comissão de socorros da vila de Valença ao presidente provincial, Sancho de Barros Pimentel, em 28 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.
[135] Ibidem.

> das esmolas do governo, não se excedam na prática de crimes, quando ao mesmo tempo conservar a existência a custa dos bem alheios.[136]

Além de Valença outras vilas como Jaicós, Picos, Oeiras e Príncipe Imperial, reclamavam dos roubos e temiam que, na falta dos socorros públicos os migrantes enveredassem pelo furto do gado. Ora, os desvalidos se encontravam dentro de uma realidade na qual dispunham de poucos ou nenhum recurso, aos pobres era proibido até mesmo caçar em propriedades privadas[137] o que dificultava as possibilidades de sobrevivência destes indivíduos. Outrossim, se reforça o fato de a caridade particular não ser capaz de suprir as necessidades dos desvalidos.

Nesse sentido, é importante mencionar que o Estado imperial assumiu o papel paternalista e buscou meios de suprir as necessidades mais urgentes dos desvalidos. Observamos que a Comissão de Socorros da capital se reunia com frequência para discutir a respeito das medidas a serem tomadas. Em 14 de setembro de 1878, o presidente da Província Sancho de Barros Pimentel, convoca os membros da comissão "a reunir-se no Palácio d'esta província no dia 16 à 1 hora da tarde."[138] Outras reuniões foram marcadas o que demonstra a preocupação do governo diante da crise.

Consideramos que essas reuniões eram necessárias para avaliar qual melhor forma de proceder diante da calamidade pública. A Comissão de Socorros de Valença, por exemplo, que em 10 de julho de 1877, após observar as condições do município resolveu tomar algumas medidas que consideravam importantes para melhor gerenciar os auxílios naquele momento.

> 1° dirigir-se aos agricultores desse município propondo-lhes a compra de alguma farinha que tiverem, mandando-a trazer a esta villa, e de algum arroz, se for possível obter-se, o que é difficil senão impossível.
> 2° dirigir-se aos homens mais abastados do município pedindo-lhes que auxiliem a comissão, fornecendo gratuitamente alguns animais para condução do mantimento que se comprar.
> 3° comprar algumas reses para com a farinha dar-se também a pobreza alguma carne, sobretudo no caso de não se encontrar outros mantimentos.
> 4° dirigir-se à Camara Municipal pedindo-lhe que conceda a pobreza nas terras de seu patrimônio as de que ella precisar para habitação e roças, gratuitamente ao menos por um anno ou em quanto durarem os effeitos da crise que atravessamos.[139]

---

[136] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numeração, remetido pela comissão de socorros de Valença ao presidente da província, Barão de Campo Maior, em 6 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Valença, 1877-1879.

[137] Sobre a lei que proíbe a caça em algumas vilas do Piauí, ver: MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

[138] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 595, de 14 de setembro de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

[139] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numera, de 10 de julho de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.

As medidas referem-se a compra e distribuição de cereais, para tanto, a comissão primeiramente colheu "minuciosas e seguras informações" sobre o estado da população e a falta de gêneros alimentícios. De acordo com as informações do ofício o município de Valença era "dos mais férteis e ricos da província", entretanto, a lavoura existente naquele momento era "acanhada e insignificante". Além da seca ter prejudicado a colheita daquele ano "ficaram reduzidas a menos da quarta parte da que se realiza em anos chuvosos", mas o problema do desabastecimento não foi somente a falta de chuvas, pois com o excedente dos anos anteriores daria para suprir as necessidades da população local. Isso indica que a falta de cereais no Piauí pode não ter sido causada unicamente pelas perdas na lavoura devido à seca, mas também, por questões econômicas e sociais.

O principal motivo da falta de cereais em um município prospero tanto na lavoura quanto economicamente, se deve ao comercio intermunicipal e interprovincial com o Ceará nos municípios mais próximos da fronteira. Valença seria um dos poucos lugares onde se encontrava mantimentos, assim sendo, a farinha e outros gêneros começaram a ser vendidos "desde o mês de abril" por um baixo preço que não foi informado e, especulava-se um total de "seis mil cargas mais ou menos" saídas de Valença até aquele momento.[140] Se a quantidade de cargas com mantimentos estiver correta, é um indicativo de que o município tinha uma produção agrícola importante, não somente para a subsistência mas também com uma reserva para a comercialização. Os cereais vendidos a província vizinha e as demais vilas piauienses, ocasionou um desabastecimento local e gerou consequências quando a migração se tornou mais intensa, sendo necessário tomar medidas urgentes.

Vemos que uma das possibilidades para melhorar a situação da lavoura, seria o pedido a câmara municipal para que concedesse terras para a pobreza trabalhar, acreditamos que estas pessoas tenham se dedicado na lavoura pois era benéfico por conseguir sustento em meio à crise. Além disso, pede-se as pessoas abastadas que forneçam gratuitamente os animais para transportar as cargas de cereais, esse ponto é importante por representar uma forma de amenizar os cofres públicos, pois analisando a documentação notamos que os animais usados no transporte dos socorros eram alugados.

Seguindo as pistas encontradas na documentação de Valença, acreditamos que os migrantes tenham trabalhado em terras privadas em outros pontos da província e que estes locais podem ter funcionado como uma espécie de núcleos coloniais, uma vez que os migrantes poderiam lavrar a terra e ao mesmo tempo receber os socorros do governo.

---

[140] Ibidem.

Reiteramos que diante da agricultura de subsistência era uma fragilidade para economia do Piauí e que embora desse conta de alimentar a população local, em tempos de seca o abastecimento de cereais ficava vulnerável sendo necessária a ajuda do governo para suprir as necessidades da sociedade, sobretudo, dos mais necessitados. Nesse sentido, não somente Valença, mas também outras vilas começaram a emitir pedidos de socorro a administração provincial, pois muitas pessoas "sucumbiam de fome". Segundo Silva,

> Entende-se por abastecimento a oferta dos componentes alimentares que são essenciais para o supri mento humano, os gêneros de primeira necessidade. No Piauí oitocentista, eles eram, principalmente, a carne verde, a farinha, o feijão e o arroz. A economia piauiense, baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, durante as crises provocadas pelas secas, era fortemente abalada, havendo a necessidade de ação emergencial do governo da província para a manutenção do abastecimento da população.[141]

Um ponto importante é perceber a quantidade de pessoas pobres e as indigentes existentes em Teresina, notamos na documentação coligida que havia uma distinção entre estes grupos na distribuição dos socorros. Nesse sentido, Sancho de Barros Pimentel informou aos membros da comissão de Teresina "que nas distribuições de gêneros só atendidos aquelles que absolutamente não podem trabalhar e os que por qualquer forma se achão na indigência por efeito da seca."[142] Nessa perspectiva, entendemos que, diante da crise e da escassez dos recursos o governo provincial priorizou socorrer primeiro os indivíduos que viviam em extrema miséria, isto é, na indigência e aqueles que não pudessem trabalhar.

Em 8 de abril de 1877, José de Araújo Costa[143], recomendou a Comissão de Socorros da capital para enviar para a vila dos Humildes "50 quartas de farinha", no ofício o presidente orientou a forma como deveria ser feita a distribuição do cereal "aquele será alli vendido pelo custo aos pobres, e distribuída gratuitamente aqueles reconhecidamente indigentes."[144] Ou seja, os grupos políticos enxergavam as necessidades destes grupos de modo diferente. Assim sendo, ao longo da seca se orientou as comissões que a distribuição de cereais fosse realizada gratuitamente entre os indigentes e vendida a pobreza. Nesse sentido, Maria Antónia Lopes,

> Para uma aproximação ao conceito de pobreza é fundamental a ideia de privação. A pobreza é uma «situação de privação resultante de falta de recursos. Assim sendo, e embora a ideia de privação seja também imprecisa, considero que é pobre na época

[141] SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879. **REVISTA DE ESTUDOS DE CULTURA** | São Cristóvão (SE) | v. 10 | n. 24 | Jan. Jun./2024 | p. 67-78. P. 69.
[142] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 158, de 16 de maio de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.
[143] Foi um político piauiense, membro do partido Conservador, foi 2° vice-presidente da província do Piauí e exerceu interinamente o cargo de 27 de fevereiro a 15 de abril de 1878.
[144] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 878, de 8 de abril de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

> moderna todo aquele que sofre privações pelo menos numa das seguintes necessidades básicas: alimentação, vestuário e alojamento.[145]

Ora, a população pobre do Piauí assim como os migrantes oriundos de outras províncias vivia do trabalho em seus roçados e pequenos criatórios. Com os parcos recursos que dispunham conseguiam sobreviver apesar das dificuldades em períodos ditos "normais", mas com a chegada da seca e suas consequências sociais, essas pessoas passaram a viver na incerteza e insegurança, pois viram sua fonte de sobrevivência escassear rapidamente. Logo, viam-se privados dos itens de necessidade básica apontados por Lopes. E estando sem acesso as condições básicas de sobrevivência a pobreza não estaria na indigência?

De acordo com o dicionário Michaelis, indigência é "falta do que é indispensável à vida" ou "Conjunto de pessoas que vivem em pobreza extrema."[146] Por conseguinte, diante das informações coletadas nas fontes e a definição de pobreza apresentada por Lopes, entendemos que no contexto da seca, o governo do Piauí considerava indigente as pessoas pobres que se encontravam ao mesmo tempo expropriados de alimentação, moradia e vestuário. Ou seja, que não possuíam nenhum recurso para sobreviver. Todavia, com as consequências sociais decorrentes da seca de 1877-1879, muitas pessoas pobres que conseguiam sobreviver mesmo que com dificuldade sem auxílio de terceiros, se viram empurradas para a mais profunda miséria.

Assim sendo, os migrantes chegavam ao Piauí já em estado de indigência, a exemplo, o relato de Piripiri em 10 de setembro de 1877, o qual informa "Um grande número de emigrantes do Ceará, que talvez, se eleve a mil almas, tem chegado a esta villa, nus, e mortos à fome, e por isso necessitados do socorro público, que acha-se quase extincto."[147] Os jornais constantemente informavam os relatos do efeito na seca, sobretudo, das condições dos desvalidos, essa era uma forma de mobilizar e cobrar auxílios do governo. Desse modo, Silva analisa que:

> Vê-se que as cenas que os jornais imprimiam em suas páginas, colocando a população "desvalida", como protagonista da pobreza e da fome ampliadas pela seca, era o artifício que o grupo dominante, também seriamente afetado pelo momento que todos atravessavam, usavam para alarmar sobre a situação de penúria do Norte.[148]

---

[145] LOPES, Maria Antónia. Pobreza, Assistência E Controlo Social Em Coimbra (1750-1850). Palimage Editores, Vol I, 2000. P. 16.
[146] INDIGENCIA. In: MICHAELIS: Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/indigencia / Acesso em: 02 de fevereiro de 2025.
[147] Peripery 10 de Settembro de 1877. A IMPRENSA, N° 518, ano XIII, Teresina, 25 de setembro de 1877.
[148] SILVA, 2023, p. 153.

Com isso, observa-se que os jornais A Imprensa e o A Época, agiram cobrando medidas assistencialistas do governo e também propagando as ações realizadas ora elogiando, cobrando ou denunciando as irregularidades existentes nas Comissões de Socorros. Por trás dos discursos que colocavam a pobreza migrante como centro, existia a elite que também sofria com os efeitos da seca. A exemplo, do senador cearense Paula Pessoa que "tem tido prejuiso considerável na criação do gado n'aquela província. Mandou pedir consentimento a fazenda desta comarca, para retirar algum gado para aqui: e procura comprar ou arrendar terras, para fazer soltas do gado que ainda lhe resta."[149] De acordo com Frederico de Castro Neves,

> Era presumível que, no contexto de uma crise sem precedentes, com o rápido empobrecimento de grande parte da população, incluindo homens de posses e do campo, as autoridades percebessem que "são analfabetos, os proletários, os homens carecidos de todos os benefícios da civilização que commettem a quase totalidade dos crimes.[150]

Nesse sentido, Neves aponta que os crimes são "sinais de uma reação coletiva um pouco mais articulada"[151], o autor entende diante da fome e dos muitos pedidos de socorro enviados ao governo a população reage contra a ordem vigente. Por conseguinte, as elites foram afetadas pela seca direta ou indiretamente "mas as suas consequências chegaram até os ricos também por meio dos pobres, quando estes roubaram a sua propriedade, por exemplo, seja invadindo os depósitos, armazéns, ou matando o gado para se alimentar."[152]

Ocorre que havia muitos necessitados para socorrer tanto em Teresina como nas demais localidades do interior, nem sempre as comissões dispunham de muitos cereais no deposito o que ocasionava a entrega de pequenas porções aos migrantes que não era distribuída diariamente. Conforme mencionamos acima, o governo na distribuição de socorros enquanto se distribuía gratuitamente os gêneros alimentícios com os indigentes, a pobreza na capital em 1877 comprava "farinha por 80 réis o litro; milho a 50 réis e arroz a 300 réis o quilograma." O presidente da província recomendava "o cuidado de verificar que se vende a uma pessoa mais que quatro litros de cada gênero".[153] Ou seja, mesmo que as pessoas pobres tivessem algum recurso para comprar mais cereais, a venda não era autorizada.

As Comissões de Socorros faziam solicitações ao governo da província de acordo com as necessidades do momento, mas a migração era constante e, mesmo que nem todos os

---

[149] PIRACURUCA. A IMPRENSA, Teresina, ano 12, n°507, p. 2, 3 de maio 1877.
[150] NEVES, 2000, p. 36.
[151] Ibidem. P. 39.
[152] SILVA, 2023, p. 162.
[153] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, de 11 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

migrantes permanecesse nas vilas outros logo chegavam. A vista disso, no município de Piripiri em 18 de agosto de 1877, informa ao presidente Graciliano de Paula Batista que as "cento e cincoenta quartas de cereais, trinta Bois[154], e quarenta mil réis em moedas para compra de vasilhas para deposito de cereais" que solicitou a vila de Pedro II, só pode ser atendida com os quatrocentos mil réis quantia considerada exígua para suprir a migração cearense e a pobreza local com os gêneros de primeira necessidade.[155]

A fome foi um dos principais assuntos nos jornais piauienses durante a seca. As narrativas ao mesmo tempo em que relatavam sobre a miséria e a fome, também apresentava os migrantes como preguiçosos e se alardeava sobre a possibilidade de crimes como o furto. Desse modo, informavam de Príncipe Imperial que "A fome vai se tornando medonha: a pobreza desvalida e preguiçosa já vai encontrar alimento no crime (em furtos)." Informavam sobre as chuvas e a agricultura "Ainda não se plantou cousa auguma, geralmente, nesta terra e o pouco que por algumas partes se há plantado, está prestes a ir a terra pela falta absoluta de chuvas: já vai mais de mez que ellas não aparecem."[156]

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se apresenta a fome da população também chama atenção para o não progresso da lavoura devido à falta de chuva. Importante mencionar que as vilas de Príncipe Imperial e Independência, começaram a sentir os efeitos da seca logo nos primeiros meses de 1877. Os pontos apresentados justificam a urgência dos socorros, no entanto, o Estado imperial não pensou em medidas eficazes e embora houve empenho do governo provincial as ações visavam apenas aliviar a situação até a crise passar. Todavia, a região norte passava constantemente por secas periódicas e como os problemas estruturais não eram resolvidos a província continuou a enfrentar não somente um problema climático, mas também social.

Com o agravamento da seca após 1877, o Piauí viu cada dia mais o número de pessoas dependentes da ajuda dos socorros públicos aumentar. Em Piripiri, por exemplo, em novembro de 1878, a comissão socorria cerca de 300 pessoas, ao passo que se informa ao presidente da província que a seca ameaçava "acabar com a existência de parte da população indigente" e

---

[154] Sobre a distribuição de carne verde no Piauí, Silva informa que era feita em dias intercalados, mesmo que em maior quantidade. Além disso, embora seja mencionada a abundancia desse alimento na província o que possibilitava um maior acesso desse alimento a população, Silva informa que deve ser visto com cautela pois durante a seca "a carne verde oferecida geralmente era comprada pela comissão nos açougues ou de fazendeiros da região onde estavam instaladas, mas a quantidade e a frequência variavam de acordo com o rebanho local". Ou seja, em alguns locais poderia haver a falta das rezes como era o caso de Oeiras. SILVA, 2024, p. 77.

[155] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa da vila Piripiri. Oficio sem numeração, de 18 de agosto de 1877, enviado pela comissão de socorros de Piripiri ao presidente da província Graciliano de Paula Batista. Comissão de Socorros de Piripiri 1877-1879.

[156] Príncipe Imperial 2 de Março de 1877. A IMPRENSA, n° 504, ano XII, p. 2, Teresina, 21 de abril de 1877.

para evitar tal situação informa que somente de cereais "não podem estes infelizes passarem", sendo necessário o fornecimento de "algum dinheiro para comprar gados para os suprir."[157] Diante disso, a comissão reconhece ser insuficiente alimentação disponibilizada para nutrir devidamente os migrantes. No fim da seca, já existia 610 desvalidos sendo supridos com os auxílios públicos, o demonstra que no momento da suspensão das verbas imperiais havia muitas pessoas sem condições de prover sua subsistência na vila de Piripiri.

Em Teresina, diante do grande número de migrantes que adentaram a cidade vindos do Ceará, Príncipe Imperial e outros municípios do Piauí, a Comissão de Socorros reconhece que "tem distribuído viveres e roupa em quantidade muito limitada", ou seja, além de Piripiri na capital da província também é percebido a insuficiência dos auxílios não somente de alimentos como também de roupas. Abaixo trazemos um quadro com os dados dos cereais existentes no deposito da comissão de Teresina.

Quadro 3 – Quantidade de cereais existentes no deposito da Comissão de Socorros de Teresina, em 17 de dezembro de 1878.

CEREAIS	NÚMERO DE QUARTAS	NÚMERO DE LIRTOS
FARINHA	396	19.800
MILHO	26	1.300
FEIJÃO	40	2.000
SAL	33	1.320

Fonte: Informações coletadas no: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração de 17 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

No documento, os viveres em maior quantidade no deposito são a farinha e o feijão. A farinha nos documentos aparece como sendo o alimento mais requisitado e distribuído pelas comissões indicando "que a farinha era fonte primordial da alimentação da população no Piauí no século XIX."[158] Observamos que o arroz embora seja um dos alimentos com grande procura e consumo estava em falta no deposito de Teresina. Desde de julho de 1877 que em Valença "o arroz só se encontrará com muita dificuldade e em diminuta quantidade."[159] Onde também não havia no mercado milho e feijão, gêneros existentes na capital em pequena quantidade.

[157] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa da vila Piripiri. Oficio sem numeração, de 14 de novembro de 1878, enviado pela comissão de socorros de Piripiri ao presidente da província. Comissão de Socorros de Piripiri 1877-1879.
[158] SILVA, 2024, p. 71.
[159] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numeração de 10 de julho de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Valença.

Com quantidades pequenas de cereais no deposito a subsistência da população ficava comprometida, além disso, pode ser visto como um dos fatores para distribuição de pequenas porções dos gêneros a pobreza. Enfatizamos que cada localidade tinha suas próprias necessidades, com isso a requisição de cereais variava muito de uma vila para outra. De acordo com Silva,

> Príncipe Imperial, que recebeu 150 sacos de farinha, 250 de arroz pilado e 250 de feijão, por ordem de ofício provincial de dezembro de 1877; enquanto para Picos, Oeiras e Jaicós foram enviados apenas 150 sacos de farinha, 75 de arroz pilado, 75 de milho e 10 sacos de feijão, no mesmo período.[160]

A partir disso, nota-se que a quantidade de cereais enviados para Príncipe Imperial é superior a remessa destinada as vilas de Picos, Oeiras e Jaicós, demonstrando que nestes locais o desabastecimento não era tão grande quanto no primeiro. Para as últimas localidades foram enviados 75 sacos de milho item que não foi solicitado por Príncipe Imperial. Se nos atentarmos ao quadro, notaremos que o milho aparece em menor quantidade no deposito de Teresina, segundo Silva, ao analisar a distribuição dos viveres nos núcleos coloniais que "O milho, em baixa distribuição, provavelmente não era destinado à alimentação humana, mas possivelmente para a semeadura nas plantações a que os migrantes deveriam se dedicar."[161]

Notamos a atenção que o governo dava as pessoas em situação de vulnerabilidade como: viúvas, menores de idade, incapacitados para o trabalho, doentes e pessoas com deficiência são colocados como prioridade na distribuição dos socorros.[162] No entanto, mostrava-se totalmente intransigente com migrantes desordeiros, conforme mostra o ofício abaixo.

> Para prevenir quais quer desordens futuras promovidas ou provocadas pelos emigrantes, ordena, nesta data, ao delegado de polícia deste termo para organizar uma lista dos turbulentos autores ou cumplices, à fim de que essa comissão de socorros, regulando-se por essa nota suspenda-lhes toda e qualquer consignação ou auxílio do governo.[163]

Ao mesmo tempo em que o governo socorria a população desvalida, agia com rigor com aqueles que se mostravam rebeldes as normas impostas pelo Estado. Ou seja, embora houvesse ações assistencialistas visando melhorar as condições de vida da pobreza durante a seca, o Estado continuou com sempre fez a impor regras que regulamentava os modos de agir destes sujeitos. Aos "transgressores" da ordem teriam a punição da suspensão dos socorros públicos, essas ações eram controladas através de listas nominais para tentar barrar os migrantes

---

[160] SILVA, 2024, p. 72.
[161] Ibidem, p. 74.
[162] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente provincial Barão de Campo Maior, em 24 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.
[163] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 40, de 22 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

“turbulentos” na hora de receber a ajuda do governo. Essa medida foi proposta a Comissão de Socorros de Campo Maior como uma forma de prevenir a desordem local.

Desse modo, vemos que o governo provincial buscou através das comissões de socorros, amenizar o sofrimento da pobreza flagelada. As ações de combate à seca no Piauí tinha por finalidade atender as necessidades mais urgentes dos migrantes como a fome, a nudez e a doenças. Embora não tenha conseguido atender a todos os migrantes de modo eficaz, o auxilio prestado pela comissão de socorros foi fundamental para que a população expropriada de bens sobrevivesse ao momento de crise.

3. O trabalho como instrumento moralizador.

> "Pensar a seca, portanto, não é mais pensar apenas na ausência de chuvas que causa a destruição das colheitas, mas é, prioritariamente, pensar na massa de retirantes famintos e esfarrapados a invadir as cidades na busca de alimentos e trabalho."[164]

3.1 Combater a ociosidade com o trabalho: as obras públicas no Piauí

Houve durante a seca de 1877-1879 no Piauí, uma tentativa de o governo provincial inserir a classe livre e pobre no trabalho regular. Para tanto, buscou-se por meio das assistências prestadas pela Comissão de Socorros[165], programar ações efetivas que pudessem afastar os migrantes para longe dos vícios e crimes. É importante frisar que a população pobre era vista pelas autoridades e pelas elites como "vadias" e "preguiçosas", pois, o discurso oficial representava estes sujeitos como quem ojerizava o trabalho.

Segundo Francisco Gleison da Costa Monteiro[166], o perfil dos homens livres e pobres, era de uma população movediça e escorregadia. Estes sujeitos trabalhavam de forma autônoma, em trabalhos temporários ou cuidando de suas pequenas plantações. Consequentemente, as elites incomodaram-se com a insubordinação das pessoas livres e pobres e passaram a construir o discurso de que estes eram indolentes e impróprios ao trabalho regular.[167]

Ainda segundo este autor, o governo provincial procurou manter essa população pobre sob vigilância, pois consideravam estes sujeitos como pervertidos, indisciplinados e arredios ao trabalho. Dessa forma, a pobreza foi sendo construída nos discursos oficiais como pertencentes ao "mundo da desordem". Por essa razão, as autoridades procuraram vigiar as ações dessas pessoas com o intuito de evitar qualquer perturbação da ordem e do sossego público.

Não obstante, as autoridades procuraram meios para manter os homens livres e pobres ocupados. O discurso oficial enfatizava que "o trabalho moralizava e prevenia os roubos e a desordem."[168]. Diante disso, essas pessoas passaram a ser cada vez mais vigiadas e coagidas pelas leis imperiais e pelos códigos de posturas municipais. Além disso, construiu-se uma

---

[164] NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p.50.

[165] "A Comissão de Socorros Públicos foi uma instituição criada para amparar os migrantes que chegavam às cidades e não possuíam condições de manter-se, dependendo das ajudas mandadas pelas autoridades provinciais. A Comissão era um órgão de assistência aos flagelados da seca que visava fornecer ajudas imediatas para que não ocorresse calamidade em nível mais grave." GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. **Degredados da seca:** políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação (Mestrado em História). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022, p.88-89.

[166] MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

[167] MONTEIRO, 2016, p.137.

[168] MONTEIRO, 2016, p.136

imagem pejorativa em relação aos livres e pobres no Piauí, "pelo fato de estes não terem instrução e nem vontade alguma de prestar serviços na lavoura"[169]. Logo, o não aproveitamento da mão de obra livre era visto como uma das causas do atraso e estagnação do mercado interno da província.

Em vista disso, buscamos descrever à trajetória dessas pessoas livres e pobres que durante muito tempo ficaram esquecidas na narrativa histórica. O ponto de partida são as obras públicas que os migrantes trabalharam durante a seca. Conforme havia dito anteriormente, o discurso vigente da administração provincial era que no Piauí faltava braços para trabalhar.

Aliado a isso, usava-se termos pejorativos para desqualificar a população pobre. Eventualmente, os movimentos migratórios na província deixaram as autoridades preocupadas pela grande quantidade de pessoas circulando pelas ruas e estradas, sem ocupação "útil". Nesse sentido, Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves, aponta que para "as autoridades, o trabalho era a melhor forma de solucionar o problema e lidar com o grande número de pessoas que ofereciam serviços em troca de seu sustento"[170]. Tal fato pode ser constatado a partir da edição de 25 de setembro de 1877, do jornal A Imprensa em uma nota em negrito intitulada "Instrucções":

> Como medida salutar a bem da manutenção da moralidade e boa ordem, convem que as commissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade pública em projecto ou andamento, afim de prevenir os máos effeitos da ociosidade. A estes que assim se resolverem ministrarão uma ou outra ferramenta, durante o tempo de serviço, e não, como algumas vezes há sido praticado, um sortimento completo de peças para o trabalho da lavoura, enxadas, fouces, machados e facões[171].

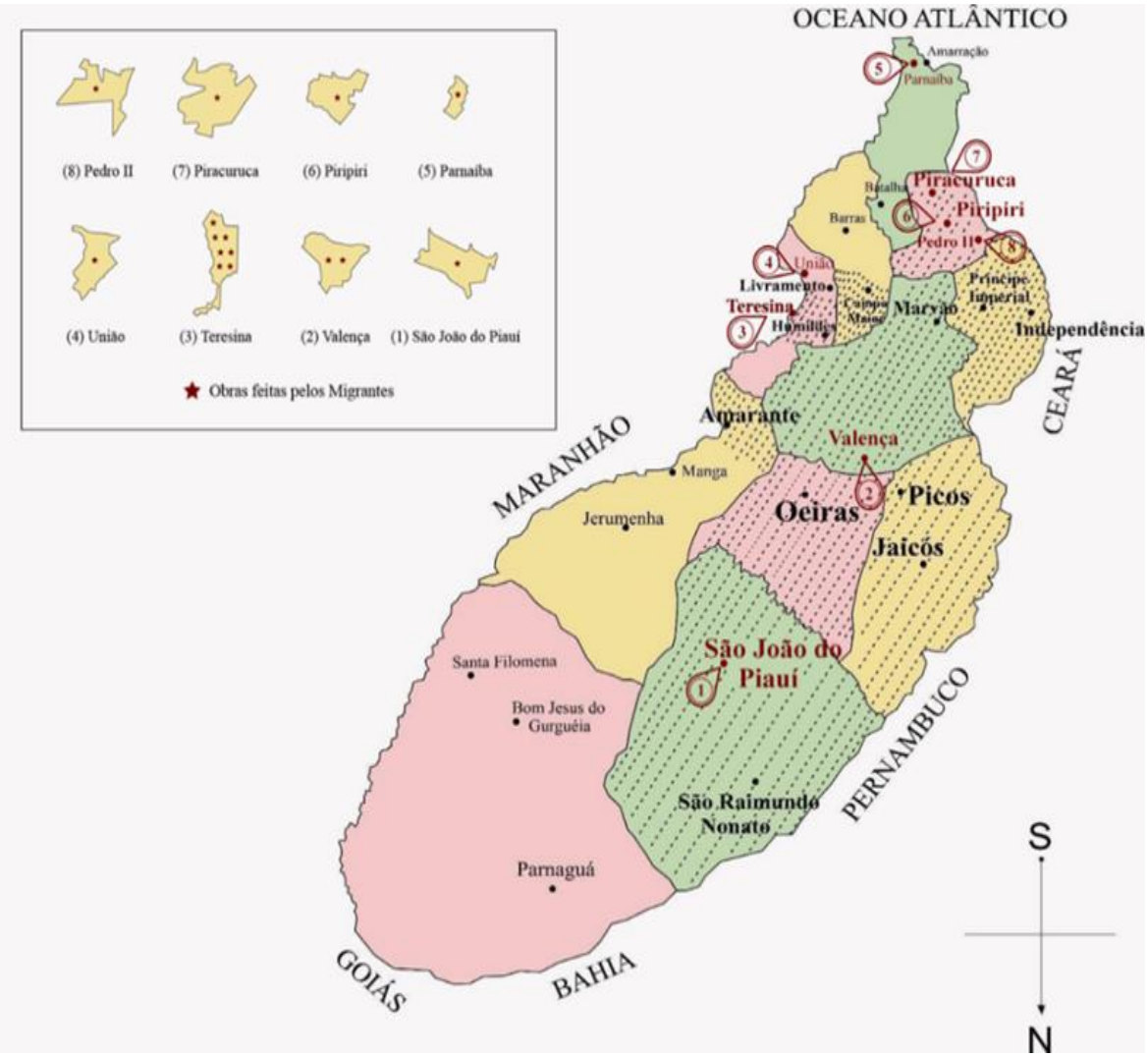
Conforme citação acima, as instruções do governo provincial as Comissões de Socorros, era de preocupação da administração do gabinete provincial que os migrantes estivessem trabalhando. A medida faz parte da nova forma de socorro aos flagelados da seca, o socorro indireto, ou seja, para que os migrantes recebessem auxílio do governo era preciso que estes trabalhassem nas obras públicas.

De acordo com a documentação, a assistência do governo as pessoas que trabalhavam nos serviços públicos, ocorria de duas formas: mediante o pagamento em dinheiro e através da distribuição de alimentos, como mostra o ofício remetido à Comissão de Socorros de Teresina "Mando a Comissão de Socorros desta capital entregue ao Reverendo Frei Serafim da Catania, 10 sacos com farinha, afim de serem distribuídos com os emigrantes empregados na obra da igreja de São Benedito"[172] Além da construção da igreja São Benedito, os migrantes

[169] Ibidem. p.138.
[170] GONÇALVES, 2022, p.94.
[171] INSTRUCÇÕES. **A IMPRENSA**. N° 518, P.04, 25 de setembro de 1877.
[172] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício n° 201, de 21 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

trabalharam em outras obras, tanto na capital como nas localidades do interior, conforme mostra o mapa abaixo:

Figura 2: Localidades do Piauí que tiveram obras públicas construídas pelos migrantes durante a seca de 1877-1879.



Fonte: SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023. Mapa adaptado por Kátia de Araújo Silva e Jonas Carvalho Fortes, a partir de informações coletadas nos jornais *A Imprensa* e o *A Época*.

Ao analisarmos o mapa, notamos que as obras públicas se concentraram na região norte da Província, o que pode ser um indicativo de uma maior concentração de migrantes nesses locais, assim como, onde os rigores da seca tenham sido mais intensos. No sul do Piauí somente São João do Piauí foi beneficiada com a construção da Casa do Juri. A capital Teresina foi o

local que recebeu mais obras, foram sete edificações no total[173]. Acreditamos que a grande concentração de migrantes na cidade tenha impulsionado as reformas e construções, já que essa era uma forma de mantê-los ocupados e também de trazer algum benefício local.

Depois de Teresina, a cidade que mais recebeu serviços feitos pelos migrantes foi Valença. A mão de obra migrante foi direcionada para a construção de um prédio para as seções da câmara e do júri o qual ficou "em bom e espaçoso edifício", e também, fizeram reparos na casa da cadeia. Este último serviço foi algo mais simples, consistiu "em uma grande calçada no prédio Provincial"[174].

Observando as instruções do governo provincial, a Comissão de Socorros de Pedro II se organizou para fazer a reedificação da igreja da vila que consideravam de "verdadeira utilidade". Nesta obra foi gasto em socorro dos desvalidos 216:00 réis e, além dos trabalhadores da igreja existia em Pedro II mais 140 pessoas pobres sendo socorridas com o auxílio público[175], tantos braços ociosos preocupava as autoridades e as edificações tinham a função de empregar essas pessoas, no entanto, nota-se que as obras eram insipientes e maior parte dos migrantes continuava sem trabalho.

A reforma e expansão da cadeia da vila de União é uma das obras públicas sobre a qual praticamente não havia nenhuma informação[176]. Ocorre que por ocasião do fim dos socorros públicos em 1879, os membros daquela comissão[177] publicaram no jornal A Época as ações que desenvolveram durante a seca. Umas das primeiras medidas foi:

> Dar qualquer ocupação aos emigrantes validos, por entender que a esmola aviltava, e seria um grande erro, se não um perigo futuro, em plantar por conta do governo a ociosidade em uma população, que ainda tinha certo pudor, e acceitava o trabalho, embora parcamente remunerado, como um grandioso benefício do estado[178].

Ou seja, seria benéfico para o estado ter pessoas disciplinadas que aceitavam o trabalho sem se rebelar contra o sistema. Para a comissão, manter tantos migrantes às custas do governo

---

[173] Assim sendo, essas pessoas ajudaram a construir o cemitério da cidade, a igreja de São Benedito, as rampas e taludes à margem do rio Parnaíba, a Santa Casa de Misericórdia, Delegacia, Quartel de Polícia e na construção da igreja de Nossa Senhora das Dores, cf. SILVA, 2023.

[174] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numeração, de 14 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.

[175] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Pedro II. Ofício sem numeração, de 5 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Pedro II 1877-1879.

[176] Em um de seus relatórios, Sancho de Barros Pimentel informa sobre as obras feitas na província durante a seca, no entanto, não há o registro da construção feita em União, talvez porque ainda estivesse inacabada. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 11

[177] O juiz de direito, Samuel Filippe de Souza Uchôa, o promotor público, Gentil Homem Avellino e Francisco Barbosa Ferreira.

[178] Commissão de soccorros da União 15 de maio de 1879. **A ÉPOCA**, N°62, p.3, ano II, Teresina, 8 de junho de 1879.

era o mesmo que os jogar na ociosidade o que poderia acarretar em "perigo futuro". A vista disso, antes que este contingente populacional se acostumasse a viver desocupados, cuidaram logo em empregar os que eram válidos[179] na reforma e construção da cadeia local que a época "estava imprestável sem parte do tecto, ameaçando ruina total"[180] Em tais circunstâncias era quase impossível fazer a reclusão de algum criminoso por não haver segurança alguma.

Por conseguinte, apesar das dificuldades financeiras relatadas por quase todas as comissões, em União deram início a construção. Os migrantes fizeram algumas modificações no prédio deixando-o mais espaçoso, fez novas repartições para melhor acomodar o destacamento e o comandante, trocaram o telhado e as grades, fizeram um depósito, entre outros reparos. A obra teve início ainda em 1877, mas devido a proporção da construção acreditamos que tenha se estendido pelo ano seguinte.

Quanto ao pagamento dos trabalhadores este era feito em dinheiro com um valor acima do que usualmente se fazia, a diária chegava a 640 réis, o valor da diária era feito conforme o número familiar de cada um. Embora não fosse recomendado pelo governo pagar aos migrantes com dinheiro, a comissão justifica dizendo que "como no princípio da emigração os gêneros neste município erão vendidos por preços regulares, e o pagamento por esta forma estimulava a população adventícia a acceitar o trabalho que se convidava"[181]. O que nos faz supor que os migrantes não se sentiam atraídos ao trabalho recebendo apenas cereais.

Conforme observamos no mapa, as demais cidades receberam apenas uma obra cada. Outros locais como Picos, Jaicós, Oeiras e Príncipe Imperial, embora tenham recebido muitos migrantes, a exemplo de Oeiras, de onde constantemente se recebia pedidos de ajuda, não foram contemplados com obras públicas. Diante disso, percebemos que a administração provincial de fato procurou efetivar ações assistencialistas que visavam direcionar os migrantes ao trabalho, afim de evitar a ociosidade. Sobre as obras públicas no Piauí, Márcio Douglas de Carvalho Silva, informa que:

> Os migrantes foram empregados em obras de caráter momentâneo e que trariam pequenos benefícios apenas para a localidade em que estavam sendo executadas. Evidentemente, após concluídas essas obras, estavam mais uma vez os migrantes a depender dos socorros diretos do governo sem a contrapartida do trabalho. Onde parecem ter sido ocupados por mais tempo foi na edificação da Igreja de São Benedito[182].

---

[179] Quando nos referimos aos migrantes válidos, quer dizer aqueles que estão aptos ao trabalho, ou seja, que não estão doentes ou em alguma circunstância que os impeça de trabalhar.
[180] Comissão de socorros da União 15 de maio de 1879. **A ÉPOCA**, N°62, p.3, ano II, Teresina, 8 de junho de 1879.
[181] Comissão de socorros da União 15 de maio de 1879. **A ÉPOCA**, N°62, p.3, ano II, Teresina, 8 de junho de 1879.
[182] SILVA, 2023, p.356.

Com isso, evidenciamos que diferentemente do que aconteceu no Ceará, província que recebeu obras importantes durante a seca e nas quais os migrantes foram empregados, no Piauí, não se construiu nenhuma grande obra que trouxesse progresso material para a província. Os benefícios das edificações feitas pelo trabalho dos migrantes ficaram restritos aos locais onde estas foram construídas.

Em Parnaíba, os migrantes foram empregados no aterro do "grande covão que ali existia"[183] o pagamento era feito através da distribuição de cereais por um encarregado da Comissão de Socorros daquela cidade. Logo cedo, os migrantes caminhavam em direção à praia levando nas mãos algum objeto para apanhar a areia e poder receber o alimento diário, provavelmente faziam esses percursos diversas vezes ao dia debaixo de um sol escaldante. As condições de trabalho não eram favoráveis. Crianças, idosos e jovens se aglomeravam, cada um levando sua cuia com areia, na esperança de receberem auxílio do governo, alguns já fracos, cambaleantes, tratados rispidamente pelos membros da comissão de Socorros, mas viam naquele trabalho a possibilidade de continuar vivos em meio a seca.

Dessa forma, compreendemos o porquê de mesmo havendo denúncias de abusos cometidos contra os migrantes, estes estarem lá todos os dias caminhando em direção à praia com suas cuias cheias não somente de areia, mas também de esperança. O jornal A Época sugeriu aos trabalhadores do aterro de Parnaíba para "fugi, não esperei os trinta dias fatais que a comissão vos aguarda, fugi já e para outra província, do contrário à vossa extinção será certa, deixai lançar sacos de víveres ao rio, já que a caridade dos homens a tanto chega!"[184].

O denunciante afirma ter se trajado com andrajos e passado o dia entre os migrantes na obra do aterro. Ao ver o modo como estes pobres sujeitos eram tratados sugere-lhes que vão para fora da província. Reclama-se também da falta de variedade nos cereais pois muitas vezes "era milho somente!" Expostos ao trabalho e a uma péssima alimentação, alguns retirantes vieram a óbito. De fato, o cotidiano nas obras públicas não era fácil, uma constante luta por sobrevivência.

O governo provincial recomendava frequentemente as Comissões de Socorros que empregassem os migrantes em alguma obra pública. Todavia, eram poucos as construções a serem feitas e também esses serviços tinham um caráter momentâneo, terminado o serviço os

[183] Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 11

[184] COMO SE MORRE A FOME NA PARNAHYBA. **A ÉPOCA**. 21, p.03, ano I, 24 de agosto de 1878.

migrantes estavam novamente desempregados. Era de interesse do governo manter essa massa de pessoas ociosas em algum trabalho, pois considerava estes sujeitos como desordeiros e preguiçosos. Assim sendo, receavam "que a mão mirrada do indigente se arrume para roubar e assassinar, quando lhe a não podermos encher de pão; por isso a população está sobressaltada e pede segurança"[185].

Segundo Maria Mafalda Boldoino de Araújo, apesar das poucas oportunidades de emprego e também devido aos escassos recursos financeiros, a implementação de obras se iniciavam, mas, logo eram interrompidas. No entanto, o governo continuou empenhado em abrir novos postos de serviço em Teresina e em toda a Província do Piauí.[186] Nesse sentido, em ofício remetido à Comissão de Socorros de Piracuruca, o presidente da Província destinou 800 réis para aplicar na obra da tapagem do rio e que empregasse os migrantes neste serviço. Além disso, informou como deveria ser feito o pagamento dos desvalidos: "dará sempre roupa, sustento, medicamentos e instrumentos de trabalho, não podendo assim dar-se lhes mais o salário"[187].

Durante a seca no Piauí, foram poucos os trabalhos nos quais os migrantes receberam alguma remuneração em dinheiro, na maioria das vezes o pagamento pelo serviço prestado eram os auxílios já fornecidos pelas comissões. Em Príncipe Imperial, por exemplo, o governo recomendou durante a distribuição dos socorros que fossem "aproveitados os esforços dos desvalidos, transformando-se a esmola em remuneração do trabalho"[188], o problema é que nem todos os migrantes estavam aptos a trabalhar devido à idade (havia muitas crianças e idosos), problemas de saúde e até mesmo a disponibilidade de vagas, havia muitas pessoas e quase nenhuma obra pública a se construir.

Por recomendação do presidente da província a Comissão de Socorros de Teresina, foi incumbida de empregar constantemente em alguma obra de utilidade pública, os migrantes abrigados no edifício onde anteriormente funcionava o quartel de Polícia. Percebemos que a aglomeração dos desvalidos causava receio às autoridades e por isso buscavam enquadrá-los dentro do que consideravam ser moralmente correto. Nesse sentido, o trabalho foi o meio que o governo piauiense buscou junto às elites agrarias disciplinar estes sujeitos e afastar estes migrantes da mendicância.

---

[185] **A IMPRENSA**, Teresina, ano 12, n°516, p. 4, 31 de agosto, 1877

[186] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de**. Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivencia em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010, p. 54.

[187] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 575, de 4 de agosto de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

[188] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 241, de 25 de setembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

Supomos que estes migrantes tenham sido empregados na obra do cemitério, na construção da Igreja de São Benedito e demais edificações públicas ocorridas em Teresina nesse período. Aos migrantes deveria ser paga uma "diária de 300 réis para os adultos e 150 réis para os menores em estado de trabalhar"[189]. Neste caso em especifico até as crianças validas receberiam uma gratificação, supondo que uma família com muitas pessoas estivesse empregada, daria para manter-se, mas com dificuldade tendo em vista o alto preço dos alimentos[190]. Assim sendo,

> O pagamento de diárias aos migrantes pela execução do trabalho nas diferentes atividades direcionadas pelo poder público piauiense possibilitava que aqueles trabalhadores adquirissem a própria alimentação, podendo comprar no mercado ou nos depósitos das Comissões de Socorros, onde eram distribuídos e também vendidos viveres à população[191].

As edificações que os migrantes trabalharam exigia muito esforço físico e sem alimentação necessária era difícil realizar as tarefas. Não remunerados com suficiência para terem acesso a uma alimentação mínima e quando a Comissão de Socorros lhes pagava em suprimentos também não era o suficiente para repor as energias do trabalho diário, de tal modo que muitos retirantes optaram por evadir-se das obras públicas. Na extração da pedra da laje para a construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, em Teresina, foram designados 102 migrantes para a localidade chamada Nazária, sob a inspeção de Custódio José da Cunha. A diária pelo trabalho era de 220 réis, contudo, em 21 de novembro de 1877, 55 migrantes retiraram-se da obra[192].

Não sabemos ao certo o que teria motivado a saída de tantos retirantes ao mesmo tempo da obra, mas, inferimos que uma possível causa tenha seja o baixo valor pago da diária em relação ao alto custo de vida ou o pesado trabalho de extrair pedras sob sol escaldante e altas temperaturas nas terras do Piauí, soma-se a isto a má alimentação e até o acometimento de doenças. Por essas péssimas condições de trabalho os migrantes prefiram evadir que o trabalho. No entanto, os sujeitos que não se submetiam a estas circunstâncias de trabalho eram considerados pela gestão provincial e classe abastada como preguiçosos e tantos outros adjetivos pejorativos. Retirar-se de um serviço em condições subumanas foi à forma que os migrantes encontraram para resistirem ao sistema de controle e trabalho exaustivo que foi imposto pela elite política e administrativa da província.

---

[189] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 346, de 15 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[190] SILVA, 2023.
[191] Ibidem. p. 359.
[192] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 93, de 7 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

Em 27 de setembro de 1878, o então presidente da província Sancho de Barros Pimentel, recomendou a Comissão de Socorros de Teresina para "aproveitar os serviços dos migrantes sadios que são alimentados pelo governo e que nesta cidade não encontram trabalho"[193], na construção de um novo cemitério "em continuação do que existe". Além disso, o presidente também orientou sobre as medidas e o modo pelo qual deveria ser construído o cemitério com "tres paredes em tudo iguais às do cemitério existente com diferença apenas na largura"[194] a frente deveria ter "um gradil de madeira mettido entre as colunnas (...) ficando no centro um portão largo"[195].

Nota-se que apesar das constantes queixas de falta de recursos, o presidente se empenhou em abrir frentes de serviço. Por conseguinte, o ofício mostra o alinhamento do governo provincial com os ideais do Estado, pois deveria "aproveitar os serviços dos migrantes sadios", ou seja, não eram bem vistos os retirantes que estando em boas condições de saúde vivessem no ócio e recebendo os socorros públicos.

Chamou-nos atenção nesta obra o fato de os retirantes receberem duas formas de pagamento: em dinheiro, com uma gratificação de 500 réis a diária e também com a alimentação, que segundo conta era o necessário para os trabalhadores e suas famílias. Vejamos no quadro:

Quadro 4: Relação nominal dos migrantes empregados na construção do cemitério de Teresina e suas famílias para serem supridos pelo governo.

Migrante/Trabalhador	**Estado civil**	**Familiares**
1-Pedro Rodrigues de Mattos	Casado	Mulher - Ana Alva de Souza Filhos/Idade: Maria (10), Josefa (8), João (5), João (4).
2- Pedro de Souza Pereira	Casado	Mulher – Maria da Conceição. Filhos/Idade: Joana (8), Josefa (7), Francisca (6), Antônia (5), Maria (4).

[193] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 645, de 27 de setembro de 1878. Ofícios da Presidência 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.
[194] A orientação de não fazer as paredes na mesma largura das já existentes se deve ao fato de que havia as catacumbas e para seguir esse modelo aumentaria o tamanho, o que ocasionaria aumento de despesas. O responsável pela obra foi o tenente coronel Ignacio de Sousa Lima.
[195] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 645, de 27 de setembro de 1878. Ofícios da Presidência 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

3-Antônio Raymundo Pereira	Casado	Mulher – Francisca Xavier do Espírito Santo. Filhos/Idade: Maria.
4- João Ferres Sampaio	Casado	Mulher – Ana Maria do Espírito Santo. Filhos/Idade: Filha (4), filha (2)
5-Francisco Pereira Jacome	Solteiro	Mãe: Joana Gonçalves de Oliveira. Irmãs: Maria Gonçalves de Oliveira (16), Joaquina Francisca Quaresma (13), Antônia Francisca Quaresma (11) Prima: Maria Francisca da Conceição (20)
6-Bernardo Dias dos Santos	Casado	Mulher - Francisca Maria da Conceição. Filho/Idade: Manoel (2), José (1).
7-Joaquim de Sousa Martins	Solteiro	Sem familiares
8-Delfim Francisco Quaresma	Solteiro	Sem familiares
Total de trabalhadores: 8 pessoas		**Total de familiares: 24 pessoas**

Fonte: Informações coletadas pelos autores no documento: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. OFÍCIO sem numeração, de 28 abril 1879, Teresina, documentos avulsos da Comissão de Socorros Públicos de Teresina.

O quadro nos mostra a quantidade de trabalhadores envolvidos nessa construção, um total de 8 pessoas, é um número relativamente baixo se levarmos em conta os muitos migrantes que estavam perambulando em Teresina. Além disso, é possível visualizar o perfil destes sujeitos que, em geral, eram casados ou tinham algum dependente consigo, como é o caso do migrante Francisco Pereira Jacome, que embora fosse solteiro estava na companhia da mãe, três irmãs e uma prima e apenas dois homens solteiros e sem familiares. Nota-se que eram famílias extensas, sempre registravam o número de 5 ou 6 membros e, de certa forma, a Comissão de Socorros até fornecia alimentação para os empregados na obra e seus familiares, mas era precária na qualidade e na quantidade.

Por conseguinte, o quadro também nos fornece dados em que somente os homens eram empregados nas obras e as mulheres eram direcionadas a produção dos mantimentos para a família. A partir das ferramentas fornecidas ao encarregado da construção, o tenente coronel Ignácio de Sousa Lima, percebemos que este era um serviço que exigia grande esforço físico,

entre os materiais estava: alavancas, marretas, machados, barris, enxadas e foices[196]. Importante pontuar que a obra só teve início nos meses finais de 1878, mas desde julho o capitão Miguel Borges informou que sairiam do seu núcleo "cinco emigrantes solteiros, para se ocuparem no serviço do cemitério que o governo pretende mandar construir"[197].

A decisão do capitão foi direcionada por um ofício enviado em 27 de julho pelo presidente da província, no qual deram ordens para enviar estes sujeitos para trabalharem na obra futura. A princípio, procuramos pelo dito ofício para confrontar as informações, mas não o tendo encontrado supomos que o teor desse documento seja a recomendação do governo de que os migrantes que não estivessem ocupados com as roças se direcionassem a cidade para "se ocuparem", ou seja, o governo não via com bons olhos sustentar essas pessoas nos núcleos sem que estivessem trabalhando, visto que essa era uma das finalidades desses estabelecimentos.

O indicativo disso é que havia outros retirantes em Teresina que poderiam ocupar-se do serviço. Além disso, nos chamou atenção o fato da escolha dos "migrantes solteiros". Havia uma rotatividade de pessoas nas obras públicas, alguns abandonaram o trabalho como forma de protesto, resistência e por isso é provável que os migrantes do núcleo Gandú não estejam na lista do quadro acima, pois eram cinco homens solteiros e na lista só constam três pessoas com esse perfil. É provável também que ao sair do núcleo nem todos tenham se apresentado para trabalhar nas obras públicas.

Conforme mencionamos anteriormente, a construção do cemitério tinha como remuneração diária de 500 réis e também a alimentação. A alimentação distribuída diariamente tinha as seguintes proporções: "20 quilos de carne verde, 40 litros de farinha e 1.200 gramas de sal"[198], era uma grande quantidade de alimentos o que reforça a socialização das refeições com os familiares dos trabalhadores. Mandou-se o administrador do serviço fornecer "2 caldeirões grandes, 4 gamelas ou bandejas de pau, para uso desses emigrantes"[199]. Apontando que as refeições seriam servidas "possivelmente de modo coletivo nas gamelas em que os trabalhadores se serviam"[200]. Apesar de ter uma variedade de alimentos, Silva enfatiza que:

> Mesmo com esses obstáculos, para pessoas que não tinham outra forma de manter a sua alimentação diária, ter um trabalho e alimento podia representar a possibilidade

[196] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Relação de ferramentas e mais utensílios que recebi para o cemitério em construção. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.
[197] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício enviado pelo capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, a Comissão de Socorros de Teresina, em 29 de julho de 1878. Ofício dos contratantes de núcleos. Localização: Cod. 585, Estn. 05, Prat. 03.
[198] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício nº 67, de 23 de abril de 1879. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Localização: Código 579, Estante 05, Prateleira 02.
[199] Ibidem.
[200] SILVA, 2023, p.358.

> de manter-se vivo à espera de novas oportunidades. Para a maioria dos migrantes cearenses e piauienses pobres, ter o que comer diariamente, mesmo que fosse somente farinha, significava sobreviver.[201]

Por tais motivos os migrantes sujeitavam-se a trabalhos exaustivos. A exploração da mão de obra migrante na construção do cemitério não se restringiu somente no erguimento das paredes, mas também em arrancar pedras e conduzi-las ao local da obra. Essa extração era feita em diversos lugares sendo necessário o constante deslocamento dos trabalhadores, o que exigia grande esforço físico destes homens. Para tanto, o responsável pelo serviço, o tenente coronel Ignácio de Sousa Lima, solicitou a Comissão de Socorros que contratasse dois feitores para auxiliá-lo[202].

Nesse sentido, os feitores ficariam incumbidos de vistoriar "os migrantes no arrancamento e condução de pedras" e outro para "auxiliar e substituir" o encarregado do serviço quando este precisasse se ausentar. Inferimos que esta solicitação fosse uma forma de manter os migrantes sob o olhar e controle do estado, uma vez que ao fazer deslocamentos para extrair as pedras estes indivíduos poderiam ficar dispersos e ter alguém vistoriando era uma garantia de que o trabalho fosse executado e evitaria planos de evasão. Além disso, os feitores também ajudariam a solucionar os eventuais problemas que surgissem.

A extração de pedras para a construção do cemitério era um serviço que além da força humana necessitava de meios de transporte para levá-las até o local da obra. Esse trabalho exigia força e habilidade e não tinha como os migrantes realizá-lo de forma manual. Com isso, a comissão de socorros solicitou a câmara municipal, o fornecimento de duas carroças para "locomoção dos materiais que tem de ser empregados na construção de um cemitério nesta cidade, para serventia pública", entretanto, a câmara informou que não poderia fazê-lo cabendo a autorização ao presidente da província. A comissão considera a câmara municipal incompetente por deixar de atender um pedido que tinha por finalidade trazer benefícios à população[203].

No Piauí as obras públicas estiveram mais voltadas para construções e reformas de prédios públicos. São poucos os indícios de investimento em reservatórios de água, até o momento conseguimos localizar a construção de um açude em Piracuruca e de um poço em Piripiri, é um número considerado insignificante, tendo em vista as diversas localidades

---

[201] Ibidem. p.358-359.
[202] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício sem numeração, 2 de outubro de 1878. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.
[203] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente da província, Sancho de Barros Pimentel, em 22 de outubro de 1878. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1879. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

atingidas pela seca e a extensão territorial do Piauí. Ressaltamos que esses dados se referem às obras públicas, mas indagamos que os migrantes tenham se ocupado de serviços em terras de particulares, pois estas pessoas também se abrigaram em fazendas para além dos núcleos coloniais.

Em 27 de julho de 1877, após longa exposição do estado aflitivo pelo qual passava a vila de Piracuruca em consequência da seca, surge um apelo: "nesta villa mesmo estamos ameaçados até de falta d'agua". Apesar de existir nas proximidades da localidade o rio Piracuruca, devido à ausência de chuvas estava ameaçado de "em breve extinguir-se-há completamente", para tanto, sugere-se uma tapagem com cal e pedra no leito do rio "espécie de assude"[204]. Já havia uma tapagem[205] mas era feita de areia e necessitava constantemente de ser fortificada para não arrebentar. A Comissão de Socorros reforça que:

> Este serviço que importa um grande melhoramento material para esta villa, e que muito servirá, não só nesta épocha anormal, como nos anos subsequentes, tem dupla vantagem de puder ser feito empregando-se nelle os emigrantes aptos para o trabalho, que aqui se achão, dando-se-lhes o sustento de que necessitão, e um módico salário para socorrer as mais necessidades de suas famílias[206].

A construção do açude público foi recebida com entusiasmo pela população local, pois traria o acesso à água para todos, tendo em vista que alguns fazendeiros dispunham de reservatórios d'água em suas propriedades, mas eram cercados e não permitiam o compartilhamento com as demais pessoas das vilas circunvizinhas. Além disso, ainda foi garantida aos pobres migrantes uma ocupação.

Somente o poço não resolveria os efeitos da seca naquela vila, mas naquele momento aliou a necessidade da população aos interesses do governo provincial, que fariam uma construção com mão de obra barata e assim, diminuiria a frequência com que a pobreza andava nas portas das casas "esmolando o pão da caridade, cobertos de andrajos"[207]

Outrossim, é sugerido pelos membros da comissão que os migrantes empregados nos serviços recebessem um salário e que também socorressem suas famílias, no entanto, o presidente Graciliano de Paula Batista, não aprovou a medida recomendando que "dará sempre roupa, sustento, medicamentos e instrumentos de trabalho, não podendo assim dar-lhes mais o salário"[208]. Ou seja, os migrantes teriam que se submeter a condições do trabalho precário e

---

[204] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Piracuruca. Ofício sem numeração, de 27 de julho de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Piracuruca 1877-1879.
[205] É uma barragem de terra, para represar rios, riachos ou igarapés, a fim de reter os peixes ou fazer açudagem.
[206] Idem.
[207] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Piracuruca. Ofício sem numeração, de 27 de julho de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Piracuruca 1877-1879.
[208] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 575, de 4 de agosto de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ganhar uma pífia alimentação e diárias que mal garantia a sobrevivência da família, mas estava citado nos regramentos que a contrapartida dos socorros públicos era garantir também as diárias para os trabalhadores.

Isso mostra que embora o governo provincial quisesse inserir o homem livre e pobre no trabalho regular não conseguia se desvincular do regime de escravidão vigente, querendo seguir um regime de exploração semelhante com estas pessoas, os quais muitas vezes tomando para si a consciência de classe negavam-se a tal sistema e por isso eram taxados de vadios e preguiçosos. De acordo com Thompson, "Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes"[209]. Por conseguinte, analisamos, portanto, que a fuga do trabalho exploratório pela pobreza era essa tomada de consciência de classe contra as ações de controle e abuso dos presidentes provinciais através da elite política.

As evasões dos migrantes das obras públicas foram frequentes, o que demonstra essa resistência ao sistema de exploração. Por exemplo, na construção das rampas e taluds do porto do rio Parnaíba, foram empregados no início do serviço em outubro de 1878, cerca de 48 migrantes que, logo, um mês depois só existiam 10 destes trabalhadores[210]. Segundo Silva[211], essa obra foi uma das que mais empregou os migrantes durante a seca, assim sendo, acreditamos que no decorrer da construção muitas pessoas tenham se evadido.

Um ponto importante a se destacar é que essa recusa ao trabalho geralmente ocorria em grupos. Tal fato reforça a teoria defendida por Thompson, pois essas experiências eram coletivas contra as condições sociais e de trabalho. Por conseguinte, o pagamento da referida obra era de 500 réis a diária, um valor irrisório se comparado ao alto preço dos cereais que os trabalhadores precisavam comprar para sustentar suas famílias e também devido à jornada exaustiva de trabalho "que se estendia das seis horas às onze da manhã e das duas às seis da tarde, sujeitos a descontos aqueles que chegassem fora do horário"[212].

Diante disso, notamos que as Comissões de Socorros Públicos no Piauí, seguindo a estrutura vigente do Estado imperial objetivava forçar os migrantes a um trabalho sem

---

[209] THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 17.
[210] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo, Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros desta capital e o cidadão Antonio Rodrigues Teixeira e Silva, de 21 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Cod. 593, Prat. 05, Est. 03; Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauhy, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03
[211] SILVA, 2023, p. 359.
[212] Idem.

remuneração, baseado na troca da mão de obra por alimentos e vestuário. Ressaltamos que a sociedade imperial oitocentista vivia um regime de exploração pré-capitalista e escravista, e, portanto, queria seguir a mesma lógica de dominação à população livre e pobre que resistiam a esse controle.

Algumas obras no Piauí demoraram quase todo o período de seca para serem concluídas. Umas das principais reclamações das Comissões de Socorros era os escassos recursos, acreditamos também que a baixa adesão dos migrantes aos serviços tenha interferido na conclusão dos serviços. A construção da Igreja de São Benedito, por exemplo, empregou a pobreza desvalida durante os três anos do flagelo, em 1879 alguns migrantes que residiam no sítio Pirajá foram recebidos pelo responsável da edificação, o Frei Serafim, e direcionados "para o canteiro de obras da dita construção"[213]. Além disso, a obra do açude em Piracuruca, embora tenha se iniciado em 1877 ainda não tinha sido concluída em setembro do ano seguinte por falta de verbas.

> Tendo construído o dito poço, com trinta e tantos palmos de profundidade, em lugar apropriado, e que já tem água suficiente para abastecer esta vila, estando devidamente empedrado até a superfície da terra, faltando porem o serviço com as bordas que devem ser altas para evitar qualquer desastre, assim como, entende a comissão ser indispensável a colocação de uma bomba, para mais fácil extração da água cujo serviço não pode a comissão concluir por terem faltado os recursos (rasurado) isso.[214]

No segundo ano de seca a população começou a sentir cada vez mais a escassez dos recursos hídricos e a situação se agrava diante da impossibilidade de garantir água para dar de beber aos familiares, animais e manter a plantação irrigada. Perante tais circunstâncias, na vila de Piripiri onde "As águas vão se acabando", pediram a autorização ao presidente da Província para trabalhar num poço que existia dentro da vila. A obra importaria um total de 500:00 réis para fazer entre outros serviços de limpeza do poço que se achava "imundo e quase a secar", a construção era vista com grande entusiasmo pelos benefícios que traria aquela localidade. Assim sendo, recomendaram que fosse empregada a mão de obra migrante que era em torno de 300 pessoas. Para este fim, os membros da Comissão de Socorros sinalizaram que os migrantes deveriam ser "obrigados" a prestar seus serviços, ou seja, era feita uma imposição ao trabalho[215].

Importante pontuar que quando nos referimos ao trabalho dos migrantes da seca, ainda há muito o que se aprofundar, pois, analisando o acervo de Piripiri, encontramos um documento

---

[213] SILVA, 2023, p.356.
[214] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa da vila de Piracuruca. Ofício sem numeração, de 20 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Piracuruca 1877-1879.
[215] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa da vila de Piripiri. Ofício sem numeração, de 28 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Piripiri 1877-1879.

de 1877 no qual a Comissão de Socorros informa estar sendo erguida uma igreja às custas do povo e pede autorização para "chamar-se estas pessoas que sustentão-se a custa dos socorros públicos para prestarem-se com serviço"[216]. Desse modo, notamos que mesmo não se tratando de uma obra financiada pelo governo, a elite responsável pela distribuição dos socorros buscou inserir estes indivíduos no trabalho[217] público, privado e nas obras de construção de igrejas.

O Piauí não recebeu nenhuma grande obra como a província do Ceará, no entanto, os migrantes estavam trabalhando em obras públicas em diferentes pontos da província. Todavia, dada a extensão territorial e os muitos pedidos por auxílios também seguiam as denúncias aos constantes roubos que estavam acontecendo em Oeiras, Picos, Jaicós e Príncipe Imperial. Importante sinalizar que estas localidades não receberam nenhuma obra que trouxesse benefícios para a comunidade local e como nada foi programado para manter os migrantes em alguma ocupação útil e evitar os frequentes roubos dos quais estes indivíduos eram acusados.

A vista disso e seguindo as pistas registradas nos ofícios da Comissão de Socorros, encontramos nos indícios dos migrantes exercendo outras atividades direcionadas pelas comissões. Em Teresina, em maio de 1879 estes sujeitos estiveram empregados na limpeza da cidade e deduzimos que estavam limpando os lixos jogados nas ruas e também a realização de capina da vegetação que nascia nas proximidades das casas. Por ordem do presidente da Província João Pedro Belfort Vieira, 20 destes migrantes foram alocados à disposição de Jeremias Ferreira Guimarães, responsável pelo depósito de cereais do governo "para a descarga dos cereais chegados ontem no vapor Paranaguá"[218].

O serviço de limpeza da cidade devia envolver muitos braços, visto que 20 pessoas foram realocadas para outra função da qual necessitou a Comissão de Socorros. Ocorre que o depósito de cereais funcionava no edifício da Assembleia Provincial e este local passaria por alguns reparos, por isso teve a necessidade de transferir o depósito para um novo prédio. Conforme informa o ofício datado de 9 de maio de 1879 "Mande Vossa Excelência proceder os reparos de que necessita o salão do edifício da Assembleia Provincial, que servia de depósito dos gêneros do governo, remetendo-me a conta da respectiva despesa, afim de ser satisfeita pela

[216] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa da vila de Piripiri. Ofício sem numeração, de 28 de agosto de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Piripiri 1877-1879.
[217] Nesse sentido, inferimos que há a possibilidade de registro de trabalho público e/ou particular no qual se utilizou a mão de obra dos retirantes em localidades ao sul da província. Sendo necessário um estudo mais aprofundado.
[218] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 141, de 7 de maio de 1879. Comissão de Socorros Públicos 1879. Localização: Cod. 579, Est. 05, Prat. 02.

Tesouraria de Fazenda"[219]. Embora o documento não informe, acreditamos que os migrantes foram empregados neste serviço.

A Comissão de Socorros de Valença além das obras públicas mencionadas acima, também aproveitou a mão de obra migrante para prestar pequenos serviços, a exemplo dos enterros das pessoas pobres e indigentes. Devido ao crescente número de óbitos na cidade os membros[220] da comissão informam que "Antes de estar a comissão autorizada a fazer despesa alguma, por diversas vezes mandou o primeiro dos abaixo assinados, à sua custa, sepultar cadáveres de pessoas indigentes"[221]. Assim, devido às dificuldades de comunicação por vezes os responsáveis pelos socorros tomavam medidas emergenciais e só depois informavam ao presidente provincial, como o direcionamento do governo era empregar estes homens a ação realizada em Valença foi aprovada. Além disso, a "remuneração desse serviço, dava alguma carne, quando tinha"[222].

Em decorrência da seca as frentes de serviços no Piauí foram parcas quando comparada com as províncias circunvizinhas. Entretanto, as autoridades encontraram meios alternativos para empregar os retirantes[223]. Pequenos concertos em prédios públicos, limpeza da cidade, descarregamento de cargas de cereais, apanhar água em riachos ou até mesmo sepultando seus companheiros, estes serviços eram modestos e momentâneos e na maioria das vezes a remuneração era o que comumente já recebiam das comissões: alimentos ou vestimentas, a exemplo de Valença, onde o pagamento era feito em carne. Acreditamos que as localidades que não receberam obras públicas, tenham em algum momento utilizado o trabalho dos retirantes para fazer esse tipo de serviço, principalmente, pelo fato da província enfatizar a necessidade do socorro indireto, isto é, valorizar o trabalho e evitar as esmolas.

---

[219]ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 169, de 9 de maio de 1879. Comissão de Socorros Públicos 1879. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

[220] Manoel Pinheiro de Miranda (ilegível), Tertuliano Bandeira Ferres, Antônio de Sousa Martins.

[221] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numeração, de 4 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.

[222] Ibidem.

[223] Na seca de 1888-1889, a Comissão de socorros de Teresina recebeu uma solicitação do proprietário Francisco Antonio Saraiva para fazer uma obra de "conveniência e vantagem incontestáveis", que consistia no melhoramento da estrada da capital com acesso a Humildes e Marvão "subistituindo o trecho que acompanha a margem do rio Poti – quer de um quer de outro lado até o sítio Olho D'agua do Major Raimundo Sinval de Vasconcellos (...) por um outro que partindo do porto Ilhotas vai ter ao dito sítio Olho D'agua pela mata de S. Sebastião". A finalidade da mudança é justificada por se desviar dos pântanos alagadiços que se formavam a beira do rio durante o inverno. O serviço deveria ser feito usando a mão de obra migrante que ficava a beira da referida estrada, ou seja, era uma solicitação de melhorias de uma estrada que dava acesso a propriedade de um fazendeiro, o que significa dizer que o intento da mudança visava beneficiar a elite. Nesse sentido, ainda falta apurar se durante a seca de 1877-1879 foram feitas obras públicas que beneficiasse a elite em detrimento da população pobre. Importante ressaltar que Francisco Antonio Saraiva, foi um contratante do núcleo de migrantes Retiro, durante a seca de 1877-1879. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, solicitação de melhoramento de estrada feita pelo proprietário Francisco Antonio Saraiva a Comissão de Socorros da capital, de 7 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03

Após analisar a documentação das obras públicas realizadas na região norte do Piauí por ocasião da seca de 1877-1879, notamos que migrantes de diferentes gêneros e idades foram empregados nas obras. Embora alguns documentos deixem nas entrelinhas que a maior parte dos trabalhadores fosse homens, todavia, ressaltamos que o perfil de cada trabalhador dependia muito do tipo de serviço a ser feito. Em Parnaíba, por exemplo, a mão de obra foi desde idosos a crianças, já na construção do cemitério foi somente homens.

Observamos também que quanto ao pagamento pelos serviços houve certa variação. Conforme já abordamos anteriormente, o pagamento em algumas obras era feito em dinheiro e cereais ou somente em cereais e roupas. Em 1877, o então presidente Francisco Bernardino Rodrigues[224], comunicou a Comissão de Socorros da capital que tomasse algumas providências em relação aos migrantes acolhidos no prédio que servia de quartel de polícia, entre as medidas estava:

> 1° Empregal-os constantemente em alguma obra de utilidade pública;
> 2° Fixar-lhes pelos dias uteis a diária de 300 réis para os adultos, e 150 réis para menores em estado de trabalhar;
> 3° Conceder-lhes e à suas famílias, suficientes rações e carne na rasão dos consumidores; dar-lhes mais, proporcionalmente ao número excedente de 6 consumidores em cada família, quantidade suficiente de farinha e outros cereais não se incluindo neste número aqueles maiores ou menores, que houverem salário.
> 4° Autorizal-a a despedir do estabelecimento e suspender qualquer consignação áqueles que se mostrarem avessos ao trabalho ou mal procederem, informando-me previamente.
> 6° Ter alli um preposto, que, sob as vistas da comissão, se incumbe de vigiar pela boa ordem e necessário anseio.[225]

Nesse sentido, percebe-se que foi sugerido o pagamento das diárias não somente aos adultos, mas também às crianças "em estado de trabalhar", recebendo a metade do valor pago aos adultos. Além disso, nota-se que o valor diário em 1877 era inferior ao dos anos subsequentes que se elevaram a 500 réis. Seria distribuído cereais e carne a suas famílias se estas excedessem o total de seis pessoas, sem incluir os "assalariados". Dessa forma, Silva aponta que "com o valor desse pagamento poderia ser dificultoso para o migrante mediante os altos preços que os gêneros alimentícios alcançaram, salvo em condição da possibilidade de que a família possuísse vários membros empregados nas obras públicas"[226].

O documento é importante por apresentar que a administração provincial não se mostrava complacente com os migrantes que se recusavam a trabalhar ou que agissem fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. A punição para o descumprimento das medidas seria a

[224] Foi um político brasileiro e membro do partido Conservador, nomeado por carta imperial para presidente da província do Piauí de 13 de agosto a 22 de novembro de 1877.
[225] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 346, de 15 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[226] SILVA, 2023, p. 360.

expulsão do estabelecimento e suspensão dos auxílios, o que mostra a postura estatal ante a crise não era unicamente paternalista, mas também, de controle dos corpos.

Pontuamos que as ações da província para tentar civilizar e conduzir a pobreza ao trabalho não se restringe ao período de seca, houve várias tentativas de controle dessa população[227]. Por conseguinte, seria destinado um funcionário da província para vigiar os migrantes e garantir a manutenção da ordem, isto é, para onde estes homens fossem estavam sob o olhar do poder imperial que procurava regular suas ações. De acordo com Monteiro:

Aliás, os pobres sempre foram temática coeva na pauta das elites, sempre espalharam medo e pavor aos "civilizados"; assim, também sempre foram vigiados e, com o intuito de proteger uma "ordem" social, essa elite projetou leis e normas para enquadrá-los e puni-los severamente. No entanto, os pobres também burlaram normas e refizeram suas práticas a partir do cotidiano e da luta pela sobrevivência.[228]

Diante disso, consideramos que a elite política piauiense se organizou para enquadrar os migrantes no trabalho regular. Todavia, ressaltamos que os migrantes foram protagonistas de suas escolhas, pois, aqueles que se submeteram ao trabalho regular nas obras públicas foram induzidos a acreditarem ser este um meio de sobreviver a seca e os migrantes que se retiraram dos serviços, o fizeram por insatisfação a um sistema imposto como forma de disciplinar os corpos rebeldes, não por serem preguiçosos e desordeiros. Taxá-los assim é injusto, visto que é o olhar do outro sobre eles.

Conseguimos mapear as principais obras públicas nas quais os migrantes prestaram serviços durante a seca no Piauí. Essas construções concentram-se principalmente na região norte da província o que pode ser um indicativo da grande concentração de migrantes nessa região, o Sul do Piauí teve apenas uma edificação.

O trabalho aos migrantes foi uma imposição do presidente da província que a usou como ação de controle a estes indivíduos, no entanto, os desvalidos reagiram a essas medidas através da resistência ao trabalho. Um indicativo disso era rotatividade de trabalhadores recorrente nas obras públicas devido a evasão. Os baixos salários não eram atrativos, além disso, a maioria dos pagamentos era feita com gêneros de primeira necessidade (roupas, alimentos e remédios), os quais a Comissão de Socorros já distribuía para os necessitados.

---

[227] MONTEIRO (2016), em sua tese traz informações relevantes sobre o modo de vida dos homens livres e pobres no Piauí oitocentista, as ocupações, as leis imperiais que buscavam regula-los assim como as formas de resistência destes homens contra as investidas da justiça no estado imperial.
[228] MONTEIRO, 2016, p.130.

Identificamos que para além dos serviços prestados nas obras públicas, os migrantes ocuparam-se de outros serviços alternativos, como enterros, limpar ruas ou descarregar mercadorias, ou seja, a ociosidade era vista pelo governo como um mal que precisava ser combatido e a vista disso buscavam manter os migrantes ocupados.

Dessa forma, evidenciamos que os trabalhadores das obras públicas no Piauí, articularam-se de modo individual ou coletivo, e que a aceitação ou não do trabalho imposto pelas elites políticas foi uma decisão destes sujeitos, isto é, os migrantes foram autores de suas escolhas. Além disso, a documentação nos deu subsídios para compreender a dinâmica das obras públicas no Piauí e suas particularidades, reforçando a importância de ampliarmos o estudo dessa temática.

3.2 Os Núcleos Coloniais: Gandú e Felicidade.

Durante a seca dos últimos três anos da década de 1870 no Piauí, uma das ações assistencialistas empreendidas pelo governo provincial juntamente com a Comissão de Socorros, foram os núcleos coloniais. Os primeiros núcleos coloniais no Piauí, foram criados em 1877 pelo conservador Graciliano de Paula Batista e mantido na administração do Partido Liberal. Em vista disso, a administração provincial firmou contrato com fazendeiros que tinham propriedades nos arredores de Teresina e também em localidades fora do entorno da capital, como em União, na Vila dos Humildes e em Campo Maior. Nos contratos os fazendeiros ficavam responsáveis por abrigar os migrantes, dando-lhes moradia e terras para cultivar, em contrapartida, o governo fornecia alimentos, roupas, medicamentos e instrumentos de trabalho, como foices, machados e enxadas[229]. Sobre a criação dos núcleos coloniais, Araújo aponta:

> A medida da criação de núcleos coloniais tinha por objetivos receber imigrantes flagelados da seca em áreas próximas à capital, de forma a resguardá-las de entradas maciças, evitando, assim, possíveis problemas sociais. Um outro fato que levou a administração provincial a empreender o estabelecimento desses núcleos, foi a carência da mão-de-obra escrava e a existência de abundante mão-de-obra para o trabalho agrícola, oriunda da zona rural nordestina com prática agrícola tradicional. Esse fato impulsionou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na Província do Piauí. [230]

As medidas adotadas pelo governo Provincial não são decisões neutras, mas, trazem consigo uma série de questões que precisam ser discutidas. Primeiramente, observa-se na citação que um dos objetivos dos núcleos coloniais era retirar a população migrante dos centros

[229] SILVA, 2023.
[230] ARAÚJO, 1991, p. 99.

urbanos, pois conforme o discurso dominante da classe abastada e das elites políticas do Piauí oitocentista aduzia que o homem livre e pobre como incivilizado, indolente e preguiçoso.

Consequentemente, a presença de tantos migrantes vagando pelas ruas e arredores de Teresina, vestidos de "farrapos" e a mendigar de porta em porta, dava a sensação de uma cidade ocupada e suja, totalmente contrária ao que se esperava para o modelo de cidade e sociedade civilizada, na segunda metade do século XIX.[231]

A criação de estabelecimentos agrícolas no Piauí é anterior à seca de 1877-1879. Desde a década de 1850 que o governo imperial para proteger o território incentivava o povoamento de áreas do interior do Brasil, houve também as colônias militares que objetivavam "à manutenção e vigilância do território brasileiro e a criação de um ambiente propício à experiência e ao conhecimento sobre o país."[232] A criação desses locais era uma forma de levar a "civilização" e a presença do estado imperial aos locais com baixa densidade populacional ou que não fossem ocupados.[233]

Além de buscarem o povoamento e desenvolvimento da região onde fossem instaladas as colônias agrícolas civis ou militares, entendemos essa ação como uma forma de centralização do Império, de manter a população sob a vigilância, pois procuravam levá-los a disciplina e obediência. Portanto, logo no pós-guerra do Paraguai, buscou-se direcionar os ex-combatentes para estes estabelecimentos rurais com "A justificativa política das colônias militares era basicamente povoar o solo, maximizar a riqueza do interior, assegurar a integridade física do Estado".[234]

Segundo Johny Santana Araújo, em 1870 o governo imperial pensou em distribuir terras com os voluntários da guerra que estavam retornando, no entanto, foram poucos os que solicitaram as terras. No fim da década de 1870, somente foram feitas "129 concessões, abrangendo uma área de 14.048,100 metros quadrados." Para o historiador, a baixa procura dos ex-combatentes pelo seu direito pode ser interpretada pela desinformação sobre o processo burocrático para requererem esse direito, o fato é que "muitos foram os que retornaram a suas provinciais sem usufruírem desse direito"[235]

Por conseguinte, os núcleos coloniais criados no Piauí durante a seca não foi a única ação empreendida pelo governo provincial no oitocentos. Desde a década de 1860, que as

---

[231] NEVES, 2000.
[232] ARAÚJO, Johny Santana. O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1865-1888). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. p. 57-77. P.58.
[233] Ibidem.
[234] Ibidem, p.61.
[235] Ibidem, p.64.

primeiras colônias agrícolas foram fundadas no Piauí, com a finalidade de abrigar os migrantes da Bahia que para cá vieram fugindo da seca. Houveram muitas tentativas para que as colônias se instalassem, principalmente ao sul da província as margens dos rios Parnaíba e Uruçuí.[236] Embora o governo fizesse os projetos muitos deles não saíram do papel, pois:

> Naquela época era mais fácil planejar do que executar e quase sempre os planos para a instalação de colônias agrícolas não eram executados. A constante alternância política do Império para atender as várias correntes dava aos presidentes de província um tempo bastante exíguos para grandes reformas. Alguns meses ou no máximo um ano de mandato, com autonomia mínima, qualquer projeto maior era inviabilizado a sua realização, pois demandavam um tempo mais longo para ser colocado em prática.[237]

Em tais circunstâncias o governo provincial encontrou dificuldade para que as colônias agrícolas pudessem alcançar êxitos. Embora houvesse o decreto 3.371, em seu Artigo 2° que destinava 22.500 braças de terra aos voluntários da pátria, Araújo informa que a administração do Piauí não tomou nenhuma iniciativa no sentido de assentar os ex-combatentes nestas terras. Somente a Colônia São Pedro de Alcântara prosperou e deu origem a cidade de Floriano, as demais mesmo tendo sido criadas logo foram desativadas.[238]

Conforme vimos, a tentativa de povoamento e cultivo de terras proposto pelo governo imperial é anterior a criação dos núcleos coloniais de 1877-1879. Como a região norte do Império padecia com periodização das secas, a administração provincial do Piauí já se planejava, desde 1872, para implantar as colônias para abrigar os migrantes da seca[239].

Todavia, somente em 1877, diante da crise sanitária e social ocasionada pela seca, é que o governo juntamente com os fazendeiros locais viabilizou a criação dos estabelecimentos rurais, nos quais os migrantes receberiam alimentação, roupas e medicamentos e em contrapartida deveriam trabalhar na lavoura. Apesar de terem funcionado durante os três anos de seca, estes núcleos também não prosperaram e em 1879 foram extintos por ocasião da cessação dos socorros públicos.

Os discursos dos proprietários era contratar os migrantes que vagavam pelas ruas e praças de Teresina para trabalharem nos núcleos coloniais. Assim, desafogava o centro da cidade e empregava-os no trabalho regular. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Em ambos

---

[236] De acordo com Araújo (2013, p. 70), as cidades de "Uruçuí, Santa Filomena e Bom Jesus, haviam sido objetos de criação de Colônias agrícolas nos anos 60 dos oitocentos, e fracassaram como projetos." Na província do Maranhão "um lugar densamente povoado conhecido como quilombo do Limoeiro, foi devassado por ordem do governo Provincial do Maranhão a fim de dar espaço a uma Colônia Agrícola Nacional. Ao ser invadido e saqueado pelas expedições da Guarda Nacional que chegaram lá em janeiro e março de 1878, teve a sua população dispersada pelas matas da baixada Ocidental maranhense" (Araújo, 2013, p. 67).
[237] Ibidem, 2013, p.68.
[238] Ibidem, p.75.
[239] Ibidem, p.69.

os governos, liberal e conservador, os presidentes provinciais gastaram quantias elevadas de recursos com os núcleos e os migrantes, mas, na prática os proprietários se aproveitaram da força de trabalho dessa gente e as denúncias nos jornais eram corriqueiras. Os registros na imprensa informavam o maltratamento que estes recebiam, pois além de abusar das horas de trabalhos ainda tinham uma alimentação precária. Por conta dessa desassistência e exploração muitos adoeciam, vinham a óbito e continuavam a vestir-se com farrapos. Vejamos abaixo parte da denúncia publicada no jornal *A Época* em 26 de abril de 1878.

> É realmente doloroso, sinão inqualificável, ver-se a maneira porque são tratados os míseros emigrantes em alguns dos tais núcleos, quando sabe que, no fim do mez, cada um dos contratantes recebe da tesouraria de fazenda a pingue somma de quatro contos e tantos para sustento dos mesmos!
> Magros, famintos e nus, vagão elles pelos mattos à procura do coco e do palmito – única alimentação que recebem; de sorte que não sabemos que aplicação tem o dinheiro que recebem do governo os contratantes![240]

Conforme noticiado no jornal supracitado, os contratantes não tinham a menor preocupação em manter os um ambiente atrativo para os migrantes, pelo contrário "vagão elles pelos mattos à procura do coco e do palmito" para saciarem a fome. Pelo visto, as comissões não fiscalizavam o uso do recurso e parecia estarem em conluio com os contraentes.

Nos manuscritos coletados no Arquivo Público do Piauí (APEPI), encontramos muitas solicitações dos fazendeiros para que a Comissão de Socorros enviasse objetos para trabalhar no preparo da terra e nas plantações. Durante a administração conservadora, do presidente Graciliano de Paula Batista, foram criados 19 Núcleos Coloniais.[241] A criação dos núcleos ocorreu de forma gradativa e abrigava poucos migrantes, inicialmente foram criados três núcleos: Mocambo, Sant'Ana e Santa Philomena. Somente nos "fins do ano de 1877 começaram a chegar ao governo novas propostas de aberturas de núcleos"[242]

Nesse sentido, em 1 de dezembro de 1877, o então presidente da Província o Barão de Campo Maior[243], autorizou a Comissão de Socorros da capital a celebrar o contrato com Mariano Gil Castelo Branco para a criação do núcleo de migrantes Felicidade[244]. É interessante

---

[240] OS EMIGARNTES E A SECA. *A ÉPOCA.* N° 04, p.01, ano I, 27 de abril de 1878.
[241] Os núcleos criados durante o governo Conservador, em 1877 foram estes: Mocambo, Sant'Ana, Santa Philomena, Sam José, Belmonte, Felicidade, Sítio, Icó, Coité, Deserto, Olho D'água, Santa Bárbara, Retiro, Gandu, Harmonia, Centro, Morros, Carahybas e Belém. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauhy, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.
[242] SILVA, 2023, p.372.
[243] Augusto da Cunha Castelo Branco – Barão de Campo Maior, era proprietário rural e político piauiense, foi 3° vice-presidente da província do Piauí pelo partido Liberal de 22 de novembro de 1877 a 9 de janeiro de 1878. Além disso, durante a gerencia da seca, o Barão de Campo Maior, exerceu a função de fiscal dos núcleos coloniais e foi dono do núcleo de migrantes, Alagoa da Mata.
[244]ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 52, de 1 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

apontar a quantidade de migrantes acolhidos inicialmente neste núcleo, que era de 150 a 300 pessoas, pela quantidade de indivíduos existentes em cada sítio no primeiro ano da seca, supomos que a migração ainda não estivesse tão acentuada, pois nos anos subsequentes estes estabelecimentos abrigaram em torno de 1.500 pessoas em cada propriedade. O quadro abaixo mostra a quantidade de pessoas existentes no sítio Felicidade, em janeiro de 1878.

Quadro 5:
Migrantes existentes no núcleo Felicidade em janeiro de 1878.

Descrição	**Quantidade/valor em reis**
N° de homens	70
N° de mulheres	68
N° de idosos	4
N° de crianças	173
Total	315
Valor da diária em réis	160

Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí. Documentação avulsa. Ofício sem numeração de 16 de janeiro de 1878.

O quadro foi montado a partir da relação nominal enviada por Mariano Gil a comissão de socorros de Teresina, a partir disso, nós separamos os migrantes por faixa etária e por sexo. Nos chamou atenção que a quantidade de crianças no núcleo era superior à de adultos, ressaltamos que na lista adolescentes até 17 anos são colocados como crianças, pois, para os adultos sempre se acrescenta o sobrenome o que não ocorre com as crianças que são identificadas apenas pelo primeiro nome. Nesse caso, existe uma quantidade relativa de adolescentes em condições de trabalhar, porém, o número de crianças entre 0 e 9 anos é maior. Nesse caso, parte dos migrantes existentes no sítio Felicidade não estavam em condições de trabalhar.

Havia poucos idosos, um total de 4 pessoas podendo indicar a alta mortalidade entre esse grupo. Os homens e mulheres existentes no núcleo eram praticamente iguais, provavelmente, essas pessoas adultas tenham sido as mais exploradas com relação ao trabalho na lavoura, pois teoricamente estariam aptos para o trabalho. Outro ponto que nos chamou atenção no contrato, foi o valor da diária de 160 réis, assim, vemos que houve uma baixa no valor das diárias que nos primeiros contratos que variou de 220 e 250 réis[245]. Estas foram as

[245] SILVA, 2023, p.374.

orientações do Barão de Campo Maior a Comissão de Socorros de Teresina, para o bom funcionamento do novo núcleo deveria sempre acolher:

> os infelizes perseguidos da seca sujeite-os igualmente ao serviço da lavoura; convém que a mesma comissão, empregando os meios a seu alcance aconselhe os retirantes que se acham nesta capital ou dispersos ou asilados na casa que outrora serviu de quartel de polícia, sem a menor ocupação a transferirem-se ao referido estabelecimento, onde encontrarão sustendo, comodidade e terras próprias para trabalhos da lavoura, certos de que o governo está disposto a tomar medidas serias no intuito de realizar a ideia a que pretende, vantajosa sem dúvida para aqueles que aqui permanecem e (ilegível) sem ocupar-se em coisa alguma a espera somente de receber socorros públicos.[246]

O Barão de Campo Maior é incisivo em suas colocações e aponta que o governo estava firme no seu propósito. A intenção do governo era direcionar estes braços ociosos que estavam abrigados no antigo prédio do quartel de polícia para o trabalho na lavoura e considerava ser algo vantajoso para os migrantes, pois estes permaneciam ali "sem ocupar-se em coisa alguma a espera somente de receber socorros públicos". Embora não adjetive diretamente os migrantes, como "preguiçosos", em sua última frase do ofício o presidente da Província deixou explícito a visão dos políticos sobre os desvalidos da seca, os quais, segundo este, viviam da dependência dos auxílios e não faziam esforços em "ocupar-se em coisa alguma".

De acordo com os apontamentos da documentação coligida é evidente o descaso com os migrantes estabelecidos nestes núcleos. Ainda que o governo enviasse regularmente os gêneros necessários para a subsistência dessas pobres famílias de retirantes ainda passavam necessidades e as denúncias sinalizavam para desvio de recursos e dos cereais. Embora tenha ocorrido várias revelações nos jornais sobre a corrupção nos Núcleos Coloniais, sobretudo, no periódico *A Época* que fez severas críticas as fortunas construídas com dinheiro público. Este favorecimento econômico dos fazendeiros à custa da seca ficou evidente quando os núcleos foram dissolvidos integralmente em 1878.

Os contratos firmados em 1877 durante administração conservadora tinham cláusulas que não especificavam claramente a quantidade de ração diária a ser distribuída para os migrantes, além da insalubridade, doenças, entre outros problemas existentes nos núcleos. Desse modo, em 1878 foram feitos novos contratos com artigos que especificavam melhor a forma de distribuição dos alimentos, indicando a quantidade e dias em que seria feita a entrega dos cereais[247]. Assim sendo, Sancho de Barros Pimentel reduziu os Núcleos Coloniais e firmou

[246] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 52, de 1 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[247] ARAÚJO, 1991.

sete novos contratos: Gandu, Deserto, Santo Antônio, Felicidade, Alagoa da Mata, Sítio e Filomena.[248]

Com a extinção dos dezenove Núcleos Coloniais, os proprietários das terras começaram a enviar petições ao governo provincial solicitando o pagamento de algumas pendências. Nos chamou a atenção o fato de algumas petições serem aprovadas e outras não. Por exemplo, as solicitações de Mariano Gil Castelo Branco e de Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, foram consideradas aprovadas e a de outros fazendeiros foram negadas.

O Núcleo Felicidade, do proprietário Mariano Gil Castelo Branco, foi extinto em 22 de março de 1878, a época este sítio abrigava 300 migrantes. Nesse sentido, o governo reconheceu que o suplicante devia ser ressarcido pelas diárias de 160 réis, pois sustentou os migrantes de 1 de março ao dia 22. Além disso, Mariano Gil assinou novo contrato em 23 de março, para sustentar 700 retirantes com a diária no mesmo valor do contrato anterior, assim sendo, a Comissão de Socorros reconheceu que "não entra em dúvida o seu direito as respectivas diárias contadas de 23 a 31 do mesmo mês".

Porém, o proprietário não satisfeito em receber o que lhe era de direito tentou tirar proveito da situação acrescentado mais pessoas a lista, diante disso, informam ao presidente da província que "quanto as diárias dos outros emigrantes que fizerem na folha fora dos termos dos referidos contratos, não deve ter sido sustentado pelo peticionário conforme ele declara, V. Exc. por equidade somente poderá mandar pagar se assim entender sua sabedoria."[249] No que se refere a petição do capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, não surgiu nenhuma dúvida quanto a veracidade dos documentos apresentados para receber o pagamento das diárias. Vejamos o documento na íntegra.

> Ilustríssimo, Excelentíssimo, Senhor.
> Sobre a petição junta do contratante do núcleo Gandu, esta comissão entende que outro não poderia ser o procedimento a Thesouraria de Fazenda, pagando as diárias relativas aos 111 emigrantes que existiam naquele núcleo sem autorização competente em acréscimo ao n° do respectivo contrato, Vossa Excelência porem sabendo que tais emigrantes foram sustentados pelo suplicante durante os dias constantes da relação junta, o que não caso de dúvida, por isso que ainda estão todos no mesmo núcleo fazendo parte do novo contrato do suplicante, pode com toda justiça lhe dar o pagamento, se assim o entender. Deus Guarde a Vossa Majestade
> Teresina, 10 de abril de 1878.[250]

[248] Para uma análise mais detalhada da extinção dos Núcleos e dos novos contratos, ver: Silva, 2023.
[249] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 8 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.
[250] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 1 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

Apesar da semelhança entre a documentação dos proprietários dos Núcleos Gandu e Felicidade, a Comissão de Socorros não teve dúvidas da existência dos migrantes constante na lista fora do contrato de Miguel Borges, uma vez que estes indivíduos ainda estavam neste Núcleo, por isso foi ressarcido com as diárias estipuladas pelo governo. No entanto, Mariano Gil não apresentou provas consistentes a comissão, tendo apenas parte de sua petição atendida. Provavelmente, por serem membros do partido Liberal e terem afeições com a comissão, é que foram favorecidos e algumas irregularidades visíveis dos proprietários dos núcleos fora ignorado. Diferentes de outros peticionários que não tiveram a mesma "sorte".

O proprietário do Núcleo Mocambo, o major José Thomaz de Aguiar Castanhedos, não teve uma resposta satisfatória da petição enviada a Comissão de Socorros. Ocorreu que, o núcleo foi inspecionado em 13 de março de 1878 e o inspetor encontrou algumas irregularidades na lista dos migrantes, pois a quantidade de indivíduos constantes no papel não correspondia a que estava presente. Ora, os migrantes que se retiraram em março ainda estavam constatando na ficha de abril, o mesmo ocorreu nos meses de abril e maio. Diante disso, a Comissão de Socorros apontou que era necessário fazer um "severo exame e minuciosa confrontação da relação ora apresentada pelo suplicante como a que serviu na inspeção do mês de março"[251].

De igual modo, durante a inspeção no mês de março os migrantes denunciaram as péssimas condições de sobrevivência no Núcleo Mocambo. De acordo com os retirantes, no início recebiam os alimentos como carne, farinha e sal em proporção certa para manter-se, mas que desde o mês de janeiro "a carne e a farinha que recebiam não eram suficiente". Igualmente, afirmaram que não trabalharam na lavoura devido à falta de sementes e como forma de sobrevivência os retirantes passaram a se sustentar com caças e massa de cocô. Diante disso, a Comissão de Socorros decidiu que "somente lhe poderão ser dadas 10 a 15 quartas de farinha que a importância desta para saldo de suas contas." Ou seja, o peticionário recebeu bem menos do que solicitou ao governo.

Como uma forma de compreender o funcionamento dos Núcleos Coloniais, optamos por analisar de forma mais detalhada os Núcleos Gandu e Felicidade, primeiramente, pelos indícios de alinhamento dos proprietários com os ideais do Partido Liberal e depois pela vasta documentação encontrada. No entanto, sempre que necessário será relacionado às experiências destes estabelecimentos rurais aos demais.

---

[251] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 16 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03.

De acordo com a relatório de inspeção dos Núcleos Coloniais feito pelo Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, em 3 de outubro de 1878, o Núcleo Felicidade era localizado num lugar "saudável, entre duas montanhas e nas melhores condições higiênicas", além disso, as habitações dos migrantes foram consideradas amplas e bem arejadas. Foram registrados elogios ao bom estado do sítio, pois "os emigrantes se acham bem dispostos, nutridos e gozam de boa saúde." Apesar dos percalços existentes em todos os núcleos, a exemplo, a nudez e as doenças, o lugar foi considerado salubre e durante o trimestre somente 13 pessoas faleceram, de fato, um número reduzido de mortes quando comparado aos Núcleos Alagoa da Mata e Santa Philomena, que tiveram 71 e 54 óbitos, respectivamente. Nesse sentido, o Dr. Constantino Moura conclui que "sendo este um dos núcleos mais antigos, os emigrantes já se acham bem aclimados"[252]. Nesse período, a população do Núcleo Felicidade estava em torno de 1.200 pessoas, um número bem superior à sua população inicial.

Os novos contratos celebrados durante a gestão de Sancho de Barros Pimentel, estabelecia os dias específicos para a distribuição de cereais e carne, no caso do Núcleo Felicidade as distribuições deveriam ser feitas nas segundas e quintas. Mas considerando que a distribuição sendo feita somente em dias de semana prejudicaria o trabalho dos migrantes na lavoura. Nesse sentido, Mariano Gil Castelo Branco pediu autorização a Comissão de Socorros para que as diárias fossem entregues aos domingos e quintas, dessa forma, "os migrantes não deixarem os trabalhos de suas roças nos dias de segunda-feira"[253].

Apesar do direcionamento claro dos migrantes ao trabalho e da aparente preocupação de Mariano Gil de conduzi-los a tal finalidade, devido as condições nem sempre favoráveis dos Núcleos os migrantes não podiam trabalhar na lavoura, pois as vezes faltava-lhes o básico como ferramentas de trabalho e sementes para plantar. A vista disso, no termo de inspeção de 8 de agosto de 1878, os retirantes informaram ao Barão de Gurguéia que estavam "em começo roça", todavia, os instrumentos que haviam no núcleo eram insuficientes para todos. Devido a isso, alguns indivíduos "não começaram ainda seus trabalhos a espera dela."[254] Nesse sentido, quando analisamos os ofícios da Comissão de Socorros, observamos que os materiais de trabalho solicitados ao governo eram ínfimos para população existente nas propriedades rurais.

[252] DOCUMENTOS OFICIAIS. *A IMPRENSA.* N° 562, p. 02, ano XIV, 10 de outubro de 1878.
[253] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício dos contratantes de núcleos, Comissão de Socorros, 24 de setembro de 1878. Localização: Cód. 585, Est. 05, Prat. 03.
[254] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de inspeção do núcleo Felicidade do contratante Sr. Capitão Mariano Gil Castelo Branco, de 8 de agosto de 1878. Localização: Cód. 592, Est. 05. Prat.03.

O Núcleo Gandu, de propriedade do Sr. Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, localizava-se cerca de 6 a 7 léguas de Teresina e em outubro de 1878 tinha uma população de 900 migrantes. Na inspeção realizada em 3 de outubro de 1878, o Dr. Constantino Luiz da Silva Moura informou que "as choupanas em que moram os emigrantes são bem construídas: notei, porém, que ficam muito juntas uma das outras, achando-se colocadas em lugares que, se houver grande inverno, poderão ser alagados."[255] Na inspeção anterior de 9 de agosto do mesmo ano, o Barão do Gurguéia considerou que "o estado sanitário do mesmo núcleo não é muito satisfatório"[256]. No quadro a seguir apresentamos informações relevantes sobre os migrantes existentes no núcleo na ocasião da inspeção de socorros.

Quadro 6:
Migrantes que entraram, saíram e faleceram no sítio Gandú entre maio e julho de 1878.

Entradas	Retiraram-se	Faleceram	Origem	Faixa etária
Em maio entraram 208 migrantes	Em maio se retiraram 16 migrantes	Em maio faleceram 7 pessoas	Picos, Príncipe Imperial, Ceará, Pernambuco, Sobral, Pedro II, Teresina, Marvão, Piauí.	111 adultos entre 18 e 59 anos. 91 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. 6idosos acima de 60 anos.
Em junho entraram 214 pessoas	Em junho se retiraram 51 pessoas	Em junho faleceram 13 pessoas	Príncipe Imperial, Ipú, Independência, Ceará, Valença, Gandú, Sobral, Piripiri, Rio Grande do Norte, Pedro II.	120 adultos entre 18 e 59 anos. 82 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos.12 idosos acima de 60 anos.

[255] DOCUMENTOS OFICIAIS. *A IMPRENSA.* N° 562, p. 02, ano XIV, 10 de outubro de 1878.
[256] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de inspeção do núcleo Gandu do contratante Sr. Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, de 9 de agosto de 1878. Localização: Cód. 592, Est. 05. Prat.03.

Em julho entraram 77 pessoas	Em julho se retiraram 82 pessoas	Em julho faleceram 22 pessoas	Pedra Branca, Telha, Independência, Sobral, Príncipe Imperial, Ipú, Ceará,Esperantina.	43 adultos entre 18 e 59 anos.30 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos.4 idosos acima de 60 anos.

Fonte: Inspeção dos núcleos coloniais 1878. Arquivo Público do Estado do Piauí.

A partir do quadro acima, identificamos a origem dos migrantes existentes no sítio Gandú que eram em sua maioria oriunda da província do Ceará e em menor número, das províncias de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além do mais, é possível notar os deslocamentos no interior da província com pessoas de diferentes localidades da região norte do Piauí e também do Sul, existiam migrantes da vila de Picos. O mês com maior percentual de entrada foi julho, com 214 pessoas, também o mês em que houve mais falecimentos, indicando que o estado sanitário do núcleo não era bom.

As retiradas foram crescendo ao longo dos meses, em maio do mesmo ano foi apenas de 16 migrantes, esse número triplicou em julho, com 82 retiradas. Percebemos as retiradas dos núcleos como uma forma de resistência a imposição ao trabalho e também mostra o protagonismo dos retirantes como autores de seus destinos, pois, mesmo estando num momento de crise de abastecimento, estes sujeitos optam por sair e buscar outros meios de subsistência.

Por conseguinte, ressaltamos que essas retiradas geralmente eram feitas em grupos, seja de familiares ou companheiros de um mesmo lugar, por exemplo, das 82 pessoas que saíram do sítio Gandú em julho de 1878, desse montante 36 delas eram cearenses e 6 migrantes de uma mesma família. Nota-se, que assim como no sítio Felicidade, havia poucos idosos e uma grande quantidade de crianças que se aproximava do número de adultos. Embora houvesse muitos adultos não significa dizer que estes se dedicavam a plantação, pois existia muitos doentes no sítio Gandú e parte significativa das pessoas válidas se negavam a trabalhar.

Quanto ao fornecimento dos cereais os migrantes informaram que ocorria nos dias estipulados pela Comissão de Socorros, nas terças e sextas-feiras, porém, o fiscal percebeu algumas irregularidades no suprimento dos viveres. Os doentes estavam sendo medicados pelo proprietário do sítio Gandu. Com relação ao trabalho na lavoura, alguns não haviam começado por motivo de doença e outros por descuido. No Núcleo Gandu havia ferramentas com suficiência, porém, “a alguns deles tem faltado em vista de ainda não terem procurado.” Ainda

no mês de junho, Miguel Borges expos a Comissão de Socorros a resistência dos migrantes ao trabalho:

> Tendo distribuído ferramenta a muitos dos migrantes do núcleo a meu cargo, para o serviço da lavoura e procurado pelos meios brandos e persuasórios, dispô-los para o trabalho, aconselhando-lhes que tratem do preparo das suas roças, alguns dos mesmos emigrantes se mostraram indiferentes a esse meu pedido, e não se querem resolver a dar começo aos serviços; e ao contrário, quando são instados para fazê-lo, falham em retirar-se, para os lugares das suas antigas residências ou para algum outro núcleo, onde possam residir, segundo pensão eles, sem serem impelidos ao trabalho. Nestas condições, pois, consulto a V.Exc., se devo considerar ditos emigrantes no núcleo, com prejuízo de outros que pedem ingresso neles, e que desejam trabalhar, mas que não tenho podido aceita-los, por se achar completo o número do meu contrato, ou se os posso despedir, fazendo-os substituir por estes.[257]

A correspondência acima se trata de uma consulta a comissão de socorros para saber a melhor forma de proceder quando a substituição de migrantes que rejeitam o trabalho por aqueles da lista de espera. A reclamação feita por Miguel Borges no mês de junho e na inspeção dos núcleos de outubro foi novamente relatado sobre a recusa de cuidar das roças. O contratante enfatiza que embora os migrantes existentes em seu núcleo não queriam dedicar-se a lavoura, enquanto isso, outros retirantes aguardavam por uma vaga no sítio Gandu.

Os migrantes são representados pelos donos dos núcleos coloniais como indolentes e preguiçosos, por recusarem trabalhar na roça mesmo sabendo que esta era a finalidade dos núcleos. A expulsão era a punição pela desobediência dos retirantes. Nesse sentido, Miguel Borges expulsou em 8 de abril de 1878, "por ser turbulento", o Joaquim Francisco de Sousa e sua esposa, Maria Soares da Silva, naturais de Príncipe Imperial[258]. De igual modo, procedeu Mariano Gil, expulsando do sítio Felicidade "por insolente e incorrigível" o Manoel Victor de Alencar e sua família[259]. Para Silva, a recusa dos migrantes ao trabalho não pode ser vista somente como preguiça, mas sim como uma forma de resistência ao isolamento dos núcleos e suas normas. Além disso,

> Como a produção das roças eram de posse do próprio migrante, a negativa do trabalho poderia ser indicativo do desejo de seguir para outro local assim que possível, não despendendo trabalho na lavoura, o que poderia prendê-los naquele local à espera da colheita. Para um projeto que deveria dar resultados, não se empenhar na atividade manual a que eram destinados significava contrariar os propósitos dos governos e dos contratantes dos núcleos. A expulsão era uma forma de punição e de alerta àqueles que também resistissem à lavoura.[260]

---

[257] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 26 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Localização: Cod. 584, Est. 05, Prat. 03.
[258] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício dos contratantes de núcleos, Comissão de Socorros, 11 de abril de 1878. Localização: Cód. 585, Est. 05, Prat. 03.
[259] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício dos contratantes de núcleos, Comissão de Socorros, 23 de setembro de 1878. Localização: Cód. 585, Est. 05, Prat. 03.
[260] SILVA, 2023, 393.

Por esse viés e analisando os ofícios dos contratantes de núcleos, notamos que a recusa dos migrantes ao trabalho era comumente reclamada pelos proprietários. Percebemos também que, como reação ao sistema de dominação os migrantes se utilizaram de estratégias de sobrevivência e resistência. A exemplo do migrante cearense Antonio Ferr[a] da Motta, que em 25 de janeiro de 1879, fugiu do sítio Deserto com 4 pessoas, com a intenção de serem matriculados no núcleo Sam José. Todavia, Antonio matriculou também a sua filha Gloria Maria e 3 filhos que ficaram no sítio Deserto até o dia 19 de fevereiro. Desse modo, estas pessoas receberam os socorros ao mesmo tempo nos dois núcleos[261].

Para conseguir driblar os proprietários, o senhor Antonio Motta, por um tempo de um mês, utilizou-se da troca de sobrenome dele e de alguns familiares. Este ato foi considerado pelo contratante do núcleo Deserto, o Capitão Raimundo Sininio de Lima e Almeida, como "velhacaria" e por esta ação considera que deveriam "ser punidos, para exemplo d'outros". A troca dos nomes foi confirmada pelo proprietário do sítio Sam José, ao informar que "não existe no livro de matricula deste núcleo Antonio Ferr[a] da Motta, e sim Antonio Ferreira da Motta, com nove pessoas"[262].

Diante disso, havia uma grande rotatividade de pessoas nos Núcleos Coloniais, pois, à medida que os migrantes se retiravam, faleciam ou eram expulsos, outros retirantes chegavam aos núcleos. Foi possível acompanhar a entrada e saídas destes indivíduos através das fichas que os proprietários enviavam a Comissão de Socorros, como uma forma de controle e fiscalização. Observemos a seguir, o quadro com o total de migrantes que se retiraram e se estabeleceram no Núcleo Gandu, no mês de agosto de 1878.

Quadro 7:
Total de migrantes que retiraram e se estabeleceram no Núcleo Gandu,
no mês de agosto de 1878.

Agosto de 1878	Retiraram-se em agosto	Estabeleceram-se em agosto
Entre os dias 1 e 5	20 pessoas	23 pessoas
Entre os dias 6 e 8	11 pessoas	Não houve entrada de migrantes
Dia 10	Não houve retiradas	4 pessoas

[261] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Carta enviada pelo contratante do núcleo Deserto, Raimundo Sininio de Silva e Almeida ao contratante do núcleo Sam José, em 21 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.
[262] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Resposta do contratante do núcleo Sam José ao proprietário do sítio Deserto, Raimundo Sininio de Almeida, em 17 de fevereiro 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

Nos dias 11 e 14	14 pessoas	45 pessoas
Nos dias 19 e 21	Não houve retiradas	16 pessoas
Nos dias 21 e 25	3 pessoas	Não houve entrada de migrantes
Nos dias 26 e 27	2 pessoas	33 pessoas
Total	50 pessoas se retiraram do núcleo em agosto	118 pessoas se estabeleceram no núcleo em agosto

Fonte: Informações coletadas a partir da documentação enviada por Miguel Borges a Comissão de Socorros de Teresina. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício dos contratantes de núcleos, Comissão de Socorros, agosto de 1878. Localização: Cód. 585, Est. 05, Prat. 03.

Conforme informa o quadro acima, às entradas e saídas do núcleo Gandu durante o mês de agosto foram constantes. Observamos que, apenas quatro dias do mês não houve retiradas ou admissões no núcleo, mas que durante o dia sempre ocorria alguma movimentação. Outrossim, o número de pessoas que se estabeleceram sítio Gandu foi superior ao de retiradas, isso demonstra a grande procura dos migrantes por estes locais, pois apesar das dificuldades existentes alguns indivíduos tinham a esperança de ali reconstruir suas vidas até o fim da seca. Enfatizamos também que o governo provincial atuou no sentido de encaminhar os retirantes para estes estabelecimentos rurais, tendo em vista que era uma forma de moralizar e disciplinar essas pessoas.

Apesar dos esforços dos proprietários os migrantes resistiam em aceitar o trabalho na lavoura, entre outras estratégias negavam-se até mesmo em construir moradias nas propriedades o que indica que estes sujeitos não pretendiam ficar ali por muito tempo, provavelmente só até refazer as forças e seguir a outro lugar. Nestas circunstâncias, o Barão de Campo Maior, contratante do sítio Alagoa da Mata, informa que:

> Negando-se o emigrante d'este núcleo Jacob Alves de Olinda, a fazer uma casa para abrigo seu e de sua família, composta de nove pessoas e seus filhos afeitos a rapinagem, como dois d'eles foram apanhados praticando furtos em roças, entendo despedi-los deste núcleo, e se acham e se acham supridos até esta data[263].

A baixa adesão ao trabalho foi constante, conforme mostra a nota acima, pois algumas pessoas preferiam cometer furtos para não se submeter as imposições da elite política. No núcleo Felicidade a cargo de Mariano Gil, em dezembro de 1877, apesar de existirem 150 migrantes, somente oito destes possuíam roças para os quais o contratante solicita sementes

[263] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração enviado pelo Barão de Campo Maior aos membros da comissão de socorros de Teresina, em 21 de setembro de 1878. Ofícios dos contratantes de núcleos 1878. Localização: Cod. 584, Estn. 05, Prat. 03.

para plantio[264]. Observamos que no final de 1878 e início de 1879 houveram solicitações de semente para os migrantes que possuíam roças, mas dadas as informações acreditamos que era um número ínfimo para a quantidade de pessoas existentes nestes sítios.

O contratante do núcleo Santa Filomena, solicitou o fornecimento de semente de arroz, feijão e milho, em quantidade suficiente para ser distribuída entre 62 famílias que haviam preparado as roças para o plantio. Neste núcleo aconteceu algo comum durante a seca, não apenas nesses estabelecimentos, mas entre parte das pessoas que se dedicavam a lavoura, plantaram nas primeiras chuvas e com a estiagem de longos dias as sementes se perderam.

Por isso, Raimundo Sinval de Vasconcellos, pede autorização ao governo para em caso de haver cereais em depósito comprá-los em outro local para os migrantes não perderem seus serviços[265]. Outros contratantes também requisitaram cereais para plantação e a repetição dos itens como milho, feijão e arroz, "e também a cana-de-açúcar, que, nesse caso, tinha a sua produção dividida ao meio com o proprietário da terra"[266].

Além de tentar combater a ociosidade dos migrantes através do trabalho, alguns donos de núcleos alinhados aos ideais do Estado, buscaram também educar e civilizar estes sujeitos por meio da religiosidade e da educação. Os contratantes dos Núcleos Gandu e Felicidade, instalaram em suas propriedades aulas de primeiras letras para os filhos dos migrantes. Acreditamos que esse não foi somente um ato humanitário, mas sim um ato intencional que buscava educar moralmente aquelas crianças[267].

Segundo Monteiro, o objetivo do Estado imperial era educar o pobre para o trabalho, a vista disso, utilizavam-se da junção das leis e do poder policial. Uma estratégia apontada pelo autor foi com relação as crianças, sobre estes o Estado tinha "o olhar preventivo das autoridades começou a notar que tinha que educá-los desde cedo para o trabalho, logo, crianças pobres, órfãs, desvalidas e vadias começaram a ser foco dessas investidas, cujo objetivo era evitar a ociosidade e a criminalidade."[268] No entanto, aponta que esse entendimento não pode ser tomado de modo generalizado, pois vivendo em uma sociedade pré-industrial as crianças pobres começaram a trabalhar muito cedo.

---

[264] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, enviado pelo contratante do núcleo Felicidade, Mariano Gil Castelo Branco ao presidente da província o Barão de Campo Maior, em 21 de dezembro de 1877. Documentação avulsa.

[265] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, enviado pelo contratante do núcleo Santa Filomena, Raimundo Sinval de Vasconcelos ao presidente da província Raimundo Menezes de Carvalho, em 10 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros de Teresina 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

[266] SILVA, 2023, p. 381.

[267] EMIGRANTES. *A IMPRENSA.* N° 546, p.04, ano XIII, 8 de junho de 1878.

[268] MONTEIRO, 2016, p.139.

Entendemos que educação e religião são dois importantes aparelhos ideológicos do Estado, e que, ao serem implementados nos núcleos coloniais e visto com grande louvor pela elite política dirigente e assim faziam menções aos jornais. Por isso, deve-se ao fato de que serviriam de instrumentos para direcionar os migrantes, sobretudo as crianças, a obediência e disciplina a visão de mundo do Estado. Ora, se nos atentarmos ao fato de que nos núcleos Gandú e Felicidade foram criadas escolas e realizados batizados para as crianças, notamos aqui uma ação que visava influenciar e moldar a forma de agir, as crenças e valores destes menores em conformidade com as ideias do Estado imperial. Assim, vemos isso como uma das ações da administração do governo provincial do Piauí para que estas crianças se tornassem adultos disciplinados, longe dos vícios e do ócio que tanto preocupava a classe dominante.

Além disso, os contratantes dos núcleos Sítio, Gandu e Felicidade, mandaram celebrar missas em seus núcleos, na oportunidade aconteceram casamentos, batizados, podemos dizer que foram momentos de celebração e sociabilidade para os migrantes. No dia 7 de junho de 1878, o padre João Severino de Miranda Barboza batizou 15 crianças no sítio Gandu, de acordo com o padre, os migrantes que ali residiam "vivem satisfeitos, se não é possível dizer-se inteiramente felizes"[269]. Consideramos exagerado o posicionamento do sacerdote, pois nas inspeções do referido núcleo são apontados graves problemas que infelizmente o governo fez vista grossa por ser o capitão Miguel Borges, aliado político dos liberais.

De igual modo, foram celebrados batizados de 19 crianças e 4 casamentos no Núcleo Felicidade. O ato de proporcionar estes momentos de fé com os migrantes, era visto nos jornais com grande louvor, pois o governo "atendendo as necessidades do corpo, deixou no ouvido as da alma, esqueceu-se de que a esse imenso rebanho expatriado"[270]. Para Silva, as celebrações religiosas não foram comuns a todos os núcleos e não ocorreram com frequência, além disso, considera que estes momentos "não expressaram toda a pompa descrita nos núcleos Gandu e Felicidade."[271] Porém, o autor reconhece o caráter benéfico que esses momentos significavam para aquela população sofrida.

> A promoção dessas celebrações, de certa maneira, dava aos núcleos uma nova face. Não só lugar pra morar e trabalhar, mas também onde poderiam expressar a fé e festejar o casamento e a vida. Contrapunha-se à visão de sofrimento, de fome e de nudez. A esse respeito, disse o jornal sobre os habitantes do núcleo Felicidade: "os emigrantes se apresentavam decentemente vestidos e em suas fisionomias, divisava-se sinais de íntima satisfação"[272].

[269] NÚCLEO GANDU. *A IMPRENSA.* N° 581, p. 03, ano XIV, 22 de fevereiro de 1879.
[270] NÚCLEOS. *A IMPRENSA.* N° 581, p. 03, ano XIV, 22 de fevereiro de 1879.
[271] SILVA, 2023, p.416.
[272] SILVA, 2023, p.416.

Os núcleos coloniais pareciam ser um negócio lucrativo para os proprietários, Mariano Gil, por exemplo, envia uma carta ao presidente da província, expressando seu desejo de auxiliar a administração no limite de seus "exíguos" recursos, por conseguinte, propõe-se aumentar o número de migrantes do sítio Felicidade para 500 pessoas e também, a criação de um novo núcleo "para acomodar os emigrantes que ficam ao desamparo pela extinção d'aqueles que por ventura não tenham bem satisfeito as vistas do governo". O novo núcleo seria na sua fazenda São Lourenço, distante dez léguas de Teresina, localizado as margens do rio Parnaíba, o que era propicio para a agricultura e justificativa para receber as 500 pessoas.[273]

Outras solicitações de criação de núcleos chegaram até a comissão de socorros de Teresina, o proprietário Avelino José Martins se propôs a contratar um núcleo na propriedade Atalaia e receber 1.000 migrantes, era uma proposta que a princípio diferenciava-se das demais pela quantidade de pessoas que pretendia abrigar, sendo que na época nem todos os núcleos tinham essa quantidade de pessoas. A vista disso, a resposta da comissão a Avelino Martins não foi satisfatória, pois os sítios Gandú, Sítio, Felicidade e Deserto não estavam completos e o núcleo São José recém formado "ainda falta parte do pessoal que lhe foi destinado", dessa forma, considerava inoportuno criar um novo estabelecimento. Ao nosso ver, a aceitação ou negação diante das solicitações de criação de núcleos estava permeada de interesses políticos.

O jornal A Época tecia duras críticas à gestão dos liberais nos núcleos coloniais, acusando-os de enriquecimento com dinheiro público. Talvez por isso Mariano Gil e Avelino Martins estivessem tão interessados em propor a criação de novos núcleos. Por ocasião da inspeção do núcleo Santo Antônio, do contratante Lúcio Correia Lima, o fiscal de núcleos o Barão de Gurguéia, ao questionar os migrantes sobre a distribuição dos alimentos, verificou que havia muita irregularidade na distribuição a qual era ocasionada pela falta de cereais[274]. A inconstância na distribuição dos cereais pode ter como justificativa não somente a falta dos mesmo em depósito, mas também, o desvio para outros fins visto que a comissão enviava estes gêneros para um prazo de até 15 dias.

O contratante do núcleo Icó, João do Rego, também foi acusado pela comissão de socorros de não fazer a distribuição das diárias de forma correta. Na inspeção realizada em 11 de março de 1878, constatou-se que o proprietário não havia cumprido todas as cláusulas do

[273] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, enviado por Mariano Gil Castelo Branco ao presidente da província José de Araújo Costa, propondo o aumento de migrantes no sítio Felicidade e a criação de um novo núcleo na fazenda São Lourenço, em 21 de março de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

[274] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de inspeção do núcleo Santo Antônio, sendo o contratante o capitão Lúcio Correia Lima, de 22 de agosto de 1878. Livro de inspeção dos núcleos coloniais 1878. Localização: Cod. 592, Estn. 05, Prat. 03.

contrato, principalmente com relação aos cereais, pois muitos migrantes relataram "passar mal porque a carne e farinha que lhes era dada, não chegava para sua alimentação diária". Como estratégias de sobrevivência os retirantes recorreram a conhecida massa de coco e também "andaram ocupados na caça, outros com viagens, na exploração da lagoa, como recurso a sua alimentação"[275]. Nesse sentido, supomos que os lucros dos fazendeiros estivessem em parte relacionados aos desvios da finalidade dos socorros. Dessa forma, Silva enfatiza:

> A quem foi mais benéfico esse sistema, não é possível ter ao certo, mas sabe-se que os contratantes de algum modo lucravam com essa medida, visto que eram eles mesmos quem sugeriam/ofereciam suas terras para receber os migrantes; a contar pela diária que recebiam por cada pessoa, as somas repassadas para cada contratante, a depender da quantidade de habitantes em seu núcleo, eram avultadas; mesmo que em alguns momentos tenha parecido ser oneroso aos cofres públicos, principalmente pelos desvios ocorridos, o Estado, em meio à crise socioeconômica pela qual passava, favoreceu-se com um problema a menos, pois o amontoado de migrantes nos arredores da cidade de Teresina poderia causar uma crise sanitária muito mais ampla, a exemplo do que aconteceu em Fortaleza.[276]

Ao analisar a documentação da comissão de socorros das vilas da região norte do Piauí, percebemos que havia migrantes nos arredores das propriedades privadas. Nesses locais não foram criados núcleos coloniais como os existentes em Teresina, União e Humildes, todavia, é provável que os migrantes tenham trabalhado nessas propriedades e continuassem a receber os socorros ou que alguns acordos possam ter sido firmados destes com os proprietários, o que seria um bom negócio para os fazendeiros, pois era uma forma de aumentar as relações de dependência pessoal e ganhos públicos. Nesse sentido, Thompson destaca que:

> As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais; mesmo sendo correto afirmar que a liberdade potencial do trabalhador tenha aumentado, visto que o empregado nas fazendas ou o artesão na indústria doméstica estava (nas palavras de Toynbee) 'situado a meio caminho entre a posição do servo e a do cidadão', esta 'liberdade' significava que se sentia mais intensamente a falta dela. Em qualquer situação em que procurasse resistir à exploração, ele se encontrava frente às forças do patrão ou do Estado, e, comumente, frente as duas.[277]

A pobreza no Piauí oitocentista no contexto da seca, se encontrava diante dessas duas forças: o patrão e o Estado. Ora eram empurrados para as obras públicas e núcleos coloniais, ora se viam frente aos proprietários que procuravam mão de obra barata e submissa. O Estado Imperial queria "civilizar" e disciplinar os homens pobres e livres e se utilizou do momento de fragilidade dessas pessoas devido à seca para tentar dominá-los. Já a elite rural que, estando a serviço do Estado, também procurou meios de dominação através da exploração do trabalho.

---

[275] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração enviado pela comissão de socorros ao presidente da província, José de Araújo Costa, em 2 de abril de 1878. Comissão de socorros públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.
[276] SILVA, 2023, p. 378.
[277] THOMPSON, 1988, p.23.

Nota-se que durante a seca a administração da província e as elites, através das comissões de socorros, tentaram impor o trabalho aos migrantes como meio para receber auxílios e impor o trabalho regular a estes sujeitos através dos núcleos coloniais e da iniciativa particular.

O governo provincial incentivava os proprietários a empregar os migrantes, nos ofícios vez ou outra nos deparamos com as recomendações. Encontramos na documentação o indicio de um possível contrato entre a comissão de socorros de Pedro II e um fazendeiro, conforme mostra o ofício a seguir.

> A comissão sempre faça contratos com particulares para o sustento de emigrantes, quando por si não os poder socorrer, sendo que nenhuma vantagem ou pelo menos insignificante, oferecem a eles, quando é tão diminuto como nosso celebrado com Tertuliano Pereira Brandão, o número de emigrantes acolhidos absolutamente não convido que se eleve a base estipulada, e sendo melhor que empreguem mesmo os emigrantes na construção de obras públicas, do que na exploração de indústria privada[278].

Pela data em que o ofício foi expedido, os núcleos coloniais como o Gandú e Felicidade não haviam sido criados, entretanto, numa vila do interior da província já existia um pequeno núcleo de migrantes. O ofício não especifica quais as bases do contrato firmado entre o fazendeiro Tertuliano Pereira Brandão e a comissão de socorros de Pedro II, mas acreditamos que tenha sido semelhante aos existentes na capital. Todavia, embora recomende que os migrantes sejam acolhidos por particulares, o presidente da província considera não ter nenhuma vantagem nesses contratos, sendo melhor que se empreguem nas obras públicas, porém, as frentes de serviço foram poucos o que nos leva a supor que parte destas pessoas tenham sido empregados nas fazendas.

Encontramos outros indícios de migrantes em terras particulares sendo supridos pelo governo o que reforça a tese de que os núcleos coloniais também foram instalados noutras vilas além dos arredores de Teresina, embora não recebesse essa denominação a dinâmica a qual estava estruturado em muito se assemelha aos núcleos da capital.

Em Marvão, o proprietário José Pereira da Fonseca acolhia um número grande de migrantes no lugar denominado “Novo Oriente”, recebendo da comissão de socorros fazendas, medicamentos e legumes, pois este “que tem exercido caridade e prestado serviços gratuitos aos emigrantes”. Ou seja, o proprietário acolheu migrantes em suas terras e solicitou auxílios públicos ao governo o qual atende ao pedido solicitando apenas que Fonseca envie os recibos

[278] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 250, de 26 de setembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

a comissão[279]. Por mais que esta ação fosse vista a época como caridade, inferimos que fosse vantajoso para o fazendeiro acolher estas pessoas em sua propriedade, pois teria braços disponíveis para lavrar a terra e também poderia se beneficiar com os auxílios remetidos pelo governo.

Localizamos em Valença, migrantes vivendo nas imediações de propriedades particulares no povoado Missão dos Aroazes. Para tanto, o governo nomeou o Major João Ignácio de Jesus Madeira e o tenente Manoel Norberto Soares, como membros de uma comissão para gerenciar os auxílios distribuídos com os migrantes asilados em suas terras[280]. As autoridades da época tinham uma visão depreciativa sobre as pessoas pobres, assim sendo, consideramos que ao receber essas pessoas em suas terras os donos deviam exigir a contrapartida do trabalho e relação de proteção. Importante mencionar que estes exemplos são referentes a gestão conservadora, ou seja, ao ano de 1877, é provável que o governo Liberal tenha dissolvido estes locais ou encontrado meios de favorecer os membros de seu partido com a criação dos núcleos.

Por fim, ressaltamos que além de serem vítimas da seca, os migrantes também foram vítimas dos discursos e da presunção da elite piauiense que procurou depreciá-los, afirmando ser os homens livres e pobres, indolentes e ociosos. Houve uma tentativa da classe dominante e das autoridades de vigiar os homens livres e pobres, para tanto, buscou-se encaminhá-los ao trabalho regular na lavoura. No entanto, devido as péssimas condições sanitárias e de trabalho, muitos migrantes adoeciam, vinham a óbito ou evadiam-se desses estabelecimentos. Ou seja, se esperava que os migrantes pudessem tirar sua subsistência das plantações feitas nas propriedades dos núcleos, mas devido a estas conjunturas o trabalho na lavoura ficava prejudicado.

[279] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 368, de 17 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[280] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numeração enviado pela comissão de socorros de Valença ao presidente da província Francisco Bernardino Rodrigues da Silva, em 30 de outubro de 1877. Comissão de Socorros de Valença, 1877-1879.

4.Imprensa, política e a seca no Piauí.

> Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pé de páginas de jornais, mas, quando chega ao mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como transformada no "cavalo de batalha" de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional.[281]

4.1 "Ladrões de casaca e de luva de pelica": as denúncias de desvio de verbas nas Comissões de Socorros Públicos.

O gerenciamento das verbas destinadas a socorrer os flagelados da seca foi temática de diversas notícias nos jornais piauienses. Os jornais *A Época* e *A Imprensa* tiveram "um papel significativo na vigilância da aplicação desses recursos."[282] O teor dos discursos jornalísticos oscilava entre críticas e denúncias de corrupção nas Comissões de Socorros a sugestões de uma melhor aplicação das verbas. Enfatizamos que, em 1877 era o órgão opositor *A Imprensa* que cobrava do governo por ações efetivas que amenizasse os efeitos da seca, sobretudo, para a pobreza migrante.

Nos anos de 1878 e 1879, o Partido Liberal ascendeu ao poder político no Império[283], com isso, os conservadores passaram a vigiar a gestão dos liberais e a tecer duras críticas e denúncias através do periódico *A Época*. Dito isso, nossa análise parte do pressuposto de que o conteúdo publicado nos jornais está estritamente relacionado com os interesses políticos e/ou pessoais e valores de seus redatores, pois:

> De fato, jornais e revistas não são, no mais da vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.[284]

Nesse sentido, as notícias que constantemente circulavam no jornal era reflexo do cenário político-social da época. Observamos no periódico *A Imprensa* que após o partido Liberal tomar posse do governo provincial, foram feitas diversas trocas nos cargos públicos, ou

---

[281] ALBUQUERUQUE JUNIOR, 1995, p.120.
[282] Ibidem. p. 304.
[283] No decorrer do Império, os gabinetes ministeriais foram compostos e comandados por membros do partido Liberal e Conservador, logo, quando havia alguma alteração no poder político na corte se estendia a todas as províncias. Com isso, a gerencia da seca foi mediada da seguinte forma: em 1877, pelo partido Conservador e em 1878-1879, pelo partido Liberal. Para mais informações sobre a política no Império, ver: CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Sobre a política no Piauí durante a seca, ver: SILVA, 2023.
[284] LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** 2° ed. 2° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

seja, houve uma redução dos locais de mando por parte membros do partido Conservador. Para Márcio Douglas de Carvalho e Silva, as denúncias feitas pelos conservadores eram feitas "de forma interessada e ressentida."[285] Isto é, por não estarem diretamente ligados a administração provincial diminuía-se a chance destes sujeitos usufruírem dos recursos públicos. Ressaltamos que, as fraudes ocorreram tanto na gestão Liberal e Conservadora conforme veremos adiante.

Mediante o cenário político local, os liberais se organizavam através de jantares e chás para festejar, traçar metas e se organizar politicamente. Essas reuniões ocorreram em Teresina e no interior da Província. Em 21 de abril de 1877, o Dr. Constantino Luiz da Silva ofereceu um jantar ao Excelentíssimo Sr. Coronel José de Araújo Costa ao qual "compareceu grande número de liberais, residentes em Teresina."[286] Em 6 de setembro de 1878, na cidade de Oeiras, os membros do partido Liberal se reuniram na residência do tenente coronel Jesuíno Luiz da Silva Moura, a festa teve início às 15 horas após a eleição dos deputados para assembleia legislativa provincial e se estendeu até as 21 horas.[287]

Além disso, foram feitas adesões de conservadores ao partido Liberal, a exemplo, o Sr. Capitão João Bernardo de Arêa Leão, residente no município de Humildes, a adesão do novo membro é festejada pois este tinha "influencia na localidade e capacidade para prestar importantes serviços a nossa causa, da qual se constitui paladino."[288] Notamos que a mudança de partido de Arêa Leão, ocorreu pouco tempo após os liberais assumirem o poder. Acreditamos que acordos vantajosos tenham sido feitos para que a filiação ocorresse.

Inferimos que a motivação ao dar publicidade a seca no Piauí, muita das vezes perpassava interesses políticos e sociais dos redatores dos jornais e dos partidos aos quais estavam vinculados. Visto que, a ênfase dada ao tema ocorreu de forma gradual e, principalmente, por estes jornais buscarem junto ao conteúdo da seca criticar seus opositores. Notamos também que nos primeiros meses da seca o *A Imprensa* deixava as notícias da seca nas últimas páginas da edição e em notas pequenas, quando os liberais assumem o poder o jornal traz as informações da falta de chuvas para a primeira página e age no sentido de enaltecer as ações do governo provincial.

Ao trabalhar com jornais é necessário observar estes aspectos, pois à medida que se muda de lugar na hierarquia do poder os discursos também mudam. Para Tania Regina de Luca, é importante conhecer o local ao qual a linha editora pertencia, suas ligações cotidianas,

---

[285] SILVA, 2023. p. 327.
[286] JANTAR POLÍTICO. *A IMPRENSA*, n° 540, p.04, ano XIII, 28 de abril de 1878.
[287] OEIRAS (...) *A IMPRENSA*, n°559, p. 03, ano XIII, 25 de setembro de 1878.
[288] UM NOVO CORRELIGIONARIO. *A IMPRENSA*, p. 04, ano XIII, 28 de fevereiro de 1878.

interesses, pois a forma como determinado tema é abordado tem por finalidade atingir a um público, nas palavras da autora:[289]

> Em síntese, **os discursos adquirem significados de muitas formas,** inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos **temas, a linguagem e a natureza do conteúdo** tampouco se dissociam do **público que o jornal ou revista pretende atingir.**[290]

Posto isso, iremos de agora em diante analisar as denúncias de apropriação do dinheiro público e as possíveis tentativas, adiantamos que nem todos lograram êxito ao tentar se beneficiar das verbas do governo. Para tanto, utilizaremos os jornais e os documentos manuscritos.

A chamada "indústria da seca", ocorreu de diferentes modos. Uma das formas de apropriação dos socorros era incumbir algum conhecido a fazer a distribuição dos alimentos, dessa forma podia-se desviar viveres. Vejamos, em 26 de agosto de 1877, uma correspondência assinada como "o povo" foi enviada da vila de Independência, nela o autor denuncia o envio de suprimentos para São Felix distante 12 léguas da dita vila. A justificativa da Comissão de Socorros era de que a migração para aquela região havia aumentado, no entanto, questionava-se o fato dos migrantes se deslocarem para um local que não havia água potável[291].

O fato é que segundo o denunciante os suprimentos foram entregues ao cidadão Joaquim Domingues, no lugar chamado São Vicente, o qual deveria fazer a distribuição dos viveres com os flagelados. Segundo o autor da correspondência, Joaquim Domingues estava endividado e certamente usaria os recursos enviados pelo governo para saldar as dívidas e favorecer familiares.

Ainda sob a gerencia dos conservadores novas denúncias foram feitas pelo órgão opositor. A irregularidade na distribuição de carne foi pauta de algumas notícias. Um caso ocorrido em Piracuruca, foi a compra de bois por preço elevado de membros da Comissão de Socorros a seus filhos. Não obstante, a carne fornecida aos migrantes era de uma rês atolada do rio, ou seja, trocava-se "carne boa por outra de rez que aproveita-se".[292] Caso semelhante aconteceu nesta vila em fevereiro de 1878, quando um "comissário de alta categoria" responsável pelo fornecimento das "matalotagens" é acusado de matar as rezes em sua casa para desviar os couros e obter lucros.[293]

---

[289] LUCA, 2008. Grifo do autor.
[290] Ibidem. 2008, p. 140.
[291] AO EXM. SR. DR. RODRIGUES DA SILVA. *A IMPRENSA*, n° 517, p. 02, ano XIII. 14 de setembro, 1877.
[292] PIRACURUCA. *A IMPRENSA*, n° 526, p. 03, ano XIII, 10 de dezembro de 1877.
[293] PIRACURUCA. *A IMPRENSA*, n° 532, p. 02, ano XIII, 13 de fevereiro de 1878.

Os membros das Comissões de Socorros que deveriam zelar pelo bem estar nos migrantes, terminavam por desviar ou fazer vistas grossas para a apropriação dos recursos públicos. Não somente dava-se carne de péssima qualidade aos migrantes como também, alguns encarregados pela distribuição dos socorros desviavam os alimentos para suas fazendas, até mesmo a roupa enviada a pobreza chegou a ter outro destino, por exemplo, vestir os escravos de um fazendeiro.[294] Enquanto isso, a pobreza seguia enfrentando dificuldades de subsistência e andando em estado de nudez.

Algumas iniciativas individuais de favorecimento com as verbas da seca foram encontradas na documentação coligida. Em 13 de abril de 1878, Lúcio Ferreira Lima procurou a Comissão de Socorros de Teresina, com finalidade de receber a quantia superior a 50 mil réis. Este cidadão teria transportado da vila de Príncipe Imperial para Teresina, duas famílias de migrantes "os quais não podiam mais sobreviver ali, por falta de sustento" e por que motivo pede o reembolso da quantia despendida.[295]

De acordo com nossa análise nos ofícios da Comissão de Socorros, quando era enviada uma remessa de mantimentos para Príncipe Imperial, o governo autorizava que na volta os animais fossem usados para transportar os migrantes que desejassem seguir viagem. É estranho que o cidadão Lúcio Ferreira Lima, tenha empreendido uma viagem por conta própria para garantir a sobrevivência dos migrantes sem comunicar à Comissão de Socorros local. Em resposta a solicitação de pagamento, a Comissão de Socorros de Teresina informa ao requerente que:

> Não se achando provadas as despesas feitas pelo requerente com a condução de imigrantes de que trata, para esta capital, as quais esta comissão ignora se são indigentes e até mesmo se existem, porque não lhe foram apresentados e não tendo além disso precedido autorização competente para que o requerente fizesse tal despesa, que por isso foi toda espontânea; - esta comissão é de parecer que não lhe assiste direito a qualquer indenização.[296]

Vemos o exemplo de uma tentativa falha de golpe na Comissão de Socorros de Teresina, apesar de apresentar uma lista com nome dos supostos migrantes transportados para a capital, a comissão considerou as provas inexistentes e não indenizou o requerente. Provavelmente, o cidadão não tinha vínculos com a elite local e não fosse membro do partido Liberal, tais fatores podem ter corroborado para a desconfiança e negativa do pedido. Este caso é intrigante, pois, geralmente quando se queria beneficiar algum amigo ou familiar, algum membro das comissões

[294] PIRACURUCA. *A IMPRENSA*, n° 526, p. 03, ano XIII, 10 de dezembro de 1877.
[295] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Informe a Comissão de Socorros da capital. Documento sem numeração.
[296] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Comissão de Socorros de Teresina. Documento sem numeração.

indicava o nome do indivíduo a realizar determinado serviço e se cobrava um preço excessivo, entretanto, este sujeito agiu ao que tudo indica de forma individual.

Em 19 de março de 1879, o então fiscal de núcleos Dr. chefe de polícia Antônio Cardoso Guimaraes, pediu dispensa do cargo devido a problemas de saúde.[297] Mesmo após deixar a função de fiscal de núcleos, o Dr. chefe de polícia continuou de posse de dois cavalos comprados por ele, para ajudar na fiscalização dos referidos estabelecimentos. Somente depois de um mês o então presidente da Província, João Pedro Belfort Viera, solicitou a devolução dos animais para serem utilizados em serviços na capital.[298] Ou seja, este sujeito provavelmente se beneficiou dos cavalos enquanto estavam em sua posse sendo necessária a solicitação do governo para a devolução.

À medida que a seca se prolongava mais migrantes adentravam o Piauí vindos do Ceará e os piauienses que migravam do interior da Província para a capital. Diante disso, os auxílios prestados pelo governo pareciam irrisórios diante da grande demanda. As cenas de miséria eram constantemente representadas nos jornais, havia clamor em nome dos infelizes retirantes, porém, "A própria elite política regional viu na seca um importante fonte de riqueza"[299]

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior[300], a elite rural nortista passava por dificuldades financeiras e com seca prolongada muitos vieram a falir. Com isso, apropriaram-se dos discursos em favor dos desvalidos, mas, por traz do sentimento humanitário havia "uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional."[301]

De fato, a seca deixou muitos proprietários rurais em crise econômica. Sem chuva para renovar a pastagem e encher os reservatórios de água, ficou inviável em alguns pontos a criação de animais, sobretudo, de gado. E as plantações que se perderam ou que pouco frutos deram. Por conseguinte, alguns fazendeiros retiraram seus rebanhos para regiões onde havia pastagem e água, outros, porém, venderam os animais. Encontramos nos jornais alguns anúncios de venda de gado, em março de 1879, por exemplo, Mariano Gil Castelo Branco, encarregou-se da venda de "500 garrotes e novilhotes" do capitão Raimundo José de Sousa Gayoso, o anuncio foi publicado no jornal *A Imprensa.*[302]

---

[297] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Palácio do Governo, 19 de março de 1879. Ofício n°4.
[298] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Palácio do Governo, 21 de abril de 1879. Ofício n° 61.
[299] SILVA, 2023, p. 326.
[300] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.28, p.111-120, 1995.
[301] Ibidem. 1995, p. 120.
[302] MARIANO GIL. *A IMPRENSA*, n°586, p. 6, ano XIV, 23 de março, 1879.

Não foram somente postos à venda os rebanhos de gado, Mariano Gil Castelo Branco, por exemplo, colocou anuncio em 5 de março de 1879, no jornal *A Imprensa* de "20 burros capazes de todo serviço"[303]. Além disso, algumas propriedades bastante equipadas foram colocadas à venda, vejamos o anuncio abaixo.

> VENDA DE UM SITIO.
> Vende-se o sitio – Veremos – no termo das Barras, limites da União, de cujas villas dista oito legoas, – com uma casa de telha com noventa palmos de frente e boa acomodação para família; quatro casas de palha; um açude de excellente agua potável; prensa, forno, rodas, e mais utensílios de fazer farinha; roça nova e capoeira de algodão e mandioca; e boas terras para lavrar no interior da matta onde as roças não precisão de cercas.
> Quem pretender dirija-se no dito sitio a seu proprietário capitão Manoel Thomaz Ferreira, na União, e Marcelino B. Ferreira Castello Branco, em Theresina.[304]

A propriedade "Veremos" do capitão Manoel Thomaz Ferreira, aparenta ser um excelente local para cultivar a terra e criar animais, pois tem um açude com água potável e terras boas. Soma-se a isso, os utensílios para fazer a farinhada e uma casa de telha para moradia da família. Pelo anúncio, a compra do sítio aparenta ser vantajosa. Inferimos que, tanto o sítio quanto a venda dos garrotes e burros citados anteriormente, tenha sido motivada pela dificuldade econômica que seus donos estavam passando devido à seca afim de evitar maiores prejuízos ou pagar alguma dívida, optaram por vender seus bens.

Diante disso, o órgão opositor *A Época* constantemente denunciou a corrupção nas comissões de socorros. Os donos dos núcleos coloniais foram um dos principais alvos das denúncias, entre outras críticas eram acusados de "ornarem suas filhas e esposas de sedas e perolas custosas"[305], enquanto os migrantes nos núcleos "formam uma cidade de mortos". Bem, o governo enviava aos estabelecimentos rurais os mantimentos de acordo com cada contrato e embora houvesse fiscalização era feita vista grossa para muitas coisas e, certamente, os fazendeiros aproveitavam-se destas circunstancias para apropriarem-se do auxílio destinado aos migrantes.

Desse modo, entendemos que os discursos sobre a seca nos jornais são determinados pelas condições do momento em que foram produzidos. Nesse sentido, Eni Orlandi destaca que o discurso está relacionado com o exterior e portanto é crucial compreender as condições de produção.[306] Ou seja, a defesa pelos direitos da pobreza que comumente é criticada pela elite política, são produzidos num momento em que a seca atinge direta ou indiretamente as classes

---

[303] Ibidem.
[304] VENDA DE UM SÍTIO. *A Imprensa.* n°521, p. 04, ano XIII, 21 de out. 1877.
[305] OS LIBERAIS SE DIVERTEM. *A ÉPOCA.* N° 30, p.01, ano I, 27 de outubro de 1878.
[306] ORLANDI, Eni P. **Analise de discurso:** princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

abastadas, para tanto, clamar por ajuda ao governo imperial seria uma forma de conseguir algum recurso visto ser as pessoas de destaque social as encarregadas de distribuir os auxílios, o que lhes favorecia na hora de desviar os socorros. Nesse caso, a produção jornalística é influenciada pelo sentido amplo do discurso, quer dizer, as condições sócio históricas na qual os partidos Liberal e Conservador foram constituídos influencia o dito e não dito nos jornais.

A não distribuição correta dos alimentos com migrantes que residiam nos núcleos coloniais, implicava no acumulo de víveres nos depósitos dos fazendeiros os quais poderiam vender por preços elevados ou até mesmo consumir, resultando em favorecimento pessoal. De fato, os recursos da seca foram usados como jogo de poder e interesse pela elite política do Piauí.

Como as Comissões de Socorros eram encarregadas de gerir os recursos e distribui-los a pobreza, "alguns tentavam estratégias para tirar algum proveito."[307] A forma de lucrar por alguns membros das comissões variava muito, em 1 de novembro de 1878, chegou ao jornal *A Época* a denúncia de que em Campo Maior estavam engordando "cavalos, porcos e até mantem vacas de leite com o milho e feijão do governo"[308]. Ora, para os proprietários de terra que não dispunham de condições financeiras para transportar seus animais para outros locais onde a seca fosse menos rigorosa e não quisesse vende-los, nada mais vantajoso que apropriar-se dos recursos do governo.

Atitudes reprováveis como essa serviram para manter nos lugares de destaque social os membros da elite aliados do partido que estivesse no poder político. De fato, fortunas foram mantidas e/ou construídas à custa dos mais necessitados. A vista disso, o *A Época* que vigiava o destino dado aos socorros públicos pontuou que "A par de milhares de vítimas da seca levantam-se colossais fortunas, filhas da fraude e da rapacidade patrocinados por presidentes embotados no comercio da concussão e do peculato!"[309]

Enfatizamos que os discursos dos jornais pertencentes ao partido Conservador e Liberal, mudaram à medida que houve a troca das cadeiras na hierarquia do poder. Segundo Eni Orlandi, "como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na "comunicação"."[310] Por isso, enquanto oposição aos liberais, o jornal A Época se posicionava de forma mais agressiva, com constantes denúncias, alguns discursos de ressentimento por não conseguirem contratos

[307] SILVA, 2023. p. 320.
[308] CAMPO MAIOR (..). *A ÉPOCA.* N° 34, p.03, ano I, 23 de novembro de 1878.
[309] O ANNO DE 1878. *A ÉPOCA.* N° 40, p. 01, ano II, 4 de janeiro de 1879.
[310] ORLANDI, 2012, p. 39-40.

com a comissão de socorros, se colocam do lado dos migrantes e contra o governo Liberal. No entanto, em 1877 os conservadores eram acusados pelos liberais no jornal A Imprensa de corrupção e irregularidade nas comissões de socorros. Entender os discursos como locais de poder também nos ajuda a compreender porque a pobreza era representada pelas autoridades como preguiçosos e desordeiros.

O acesso da pobreza a alimentação era escasso, pois, embora o governo baixasse o preço dos alimentos, nem todos possuíam recursos para compra-los. Em nossa análise da documentação coligida, notamos que muitos migrantes solicitavam ao governo através de petições ajuda para a subsistência. Mediante este cenário, havia rumores de que os cereais em depósito estavam sendo guardados para serem vendidos a particulares, isto é, a pessoas ligadas aos membros da Comissão de Socorros.[311]

A articulação da elite política ocorreu durante os três anos de seca. Os migrantes eram colocados como pano de fundo onde se tinha objetivos específicos: suprir os interesses e necessidades da elite local. Dessa forma, ao firmar contratos para transportar mercadorias, comprar mantimentos, remédios e roupas, as comissões de socorros indicavam o nome de pessoas especificas para fazer o fornecimento ou serviço.

Desse modo, o então presidente da Província, Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, aprovou a indicação de Manoel Joaquim de Oliveira Costa e do major Antônio José de Araújo Bacelar, para fornecerem duzentas quartas de farinha cada um, pelo preço de 2$5000 a quarta. Este cereal deveria ser comprado pela Comissão de Socorros da capital e enviado para a vila de Príncipe Imperial.[312] Caso semelhante foi o contrato celebrado com Pedro Martins de Araújo, o qual deveria fornecer os cereais e fazer a condução da mercadoria até Príncipe Imperial.[313] Assim, supomos que a indicação prévia destes sujeitos seria uma forma de beneficia-los. Além disso, ao recomendar previamente alguém, se lançava mão da concorrência e, consequentemente, de fechar contrato por um menor preço.

> É provável que em muitas comissões os valores tenham sido utilizados de forma indevida, e muitas vezes as prestações de contas foram superfaturadas para beneficiar um ou todos os membros da comissão. Ao final de tudo, a população migrante e pobre era a mais penalizada por essas atitudes que, embora fossem constantemente denunciadas, pelo seu viés político, tanto da natureza da denúncia, como pela posição social e política do denunciado, dificilmente foram punidos com o rigor necessário, (não localizei nenhum processo na documentação) e quando ocorria alguma punição,

[311] VÍVERES DO GOVERNO. *A ÉPOCA.* N° 66, p.04, ano II, 5 de julho de 1879.
[312] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 425, de 24 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[313] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 130, de 12 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

> ela se dava somente através da destituição do cargo, tanto ao longo do período da gestão dos conservadores, como dos liberais.[314]

A análise de Silva, aponta para o que vemos discutindo, embora as fraudes fossem de conhecimento público, pois, tanto liberais como conservadores participaram dos "jogos de interesses" durante a seca e denunciavam as ações que outrora praticavam. Apesar disso, não sofreram nenhuma punição legal a não ser a "destituição do cargo", quanto aos migrantes, estes foram punidos pela ganancia e presunção da elite política do Piauí, pela fome (embora fossem destinados alimentos para sua subsistência) e pelas doenças.

Ora, quando não conseguiam superfaturar contratos ou desviar os cereais, os membros da elite encarregavam-se de ocupar alguma função pública. Em outubro de 1878, a Comissão de Socorros de Teresina contratou Antônio Joaquim do Amaral Sobreira e José Antônio de Freitas, para trabalharem como feitores na obra do cemitério sob a supervisão do tenente coronel Ignacio de Sousa Lima, recebendo a gratificação mensal de trinta mil réis.[315]

As denúncias do descaso com os migrantes e corrupção nas comissões de socorros, chegava de diferentes pontos da Província. A Comissão de Socorros de Parnaíba, por exemplo, é duramente criticada pelo órgão Liberal *A Época*, ocorria que, estando os cereais no deposito não eram distribuídos com pobreza que "além da fome que vai ceifando muitas vidas, as moléstias que acometem os miseráveis debaixo das árvores". Segundo o relato do denunciante, faltava desde remédios a um hospital para dar um tratamento digno aos doentes[316]. Além disso, a Comissão de Socorros,

> Limita-se a dar um caneco de qualquer gênero, e quando lhe apraz, é uma semana inteira, milho! Feijão! Ou arroz, quer seja bom ou doente! A carne e farinha rara vez o pobre retirante vê. (...) O governo geral é incansável em socorrer a esses desgraçados, porém, as comissões, ou não cumprem as ordens do governo provincial ou então querem se celebrizar.[317]

Após tecer críticas e denúncias contra a Comissão de Socorros de Parnaíba, pede-se ao presidente da Província que "tenha dó destas desgraçadas criaturas" e em seguida, fazem sugestões de como a comissão local deve agir, "faça-se um abarracamento", "deem as rações necessárias para sustento dessa gente esfaimada", "os obriguem ao trabalho por algum meio". Embora entendamos que, as denúncias são resultado dos conflitos de interesses político e pessoal entre liberais e conservadores, essa vigilância em torno dos recursos do governo nos

---

[314] SILVA, 2023. p.321.
[315] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 733, de 18 de outubro de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.
[316] OS MIGRANTES NA PARNAHYBA. *A ÉPOCA.* N°26, p.3, ano I, 28 de setembro de 1878.
[317] Ibidem.

permite identificar os abusos e o descaso que os migrantes sofreram e dos meios que a elite piauiense se utilizou para não perder o respaldo econômico e social.

Ao analisar as denúncias de fraudes, percebemos que o governo provincial foi solicito aos muitos pedidos de socorro que chegava dos diferentes pontos do Piauí, vemos através dos ofícios da Comissão de Socorros que as solicitações eram atendidas, mas que, embora o Estado tenha assumido o papel "paternalista"[318] fez vista grossa para muitos abusos que ocorriam na distribuição dos auxílios. Não importava quem estava no poder se Liberais ou Conservadores, as práticas reprováveis de corrupção permaneceram durante todo o período da seca e de fato a elite política do Piauí foi "Ladrões de casaca e de luva de pelica".[319]

4.2 O capitão Miguel Borges e as denúncias do jornal A Época.

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, nasceu em 15 de junho de 1836, na vila de Campo Maior-PI, filho de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco. Miguel Borges, como era conhecido, enfrentou alguns problemas de saúde chegando a perder a visão do olho esquerdo devido uma moléstia. Casou-se, mas logo ficou viúvo. O capitão Miguel Borges, possuía muitas habilidades e isso o proporcionou exercer diferentes atividades na sociedade piauiense.

Dessa forma, além de ser fazendeiro "Atuou também no comércio de Teresina, onde possuía a Loja Econômica na qual vendia um sortimento dos mais variados produtos"[320], foi um importante membro do partido Liberal no Piauí, jornalista e fez parte da equipe editorial do jornal *A Imprensa*, exerceu cargos públicos e dedicou-se a educação em Teresina, fundando o educandário Colégio de Nossa Senhora das Dores, em 1 de maio de 1882.[321] Por ocasião da seca, o capitão Miguel Borges prestou alguns serviços para a Comissão de Socorros de Teresina, a exemplo, do núcleo de migrantes Gandú que discutimos no capítulo anterior.

Foge de o escopo deste trabalho biografar a vida de Miguel Borges, o que pretendemos é mostrar de forma mais direta o possível favorecimento deste importante membro da elite política piauiense, com os recursos da seca. A vigilância do órgão opositor *A Época* sobre o funcionamento das Comissões de Socorros aponta Miguel Borges como beneficiário da

---

[318] ARAÚJO, 1991.
[319] O EUGULO DA MEDIDA. *A ÉPOCA.* N°73, p.01, ano II, 23 de agosto de 1879.
[320] Para mais informações sobre a trajetória de vida de Miguel Borges, ver: ROCHA, Amanda Chaves da. **MIGUEL BORGES: A atuação de um homem de letras no Piauí oitocentista.** Dissertação (Mestrado em História) – PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.
[321] Ibidem. 2015, p.42.

"indústria da seca". Encontramos na documentação três contratos firmados entre o referido capitão e a Comissão de Socorros de Teresina.

Ainda em 1877 por ocasião da celebração do primeiro contrato do núcleo Gandú, Miguel Borges responsabilizou-se de acolher em seu sítio 150 migrantes podendo ser elevado a 200 pessoas. A contrapartida do governo era pagar a diária de 160 réis mais o fornecimento de 30 quartas de farinha, 10 de milho, 6 de feijão e 500 litros de arroz[322]. O esperado seria que com o aumento dos migrantes houvesse o acréscimo dos cereais, porém, isso não aconteceu. Vejamos abaixo a autorização do Barão de Campo Maior autorizando a Comissão de Socorros a firmar o contrato.

> A comissão de socorros públicos desta capital, em vista da proposta junta, do Capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, e de conformidade com as ordens a respeito, celebre contrato com o mesmo, para o estabelecimento de um núcleo de 150 emigrantes, no lugar denominado "Gandú" deste termo; excluindo dele a condição proposta de pagar o governo em dinheiro a importância dos cereais, se na (ilegível) entrega-los não os tiver em deposito.
> Barão de Campo Maior. A comissão de socorros desta capital.[323]

Ora, o capitão Miguel Borges sugeriu propôs que a Comissão de Socorros lhe entregasse o dinheiro referente a quantidade de cereais a ser fornecido ao núcleo Gandú quando não houvesse tais gêneros em depósito. Aparentemente a proposta é vantajosa pois assim os migrantes sob sua responsabilidade não ficariam sem receber o auxílio do governo até que feita a entrega dos cereais. Contudo, esse ponto do contrato não foi aceito pelo governo, talvez por ter certeza que o dinheiro seria empregado para tal fim. É importante lembrar que, na época da criação do núcleo Gandú, os conservadores estavam no poder e Miguel Borges era membro do partido Liberal.

As condições de vida dos migrantes eram precárias e acusava-se os nucleiros de enriquecer às custas dos pobres desvalidos. O núcleo Gandú que inicialmente abrigou cerca de 150 pessoas, nos anos subsequentes da seca teve sua população elevada a quase 2.000 migrantes. Logo, o seu proprietário tornou-se alvo de inúmeras críticas feitas pelo *A Época*. Em tom de ironia falavam que "O núcleo Gandú, cujo contratante é impagável Sr. Miguel Borges, floresce espantosamente"[324]. Miguel Borges tinha muitas posses e era comerciante, este fato pode ter servido de especulação que o mesmo desviava os cereais destinados aos migrantes para seu negócio. O jornal *A Época* ainda questionava:

---

[322] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauhy, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.
[323] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 237, de 31 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.
[324] OS NÚCLEOS. *A ÉPOCA.* N° 21, p.04, ano I, 24 de agosto de 1878.

> **Os núcleos (...)**
> Será possível que o Sr. Miguel continue impavidamente a especular com as misérias que flagelam os infelizes emigrados?
> Não consinta S. Exc. nessa esperteza tão grande, ponha termo a atividade do Sr. Miguel Borges.
> O núcleo de que ele é contratante vai as mil maravilhas. Os emigrantes, segundo corre, não recebem regularmente as rações que lhe são marcadas no contrato; as medidas adotadas para fornece-las carecem de veracidade.
> Diga-o o Sr. Barão do Gurguéia que examinou e viu tudo isso.
> Ele que informe a S. Exc. o que presenciou nesse núcleo tão florescente, e diga se não é exato o que vimos de dizer.
> Os emigrantes, portanto, passão mal, não recebem exatamente as rações, as medidas não são do tamanho estipulado no contrato, violado em todas as condições pelo feliz contratante. (...)
> Em todo caso pedimos a S. Exc. que não tolere tantos e tão escandalosos abusos, tão prejudiciais aos cofres públicos, dos quais S. Exc. deve ser atalaia vigilante.[325]

O título da notícia dá a entender que o texto irá abordar todos os núcleos, todavia, não é isso que acontece, visto que o teor do discurso é o capitão Miguel Borges e o núcleo Gandú. Por conseguinte, o nucleiro é acusado de não estar cumprindo o contrato pois o denunciante afirma não haver regularidade na distribuição da ração. Por conseguinte, a "florescência" deste núcleo se daria pelos lucros que Miguel Borges angariava desviando o auxílio destinado aos migrantes residentes em sua propriedade.

Ao analisarmos a documentação, percebemos que embora haja críticas e denúncias sobre o mal gerenciamento dos núcleos, o núcleo Gandú é citado com maior ênfase, inclusive que Miguel Borges teria muitos cereais para vender. Ora, a mercadoria segundo *A Época* seria resultado da "florescência" do dito estabelecimento rural. Por isso pedem providencias ao presidente da Província para que não permitisse que esses abusos continuassem.

O que nos intrigou durante a consulta a fonte, é sobre a motivação aos ataques a Miguel Borges, pois conforme vimos no item anterior vários membros da elite beneficiaram-se com o dinheiro público. Acreditamos que, as acusações fossem motivadas por alguma desavença pessoal, pois de acordo com Amanda Chaves da Rocha:

> No século XIX, os conflitos eram expostos nos periódicos de forma direta. Os jornais utilizavam, em seus discursos, uma linguagem crítica e agressiva, e, quando ditas de forma indireta, demonstravam, nas entrelinhas, desavenças muito além das causas políticas, tendo, por vezes, motivações, exclusivamente, pessoais.[326]

Nesse interim, encontramos um desafeto de Miguel Borges, o Sr. Raimundo Tobias F. de Vasconcellos[327]. Em 1879 com a cessação dos socorros públicos, o governo provincial extinguiu os núcleos coloniais[328] e criou um hospital no lugar chamado Morros, local para onde

[325] Ibidem.
[326] ROCHA, 2015, p. 52.
[327] Foi um advogado e político piauiense, ocupou o cargo de deputado estadual pela província do Piauí.
[328] Sobre a cessação dos socorros públicos no Piauí, ver o item 4.3.

deveriam ser levados os migrantes doentes. Bem, o governo contratou o capitão Miguel Borges pelo valor 1$500 réis por pessoa, mas, Raimundo Vasconcellos que havia anteriormente procurado o Sr. Belfort Vieira e demostrado interesse em fazer a condução dos migrantes para o hospital Morro de Santo Antônio, recebendo uma resposta positiva do presidente.[329] No entanto,

> Hoje, porém, que o Sr. Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, por meio de misérrima falsidade, me privou de usufruir um direito, a que mais ou menos já tinha jus, não tive outro remédio se não dar publicidade a um ato engraçado, da proverbial ambição do referido capitão Borges.
> (...) Ora, avalie o público o procedimento do Sr. Capitão Miguel Borges, e o voluntário esquecimento de S. Exc., que faltando com a sua palavra, não trepidou fazer contratos com o Sr. Miguel Borges e o capitão Lucio Correa Lima, sem que eu fosse ouvido como havia prometido!...
> Com o devido respeito digo, que, não foi bonito o procedimento de S. Exc. e tal negócio, e muito mais condenável o do Sr. Capitão Miguel Borges.
> Nada porem disto admira-me; porque – o Sr. Capitão Miguel Borges e S. Exc. por ter adotado em sua administração o sistema de aceitar sempre as propostas mais onerosas aos cofres da província.![330]

O ressentimento expresso na nota acima foi motivado pela não celebração de um contrato entre o governo provincial e o Sr. Raimundo Tobias F. de Vasconcellos, que acreditando ser ele a transportar os migrantes até o hospital Morro de Santo Antônio, contratou "um bote com a necessária tripulação, além de vinte e tantas cavalgaduras"[331]. Desse modo, o Sr. Raimundo Vasconcelos, reprova a maneira como o Belfort Viera conduziu a situação faltando-lhe "com a sua palavra" e ainda o acusa de dar preferência a contratos onerosos. As acusações não são feitas por acaso, é motivada por interesses pessoais. De acordo com nossa investigação, Raimundo Vasconcellos passava por uma fase difícil economicamente e já havia inclusive, pedido ajuda a Miguel Borges, por isso seria importante para ele assinar este contrato.

Conforme mencionamos anteriormente, o capitão Miguel Borges já tinha um contrato com o governo referente ao núcleo Gandú, posteriormente, alugou o sítio Pirajá para abrigar alguns migrantes que viviam em Teresina e por fim, responsabilizou-se pelo transporte dos migrantes dos extintos núcleos ao hospital Morro de Santo Antônio, ou seja, foram três contratos entre o capitão Borges e a Comissão de Socorros de Teresina. Diante disso, o Sr. Raimundo Vasconcellos o qualifica como "falso" e "ambicioso", pois, sendo o capitão Borges um homem de posses e destaque social, estaria sozinho usufruindo do dinheiro público.

Pelos jornais *A Imprensa* e *A Época* foi possível acompanhar o desfecho desse conflito de interesses. Em 21 de julho de 1879, Miguel Borges respondeu as acusações de Raimundo

[329] AO PUBLICO. *A ÉPOCA*. N° 68, p.03, ano II, 19 de julho de 1879.
[330] AO PUBLICO. *A ÉPOCA*. N° 68, p.03, ano II, 19 de julho de 1879.
[331] Ibidem.

Vasconcellos, através do jornal *A Imprensa.* Diferentemente do tom agressivo e das palavras de desqualificação que recebeu, Miguel Borges em sua escrita refutou as acusações de forma mais branda, porém, expos uma carta que Raimundo Vasconcellos lhe enviou em janeiro daquele ano.

> Carta. Illm. Amigo Sr. Capitão Miguel Borges. Theresina 17 de janeiro de 1879
> Resolvendo-me a hir pelo mundo, procurar abrigo, visto como aqui nada mais tenho à esperar, dou-lhe parte que pretendo partir no dia 5 ou 7 de fevereiro, no vapor que seguir para Colonia de São Pedro de Alcantara, e d'alli procurar a villa de Paranaguá, com direção a cidade da Barra (província da Bahia) onde pretendo fazer termo de minha peregrinação!
> Reconhecendo de quanto V.S. nutre a meu benefício, rogo-lhe o favor de dar-me cartas de recomendações para o Amarante, Bom Jesus e Paranaguá, pois, como não ignora, pobre e sem recursos, não poderei romper a menor defficuldade, sem o auxílio de amigos de sua ordem.
> Se um dia se realisarem os meus anbelos, dar-lhe-hei provas de minha gratidão, em falta do que, é capital seguro, e que aos pés do altíssimo, encontrará V.S. no eterno julgamento.
> Estimo sua saúde e sou &.
> Raimundo Tobias F. de Vasconcellos.[332]

Embora não use palavras que desqualifique seu desafeto, Miguel Borges recorda a Raimundo Vasconcellos sua "ingratidão", visto que, no momento de dificuldade procurou o auxílio do amigo e depois agiu com ingratidão, lembrando-lhe "Sr. Tobias, que, infelizmente, não é S.S. o primeiro individuo de quem recebe descomposturas, em recompensa de alguns pequenos obséquios e benefícios que tenho por costume fazer"[333]. Segundo Rocha[334], o capitão Miguel Borges era conhecido por ser humanitário e caridoso, inclusive durante a seca adotou algumas crianças órfãs, mostrava-se solicito as necessidades dos amigos.

Ao defender-se, Miguel Borges afirma ser uma inverdade a acusação publicada no jornal *A Época.* Ora, a proposta de Miguel Borges era de levar cada migrante pelo preço de 1$500 quanto a Sr. Raimundo Vasconcellos, propôs levar "os migrantes do núcleo de Santo Antônio, na razão de 3$000 réis por cada pessoa que houvesse de transportar, e os do Sítio, na razão de 2$000 réis."[335]. Nesse sentido, observamos que, diferentemente do que afirmou o Sr. Raimundo Vasconcellos, o presidente da Província não escolheu a proposta mais dispendiosa, pois Miguel Borges se comprometeu a levar os migrantes dos dois núcleos por 1$500 réis por pessoa.

---

[332] O Sr. Raimundo Tobias. *A Imprensa.* N° 603, p.3, ano XV, 26 de julho de 1879.
[333] O SR. RAIMUNDO TOBIAS. *A IMPRENSA.* N° 603, p.2-3, ano XV, 26 de julho de 1879.
[334] ROCHA, 2015.
[335] O SR. RAIMUNDO TOBIAS. *A IMPRENSA.* N° 603, p.2, ano XV, 26 de julho de 1879.

Segundo Márcio Douglas de Carvalho e Silva[336], apesar do favorecimento evidente em alguns contratos e da corrupção que ocorria com o dinheiro público, pois a seca foi vista por muitos como uma forma de "angariar recursos", havia ressentimento e contradição nas denúncias publicadas nos jornais. Para este autor:

> Mesmo que em muitas situações fossem fundamentadas em fatos, algumas vezes caíam na exacerbação e na contradição pelo puro objetivo de desqualificar o governo, por isso é importante que mesmo sendo consideradas, deve-se observar o importante papel das Comissões de Socorros espalhadas no Piauí durante os períodos de seca no auxílio à população local e aos migrantes.[337]

Por conseguinte, o nome de Miguel Borges apareceu em outras edições do jornal *A Época*, quase sempre para tecer alguma crítica. Logo, ao alugar o sítio Pirajá para retirar os migrantes das ruas de Teresina, foi novamente acusado de obter lucros em cima dos pobres flagelados. É importante mencionar que, diferentemente dos demais núcleos coloniais, os migrantes que foram para o "núcleo da capital" não precisaram trabalhar na lavoura, ou seja, continuaram a ser socorridos de forma direta com a diferença que não estavam mais nas ruas da cidade, mas em uma casa existente na referida propriedade. Além disso, o governo provincial designou um funcionário para fazer distribuição dos cereais.

A contratação de um núcleo na capital foi considerada pelo jornal *A Época* como "desperdício dos dinheiros públicos", pois além de pagar aluguel da propriedade "paga ao Sr. Pedra pelo enorme serviço de distribuir as rações". As contestações não pararam por aí visto que como a casa da propriedade apesar de grande não comportava tantas pessoas. Com isso, a Comissão de Socorros de Teresina, precisou comprar palhas para que os migrantes pudessem edificar as choupanas.

> Não minorou a sorte daqueles infelizes, porque eles continuaram a ser supridos, como eram aqui pela comissão, ou pior – permanecendo ao desamparo como estão, por isso que lá não encontraram acomodações para si abrigarem, nem tão pouco materiais próprios para as construírem. É verdade que eles ali estão quase em contato com o cemitério, quartel de linha e cadeia, e a falar com sinceridade só vemos nesse ato de S. Exc. três grandes vantagens – aliviar a comissão de socorros desta capital daquela chusma de pedintes importunos, - dar o que fazer ao feliz Sr. Pedra, enchendo-lhe os bolsos de dinheiro, - e alugar o sítio do capitão Miguel Borges, que até então nada havia ainda rendido a seu dono, que com razão deve locupletar-se dos proventos desta feliz situação, verdadeira cornucópia para os denodados paladinos do liberalismo, ainda que se espante com a miséria do povo.[338]

Ao analisar o trecho acima, inferimos que os migrantes são utilizados como pretexto para expor a lucratividade de Miguel Borges com a seca. No novo núcleo, os migrantes não

---

[336] SILVA, 2023.
[337] Ibidem. p. 237.
[338] NÚCLEO NA CAPITAL. *A ÉPOCA.* N°, 31, p. 04, ano I, 2 de novembro de 1878.

desempenhavam nenhum trabalho viviam somente das rações fornecidas pelo governo e como a distribuição de alimentos tinha os dias e horários definidos, ocorria de os retirantes impelidos pela fome ultrapassarem os limites da propriedade do capitão Miguel Borges e adentrar em terras de terceiros.

Uma propriedade invadida foi a do Sr. Raimundo Theotonio da Morada, o qual publicou um protesto em 9 de novembro de 1878, contra o capitão Miguel Borges. De acordo com o protestante, os migrantes invadiram seu sítio a margem do rio Parnaíba, certamente atraídos pelas arvores frutíferas e animais que o Morada afirma ter. Além disso, crítica Miguel Borges por contratar um núcleo sem as proporções adequadas para esta circunstância.[339] Certamente havia em Teresina outras propriedades mais estruturadas para receber os migrantes. O fato de terem escolhido o sítio do referido capitão pode ter como motivação a proximidade deste com os membros da Comissão de Socorros, além de ser este um membro importante do partido Liberal.

De fato, estabelecer os desvalidos no sítio Pirajá era uma forma de mantê-los longe dos olhos da elite que se incomodava com tantos pedintes pelas ruas e arredores de Teresina. Inferimos que as reclamações do Sr. Raimundo Theotonio da Morada, tenha contribuído para a decisão do governo em dissolver o referido núcleo após um mês da nota publicada pelo jornal A Época. Reconheceu-se que os migrantes "se achão sem ocupação alguma que lhes garanta o futuro", possivelmente a administração provincial como uma forma de evitar que estes sujeitos se acostumassem a receber os socorros sem trabalhar, decidiu distribui-los de forma proporcional dos núcleos coloniais, para tanto, autorizou que cada estabelecimento passasse a acolher 1.500 migrantes.[340]

Ao analisarmos o termo de contrato de Miguel Borges com a comissão de socorros da capital, para o aluguel do sítio Pirajá observamos que a terceira clausula é referente ao tempo de vigência do contrato que deveria ser de dois anos, nesse período o capitão não poderia pedir a rescisão, entretanto, dadas as circunstancias o sítio funcionou com abrigo para os migrantes somente por três meses. É informado na ata que foi o próprio Miguel Borges quem procurou a comissão para alugar sua propriedade, recebendo como pagamento mil 1.000 réis a diária.

Sobre a terceira clausula do contrato que determinava a duração de dois anos do arrendamento da propriedade, a comissão de socorros resolveu em 19 de outubro de 1878, dois

[339] PRPTESTO. *A ÉPOCA*. N° 32, p.03, ano I, 9 de novembro de 1878.
[340] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 25, de 26 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.

dias após a celebração do contrato fazer uma alteração na qual o governo poderia encerra-lo "quando entender conveniente".[341] A vista disso, entende-se que o transtorno causado a particulares pelos migrantes, interferiu na decisão do governo em desfazer o abrigo. Importante mencionar que os desvalidos não teriam direito a morar na casa de vivenda do sítio, tiveram que fazer suas casas muitas delas feitas de palha.

Aparentemente seria um bom negócio o aluguel de sua propriedade para o governo. Miguel Borges receberia um bom pagamento e não teria a preocupação de gerir os socorros no sítio Pirajá, devido a contratação de uma pessoa para desenvolver esta função. Porém, a permanência dos migrantes do sítio, ocasionou alguns estragos na propriedade. Diante disso, o proprietário solicita ao governo provincial a indenização para sanar os estragos sofridos. Observemos abaixo a segunda clausula do contrato.

> O governo servir-se-á da casa e dos cercados da quinta, conservando aquele sempre e a cuidar e o cercado em bom estado de conservação; obrigando-se a fazer quais quer concertos na casa e no cercado, quando tiver de desocupa-la, de sorte que a entregue no seu mesmo estado em que a recebeu; isto é a quinta completamente cercada de sabiá.[342]

De acordo com a documentação da comissão de socorros da capital, notamos que entre os estragos causados a propriedade de Miguel Borges, estava a danificação de cercas. Nesse sentido, o capitão amparado pelo contrato encontrava-se no direito de ser indenizado pois o sítio o "cercado se acha completamente estragado (...) devendo, entretanto (...) ser-lhe entregue em perfeito estado, como fora recebido por esta comissão". O presidente da província José Mariano Lustosa do Amaral, autorizou em 6 de março de 1879 o pagamento de duzentos mil réis pela indenização de Miguel Borges, não podendo o requerente fazer nenhuma outra reclamação.[343]

Durante a seca, o capitão Miguel Borges além de firmar três contratos com o governo também ocupou cargo remunerado na comissão de socorros de Teresina. Em março de 1879, a comissão resolveu nomeá-lo para o cargo de armazenário que estava vago, no entanto, o documento informa apenas que receberia a gratificação mensal igual a de seu antecessor, não

---

[341] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Aditamento ao contrato celebrado com o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco em 17 de outubro último. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

[342] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros de Teresina e o capitão Miguel Borges de Sousa Leal Castelo Branco, para arrendamento do sítio Pirajá, em 17 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

[343] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração enviado pelo presidente da província José Mariano Lustosa do Amaral a comissão de socorros de Teresina, em 6 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

sendo possível saber o valor exato. Todavia, supomos ser uma quantia superior a trinta mil réis, visto ser essa a gratificação de seus ajudantes.[344]

Utilizamos este sujeito como fio condutor para entender como ocorreu o favorecimento da elite rural do Piauí oitocentista durante a seca. Ao tentarmos reconstruir com o auxílio das fontes a trajetória e experiência individual de Miguel Borges, torna-se possível a análise da conjuntura social da época. De acordo com Jacques Revel, ao escolher estudar o individual não lançamos mão do social, pois, "ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ela se inscreve."[345]

Nesse sentido, torna-se possível identificar como a chamada indústria da seca ocorreu, quais pessoas e como foram favorecidas. No Piauí, a elite conseguia benefícios com o dinheiro público a partir da sua relação de proximidade com o governo, para tanto, a administração da província quando surgia alguma demanda fosse de transporte, de aquisição de gêneros alimentícios ou de fazendas para vestuário, para cargo de feitor de obra, geralmente indicava algum membro do partido ou aparentados destes. A vista disso, entendemos que por vezes o governo fazia vista grossa para algumas irregularidades para não prejudicar seus pares.

Por conseguinte, as denúncias e indignação com o uso indevido das verbas públicas eram sempre feitas por pessoas que não estavam inseridos no aparelho do estado naquele momento, visto a alternância dos gabinetes do Ministério do Império na corte. Por isso, nesta pesquisa partimos do pressuposto de que a aparente preocupação com os migrantes e o dinheiro público é fruto de ressentimentos e despeito por não estar ocupando os cargos que outrora eram seus.

As fraudes nas comissões de socorros não foram exclusivas do Piauí, na verdade, foi uma prática recorrente nas províncias atingidas pela seca. Outros "Migueis Borges" foram beneficiados com as verbas do governo imperial, a exemplo, da província do Rio Grande do Norte que se denuncia o deputado geral Amaro Bezerra, por "exibir em público com as mãos nos dinheiros públicos, destinados a matar a fome e a sede dos desgraçados flagelados da seca."[346]

---

[344] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente da província, José Mariano Lustosa do Amaral, em 6 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.
[345] REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.21.
[346] ATTENÇÃO. A ÉPOCA, n° 40, ano II, p. 4. Teresina, 04 de janeiro de 1879.

A notícia publicada pelo jornal A Época, além da crítica que se pretendia fazer à gestão dos liberais na condução da seca, demonstra a pluralidade dos usos do dinheiro público que tanto era feito por terceiros, isto é, pessoas que prestavam algum serviço nas ou para as comissões e também pelos próprios políticos, como é o caso mencionado do Rio Grande do Norte. Dessa forma, Jacques Revel aponta que "Levando em conta suas análises uma pluralidade de destinos particulares, eles procuram reconstruir um espaço dos possíveis – em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma configuração dada."[347]

Por conseguinte, Revel destaca a importância de um olhar atento as particularidades sem perder de vista o contexto mais amplo. O estudo de caso do possível favorecimento de um membro do partido Liberal no Piauí nos ajuda a entender como acontecia a dinâmica de beneficiamento da elite durante a seca. As vezes eram pessoas que perderam bens como gado, plantações, que precisaram vender suas propriedades e viram nos socorros públicos uma oportunidade de reerguimento.

Diante disso, apesar de reconhecermos que o jornal *A Época* representou Miguel Borges como um homem ambicioso e que havia algumas inverdades e ressentimentos nos textos jornalísticos, também não podemos negar que o capitão Borges mesmo sendo um homem de posses e destaque social, foi favorecido com três contratos com o governo provincial durante a seca, obtendo riqueza pessoal através do sofrimento de tantos desvalidos. E as críticas contra Miguel Borges, acreditamos que tenham ocorrido principalmente porque os autores das denúncias não terem conseguido obter a mesma lucratividade do capitão com os recursos da seca.

4.3 "Temos chuvas copiosas e gerais": 1879 e a cessação dos socorros públicos.

Após 1877 cada ano que iniciava renovava no povo nordestino a esperança de um bom inverno e dias melhores. Em 1879 terceiro ano de seca, os jornais piauienses noticiaram sobre as chuvas ocorridas em algumas cidades piauienses. No entanto, as chuvas eram irregulares e espaçadas o que não dava garantia de uma boa colheita. Nesse sentido, analisemos a menção na edição de 28 de março de 1879, no órgão do partido Liberal.

> Desappareceu, afinal, o terrôr pânico da secca, porque, fazem hoje 14 dias que temos chuvas copiosas e geraes; tendo inxorrado todos os rios: por tanto, para segurar a pastagem já temos chuvas suficientes, resta-nos saber se teremos para segurar os legumes. Si por este lado nos consideramos felizes, temos diante dos olhos, um novo quadro atterrador. Não temos sementes para plantar, e a população vive em revolução pedindo sementes e ninguém lhe dá, porque não há absolutamente.[348]

[347] REVEL, 1998, p.26.
[348] A IMPRENSA, n° 592. 01. Ano XIV, 06 de maio, 1879.

Decorridos três anos de uma seca cruel que motivou a migração de milhares de pessoas e cenas de fome e miséria, as primeiras notícias de chuva era motivo de alegria pelos piauienses. Talvez impelido pela emoção, afirma-se que "o terror, pânico da seca" haviam desaparecido e que chuvas eram "copiosas e gerais", primeiramente, destacamos que devido a irregularidade das chuvas não se pode afirmar que elas ocorreram em todo o Piauí e com a mesma intensidade. Além disso, o pânico da seca não havia passado, pois os núcleos continuavam operando praticamente com a capacidade máxima de pessoas, a migração continuava e não existiam plantações suficientes para a subsistência da população local.

Outro dado importante da nota acima é falta de sementes. Ora, observamos na documentação coligida as constantes solicitações por sementes pelas comissões de socorros, pois este gênero necessário para as plantações estava em falta, principalmente para a população pobre que não podia compra-las. Ocorria que com o advento das primeiras chuvas os agricultores se animavam e lançavam as sementes no chão e como não chovia estes perdiam a produção, de modo que em 1879 de diferentes pontos da Província se lamentava que embora houvesse algumas chuvas não havia em absoluto os grãos para semear. Inclusive o governo Liberal chegou a comprar grãos na Bahia, para distribuir entre os piauienses. Vejamos o relato do vice presidente do Piauí, o desembargador José Mariano Lustosa do Amaral[349], em 06 de maio de 1879.

> As chuvas que tem caído na província, de janeiro até hoje, não satisfazem as necessidades da lavoura; não temos tido inverno regular, e não só por isso, como pela falta de sementes, que aliás mandei distribuir pelos municípios a que podiam aproveitar, sei que poucas restam de bôa colheita e com ella fallecem a crença de que em praso breve, as necessidades e grandes sacrifícios do Estado.[350]

Apesar do presidente expor as dificuldades que a província passava, o governo Central mandou cessar os socorros em maio 1879. Acreditamos que a medida deve ter causado preocupação na população local, pois como haveriam de viver tantos migrantes abrigados nos núcleos coloniais e nas demais localidades? E a pobreza local, como iriam subsistir sem o auxílio do governo e sem as plantações que não puderam ser feitas? Bem, o governo provincial estava aparentemente mais preocupado em aliviar os cofres públicos do que pensar em uma solução para o futuro incerto dos migrantes. A vista disso, informaram as comissões:

> Sendo de esperar que melhorasse consideravelmente o abastecimento de gêneros alimentícios nos mercados das cidades e vilas desta província, por isso que com as

[349] Foi um político, fazendeiro, magistrado e prosador, natural do município Parnaguá, Província do Piauí. Exerceu cargos públicos no Piauí, entre eles o de 1° vice-presidente da província de 19 de dezembro de 1878 a 19 de março de 1879, contribuindo no gerenciamento dos socorros da seca.
[350] A IMPRENSA, n° 592. 01. Ano XIV, 06 de maio, 1879.

> chuvas ultimamente havidas iam sensivelmente desaparecendo as causas que determinavam a penúria, que portanto tempo a tem flagelado; havia resolvido, de acordo com as instruções do ministério do império, em ordem a ficarem os cofres públicos aliviados das enormes despesas, que sobre eles pesavam com os auxílios aos indigentes, - que de 15 de maio vindouro em diante cessassem de todo os socorros pelo estado prestados aqueles indigentes.[351]

Importante mencionar que o abastecimento interno da província dependia das plantações, mas diante da irregularidade das chuvas não se pode afirmar que houve uma boa colheita em todo o Piauí. Sabemos que nem todos as localidades sofreram na mesma proporção com a falta de cereais, no entanto, não podemos afirmar que as chuvas por si só tenham contribuído para o reerguimento da lavoura pós-seca, pois, boa parte dos cereais adquiridos pelo governo noutras províncias era destinado para alimentação e outra parte para a lavoura, todavia, desde setembro de 1878 havia perda de cereais de cereais estragados e sacos furados. Tal situação dificultava tanto a alimentação quanto uso de sementes para o plantio. Vejamos o ofício a seguir.

> Comunico a comissão de socorros desta capital, para os fins convenientes que o inspetor da Alfandega da Parnaíba, segundo comunicou-me em ofício de 29 de agosto ultimo, fez embarcar no vapor Paranaguá chegado ontem, oitocentos sacos de cereais dos quais se achavam naquela cidade vindos do Maranhão, sendo: com farinha em bom estado 200, estragados e com falta 27, com feijão, cheios ou quase cheios 370, estragados e com falta 28, com milho, cheios ou quase cheios 158, estragados e com falta 15.[352]

Nesse sentido, após a determinação do Ministério do Império, os socorros foram cessados e a pobreza ficou desassistida pelo poder público. Por conseguinte, os contratantes dos Núcleos Coloniais foram informados que "houvessem de cessar, desde já, com os socorros aos emigrantes e indigentes".[353] Percebemos que, com o fim dos socorros o governo provincial adotou três medidas para gerenciar as necessidades dos migrantes. Em primeiro lugar, incentivou a saída dos migrantes para outras províncias.

Os migrantes partiam nos vapores, geralmente de Amarante e Teresina com destino a Parnaíba, chegando lá recebiam a concessão das passagens do governo, porém, houve uma recusa das companhias maranhense e pernambucana para receber os migrantes nos vapores.[354] Como isso, o embarque dos indigentes era inviabilizado e estes sujeitos ficavam a vagar pelas

[351] PARTE OFICIAL. *A IMPRENSA.* N° 598, p.01, ano XIV, 11 de junho de 1879.
[352] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 587, de 11 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.
[353] PARTE OFICIAL. *A IMPRENSA.* N° 600, p. 01, ano XIV, 5 de julho de 1879.
[354] SILVA, 2023.

ruas de Parnaíba, passando necessidade. Muitas vezes foi necessária a intervenção das autoridades para que os migrantes pudessem seguir viajem.

Os migrantes que embarcavam escolhiam os mais variados destinos, alguns retornaram para seu lugar de origem, outros seguiram para outras províncias da região norte e para a sede da corte no Rio de Janeiro. Abaixo, apresentamos um com a estimativa de migrantes que embarcaram ainda em 1878, a partir de ofícios entre os meses de maio e agosto.

Quadro 8 – Estimativa parcial de embarque de migrantes nos vapores Paranaguá e Piauhy para fora da província do Piauí, em 1878.

Destino	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Posto da Repartição	6	4	11	21 Pessoas
Maranhão	9	3	6	18 Pessoas
Rio de Janeiro	2	1	2	5 Pessoas
Pernambuco	23	20	32	75 Pessoas
Ceará	15	15	24	54 Pessoas
Maranhão e Pará	25	29	28	82 Pessoas
Pará	3	2	4	9 Pessoas

Fonte: Informações coletadas na documentação da Comissão de Socorros Públicos de Teresina de 1878.

A metodologia empregada para quantificar os migrantes e dividi-los por sexo (entre homem e mulher) e crianças, foi feita mediante os nomes listados pela Comissão de Socorros. Quando o chefe de família era homem, em seguida colocava-se se tinha esposa, filhos ou outros dependentes como mãe, irmã ou sobrinha. A vista disso, informamos que margem de erro para alguns destinos com relação a quantidade de crianças pode ser 2% para mais ou para menos.

Dito isso, no período de maio a agosto de 1878, os migrantes seguiram principalmente para seis destinos principais, sendo cinco na região norte e um no sul. Para o Rio de Janeiro, apenas uma família composta de cinco pessoas embarcou, sendo esse um dos locais menos procurados, mas ainda assim optaram por seguir para um lugar onde acreditavam ser melhor para reconstruir suas vidas.

Embora a maior parte dos migrantes sejam oriundos do Ceará, nesse primeiro momento a província encontra-se como o terceiro lugar mais procurado, com um total de 54 pessoas,

sendo a maioria crianças. Lembramos que os dados da tabela são anteriores a cessação dos socorros públicos, o que sugere que parte dessas pessoas estavam esperando amenizar-se a calamidade para retornar, pois, em junho de 1879, 157 migrantes retornaram para o Ceará. O número de embarque só não foi maior devido a "uns por doentes e outros porque não quererem seguir."[355] Este fato, faz-nos inferir que com o fim dos socorros o governo piauiense promoveu o retorno destes indivíduos para outros lugares, no entanto, ressaltamos que a decisão de partir ou não era do migrante. Em fevereiro embarcaram 205 migrantes para a província cearense.[356]

De acordo com o quadro o destino mais procurado pelos migrantes era Pernambuco e Para e Maranhão, essas últimas províncias eram certa medida o destino final de muitos retirantes que devido as circunstancia o Piauí tornou-se um local para refazer as forças e seguir viagem.[357] A oferta de passagens para as pessoas que desejassem seguir viagem foi amplamente propagada em 1879, certamente o governo não via com bons olhos tantos braços ociosos pelas ruas das cidades. Nesse sentido, Silva informa que:

> Com essa ação, observa-se que a saída de emigrantes do Piauí era um esforço do governo provincial como política de combate aos efeitos da seca. Além das obras públicas, da distribuição dos socorros diretos e da manutenção dos Núcleos Coloniais, a Província do Piauí fez o quanto pode para expelir o excedente populacional para outras províncias consideradas mais aptas a receber aquelas pessoas. Para isso, concedia passagens à custa do Ministério do Império em ação combinada com a Comissão de Socorros de Parnaíba, que recebia os emigrantes enviados de algumas regiões do Piauí e providenciava o embarque dessas pessoas.[358]

Importante salientar que o retorno ao lar nem sempre ocorria nos vapores por Parnaíba. Houve quem escolhesse fazer o trajeto até Amarante para seguir viagem. Em 17 de março de 1879, o governo forneceu passagens a "Senhorinha Aguida de Freitas, Delfina Maria de Jesus, sua filha de nome Antonia de 16 annos de idade e seu neto José de 3 annos, e Julião de Sousa Leão, que pretendem regressar aos seus lares."[359] No documento fica implícito o destino dos migrantes, o que nos faz pensar em duas possibilidades: a primeira de que fossem migrantes cearenses e que morassem em alguma vila ou cidade pela qual o acesso fosse mais fácil via Amarante ou então que fossem piauienses que antes da seca vivessem em alguma região ao sul da província.

---

[355] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício n°364, de 18 de junho de 1879. Comissão de Socorros Públicos o Piauí, 1879. Localização: Cod. 579, Estn: 05, Prat. 02.
[356] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício n°286, de 22 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos o Piauí, 1879. Localização: Cod. 579, Estn: 05, Prat. 02.
[357] ARAÚJO, 1991.
[358] SILVA, 2023, p. 420.
[359] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente provincial Mariano Lustosa do Amaral, em 7 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

Enfatizamos que nem todos as pessoas envolvidas na distribuição dos socorros concordaram com a decisão do Ministério do Império em cessa-los. O membro da Comissão de Socorros de Teresina, o cônego Thomaz de Moraes Rego, expressou sua preocupação ao presidente da província, considerando que "o Ex^{mo} Sr. Ministro do Império foi mal informado acerca do estado calamitoso em que se acha esta província". Concordamos que fazer regressar os migrantes a sua terra natal não amenizaria o estado de indigência no qual se encontravam e também, ao retornarem ao Ceará, por exemplo, continuariam a ser uma questão para o Estado resolver, a não ser que este fizesse vistas grossas para a situação.[360] Assim sendo, informa:

> Sem nenhum compromisso, pois, com a pública administração lamentaria a sorte de tantos brasileiros que terão de sucumbir em completo abandono, e condenável desespero. Contemplando este espetáculo digno de cortina, não assumirei a responsabilidade de um ato, que, me punge o coração, e Deus queira não traga ao governo mais serias dificuldades.[361]

De fato, as chuvas que caíram no início de 1879 foram irregulares não sendo suficiente para dar uma boa colheita em todo o Piauí. Desse modo, para suprir as necessidades da população desvalida ainda se fez necessária a ajuda do governo, as súplicas enviadas a Comissão de Socorros eram constantes o que reforça a preocupação que Thomaz de Moraes Rego, pois mesmo com os auxílios públicos o estado de indigência era crescente. Em 2 de janeiro de 1879, uma família composta de 31 pessoas envia uma súplica ao presidente da província relatando a triste situação na qual se encontravam "difficil de podermos pintar aos olhos de VEx^{a} o quadro negro de nossas misérias, e o theatro compungente dos prantos de fome de nossas filhas."[362]

Os suplicantes informam ser a maior parte naturais do Piauí e residentes em Teresina, encontravam-se nas proximidades do núcleo Santa Filomena, uma distância de aproximadamente 2 léguas. Devido as consequências da seca, afirmam ter "esgotado nossas forças", no entanto, recorrem ao governo como sua última esperança para salvar seus filhos dos "suspiros intercortados de dor" que sofrem pela fome e nudez. Notamos que esta família aparentemente só procurou os auxílios públicos quando os recursos naturais estavam se extinguindo, inferimos que ao optar por adquirir os meios de subsistência na natureza, fosse uma forma de fugir das imposições do estado para poder receber os auxílios, vejamos.

---

[360] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pelo o cônego Thomaz de Moraes Rego, ao presidente da província do Piauí, em 24 de novembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

[361] Ibidem.

[362] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício n° 158, súplica enviada ao presidente da província através da comissão de socorros de Teresina, em 02 de janeiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

> Não temos mais para que appellar Ex^mo Im, as caças braveas desapparecerão, o peixe como nunca escaceou, e até o fructo silvestre, além de sua mirrada produção a dous anos; essa parte acabou não se encontra um coco ou palmito se não depois de fortes diligências, a uma, duas, três legoas e mais. [363]

Antes de recorrer a Comissão de Socorros tentaram outros meios de sobrevivência, talvez tenham buscado ajuda na caridade particular, mas, parece ter sido a natureza a maior provedora dessa família. Nos chamou atenção para o fato de relatarem a escassez dos recursos naturais, o que pode indicar que para além de fatores naturais outros migrantes também tenham recorrido a caça e a pesca para se alimentar. Até mesmo os migrantes residentes nos núcleos embora recebessem cereais dedicavam-se também a extração de viveres nas matas. Nesse sentido, como forma de solucionar o problema dessa família a comissão sugere que estes sejam adicionados ao núcleo Santa Filomena ou a outro estabelecimento rural.

Em fevereiro de 1879, a comissão da capital reconheceu que precisava tomar "uma medida séria" com relação a nudez entre os migrantes. Dessa forma, afim de fazer "desaparecer esse deplorável estado de coisas" pede autorização ao presidente da província para comprar cinco contos de réis de fazendas para vestir "a esses infelizes". No mesmo período o relatório de inspeção dos núcleos coloniais, apontou a nudez como um dos problemas recorrentes, todavia, as solicitações de fazendas quase sempre eram insuficientes para suprir a todos. A vista disso, aponta a comissão que para os núcleos seria necessária "uma grande quantidade de fazendas" caso contrário, muitos retirantes ficariam sem roupas o que ocasionaria tumultos.[364]

A partir de maio de 1879, o presidente da província João Pedro Belfort Vieira, encarregou a Comissão de Socorros da capital de alistar os migrantes indigentes "verdadeiramente necessitados e que por enfermidades e outras couzas se achão impossibilitados para o trabalho no 5° districto."[365] O mesmo fizeram nos demais distritos da cidade, esse mapeamento era uma forma de controlar o auxílio a pobreza para que não fosse feito a pessoas que o governo considerava que podiam trabalhar mas permaneciam no ócio. Consideramos os sensos realizados em Teresina e em outras vilas da província foi uma das ações de gerenciamento da seca no Piauí e que contribuiu para que os socorros chegassem aos necessitados. Importante mencionar que em abril de 1879 havia na capital e nos arredores um total de 17.000 migrantes, conforme nos mostra o quadro a seguir.

---

[363] Ibidem.

[364] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente da província do Piauí em 27 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

[365] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente provincial João Pedro Belfort Vieira, em 15 de maio de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

Quadro 9: Demonstrativo da quantidade de migrantes socorridos pela Comissão de Socorros de Teresina, em abril de 1879.

LOCAL	NÚMERO DE MIGRANTES
Na capital	4.500 pessoas
Deserto	1.500 pessoas
Gandú	1.500 pessoas
Alagoa da Mata	2.000 pessoas
Felicidade	1.500 pessoas
Sítio	1.500 pessoas
São José	1.500 pessoas
Santo Antônio	1.500 pessoas
Santa Filomena	1.500 pessoas
TOTAL	17.000 Pessoas

Fonte: Ofícios da Comissão de Socorros de Teresina, 1877-1879.

O quadro mostra o número de migrantes que eram sustentados pelo governo pela comissão de socorros da capital e nos núcleos coloniais, menos de um mês antes da cessação dos auxílios do governo imperial. Isso mostra que apesar da campanha de regresso dos migrantes a suas províncias ou a outros destinos o número de desvalidos no Piauí era grande, 17.000 pessoas somente em Teresina e seus arredores, sem somar aos desvalidos espalhados nos diversos pontos da província.

A justificativa para o retorno dos migrantes e fim dos socorros seria o aparente melhoramento no abastecimento de cereais no Piauí, advindo das chuvas. O regresso dos migrantes segundo o presidente da província Sancho de Barros Pimentel era "evitar as dificuldades da suspensão repentina dos socorros entre as populações aglomeradas de emigrantes."[366] Essa decisão mostra a fragilidade das ações governamentais que eram momentâneas e não se pensou numa melhor forma de conduzir a situação de crise. Dessa forma, notamos que ao fim do flagelo os problemas sociais continuaram, muitos desvalidos optaram por ficar no Piauí, alguns reconstruíram suas vidas aqui.[367]

[366] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n°834, de 19 de novembro de 1878, enviado pelo presidente da província, Sancho de Barros Pimentel as diversas comissões de socorros do Piauí. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.

[367] No último capítulo da tese de Márcio Douglas de Carvalho e Silva, o autor apresenta informações relevantes sobre a vida dos migrantes no pós seca, de como estes indivíduos reconstruíram suas vidas se cansando e dedicando-se a diversas atividades. Para mais informações ver: SILVA, 2023.

Acreditamos que a notícia da cessação dos auxílios públicos tenha gerado preocupação entre a pobreza desvalida, pois apesar de não receberem grande quantidade de cereais, tinham a esperança de que ao retornar ao local da distribuição seriam socorridos. Durante os três anos de seca as petições de auxílios foram constantes e, em 1879 não foi diferente, pois o estado ao tomar iniciativas para sanar as necessidades mais urgentes da população, ou seja, alimentação, roupas, remédios, não pensou em medidas efetivas que garantissem a sobrevivência destas pessoas pós-seca.

Com a extinção dos Núcleos Coloniais, o presidente provincial Dr. Belfort Vieira criou o Hospital Morro de Santo Antônio, local que deveria acolher os migrantes enfermos, porém, esta medida foi duramente crítica pelo jornal *A Época* por considerarem que as despesas dos cofres públicos aumentariam, criticavam a localização do hospital, entre outros fatores.

Além disso, somente deveriam receber auxílios do governo os migrantes que estivessem trabalhando em alguma obra pública ou aos indigentes que tivessem roças nos núcleos, os demais tiveram de procurar outra forma de subsistência. Além disso, é provável que os migrantes que estiveram empenhados no serviço da lavoura tenham feito algum acordo com os proprietários para trabalharem nas roças.

O trabalho nas obras públicas após o fim da seca ocorreu somente em Teresina, na construção da Igreja de São Benedito sob administração de Frei Serafim. Entendemos a medida de somente distribuir socorros com os desvalidos que trabalhassem, como uma tentativa de controle dessas pessoas, certamente a elite estava temerosa de que sem os auxílios os migrantes cometessem crimes e revoltas.

Diante disso, notamos que faltou uma organização melhor por parte do governo para gerenciar o fim dos socorros. Ao nosso ver, as medidas adotadas foram falhas e não garantiram aos migrantes um recomeço favorável após o terrível flagelo da seca. As ações governamentais buscavam solucionar as dificuldades imediatas, ou seja, a fome, a nudez, a migração e doenças não eram ações pensadas a longo prazo, a prova disso é que com as notícias de chuvas o Ministério do Império suspendeu os socorros.

Além disso, notamos que a estratégia do governo de controlar e disciplinar a população pobre, continuou após a seca, pois somente teriam direito aos socorros as pessoas que estivessem empregados em obras públicas ou que tivessem roças nos Núcleos Coloniais, quem não se submetesse a essa exigência teria que buscar outro meio de sobrevivência até se estabelecer novamente.

Considerações Finais

Diante do exposto, percebemos que a seca de 1877-1879 transformou não somente a paisagem rural e urbana, mas a sociedade piauiense. A partir de então, a seca não simbolizou apenas o chão rachado, animais mortos, vegetação e rios secos, mas sobretudo, os problemas sociais que ela ocasionou como a fome, migração, mortes e miséria. E nesse cenário de calamidade pública que o governo toma para si a função de socorrer a população. Com a migração excessiva ao longo do tempo, não foi possível a caridade particular suprir as necessidades da pobreza, com isso o Estado que assume a função paternalista.

Notamos ainda que, a população pobre não foi apenas vítima da seca, mas também da presunção da elite política que buscou deprecia-los através de seus discursos. Além disso, as elites estiveram empenhadas em disciplinar os migrantes por meio do trabalho, para tanto, as ações da Comissão de Socorros foram essenciais para que este projeto se tornasse viável. A vista disso, abriram postos de trabalho em alguns pontos da Província e criaram os Núcleos Coloniais, o direcionamento era claro: dar uma ocupação para que aquelas pessoas não vivem no ócio e nos vícios, causando desordem ao mundo "civilizado" dos mais abastados. É importante ressaltar que, alguns migrantes não se deixaram dominar e resistiram a essas investidas mediante a recusa ao trabalho.

Diante das condições nada favoráveis de sobrevivência, os migrantes ainda tiveram de dividir os auxílios que lhes eram destinados com as elites piauienses, que obtiveram lucros com os auxílios. Nesse sentido, apresentamos trajetórias individuais de membros da elite política com a finalidade de mostrar os possíveis favorecimentos e lucros que estes sujeitos tiveram à custa dos sofrimentos dos retirantes.

Evidentemente, a pesquisa aqui apresentada não foi capaz de abarcar a seca no Piauí oitocentista e suas diversas nuances, porém, buscou apresentar aos leitores uma história da seca que mostrasse a segregação da população pobre e ao mesmo a exploração que sofreram durante esse período, assim como, destacar como e quem se beneficiou com os recursos da seca. A experiência dos migrantes que se organizaram para lutar contra a dominação da elite política utilizando diferentes estratégias de resistência, como a negação ao trabalho, fuga dos núcleos, caçar e pescar ao invés de pedir socorros ao governo que queria direciona-los ao trabalho. Nesse sentido, o trabalho pode contribuir para a construção do conhecimento histórico sobre a problemática discutida.

Referencias

Fontes

A ÉPOCA, Teresina, ano I, n°00004, p. 1, 1 de abril, 1878.

A ÉPOCA, Teresina, ano I, n°0004, p. 4, 27 de abril, 1878.

A ÉPOCA, Teresina, ano II, n°00067, p. 4, 12 de julho, 1879.

A IMPRENSA, ano 13, n° 534, p. 4, 14 de março, 1878.

A IMPRENSA, ano 13°, n°518, p. 4. 25 de setembro, 1877.

A IMPRENSA, ano 13°, n°518, p. 4. 25 de setembro, 1877.

A IMPRENSA, ano 14°, n° 594, p. 04. 20 de maio, 1879

A IMPRENSA, Teresina, ano 12, n°514, p. 6, 1 de agosto, 1877.

A IMPRENSA, Teresina, ano 12, n°527, p. 4, 17 de dezembro, 1877.

AO EXM. SR. DR. RODRIGUES DA SILVA. *A IMPRENSA*, n° 517, p. 02, ano XIII. 14 de setembro, 1877.

AO PUBLICO. *A ÉPOCA*. N° 68, p.03, ano II, 19 de julho de 1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Autorização à comissão de socorros de Teresina, para compra de tecidos ao negociante Ricardo José Ferreira, para serem enviados a vila de Jaicós, em 23 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros Públicos, janeiro a junho de 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Autorização à comissão de socorros de Teresina, para o envio cereais e objetos para trabalho ao capitão Felinto do Rego Monteiro, contratante do núcleo Harmonia, em 21 de janeiro de 1878. Comissão de Socorros Públicos, janeiro a junho de 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa da vila de Piripiri. Ofício sem numeração, de 28 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Piripiri 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa da vila Piripiri. Oficio sem numeração, de 18 de agosto de 1877, enviado pela comissão de socorros de Piripiri ao presidente da província Graciliano de Paula Batista. Comissão de Socorros de Piripiri 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Pedro II. Ofício sem numeração, de 5 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Pedro II 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Piracuruca. Ofício sem numeração, de 27 de julho de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Piracuruca 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numeração, de 4 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numeração, de 4 de julho de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem numera, de 10 de julho de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Caixa de Valença. Ofício sem, remetido pela comissão de socorros da vila de Valença ao presidente provincial, Sancho de Barros Pimentel, em 28 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Valença 1877-1879.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Comissão de Socorros de Teresina. Documento sem numeração.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Informe a Comissão de Socorros da capital. Documento sem numeração.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Palácio do Governo, 21 de abril de 1879. Ofício n° 61.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Documentação avulsa. Palácio do Governo, 19 de março de 1879. Ofício n°4.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Envio de uma ambulância de medicamentos a vila de União para o tratamento dos migrantes doentes, em 14 de abril de 1879. Comissão de Socorros Públicos, janeiro a junho de 1878. Localização: Cod. 576, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício enviado pelo capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, a Comissão de Socorros de Teresina, em 29 de julho de 1878. Ofício dos contratantes de núcleos. Localização: Cod. 585, Estn. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente provincial João Pedro Belfort Vieira, em 15 de maio de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Ofício sem numeração, enviado pela comissão de socorros de Teresina ao presidente provincial Mariano Lustosa do Amaral, em 7 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1877-1878. Localização: Cod. 593, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Aditamento ao contrato celebrado com o capitão Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco em 17 de outubro último. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Exposição feita pelo Exmo. Sr. Vice-presidente da Província do Piauhy, pela Comissão de Socorros de Teresina, em 14 de março de 1878. Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício dos contratantes de núcleos, Comissão de Socorros, 11 de abril de 1878. Localização: Cód. 585, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício enviado à Comissão de Socorros de Valença. Ofício n°525, de 21 de novembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício enviado à Comissão de Socorros de Valença. Ofício n°525, de 21 de novembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 237, de 31 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 425, de 24 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 130, de 12 de dezembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 733, de 18 de outubro de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de inspeção do núcleo Santo Antônio, sendo o contratante o capitão Lúcio Correia Lima, de 22 de agosto de 1878.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 575, de 4 de agosto de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 241, de 25 de setembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 346, de 15 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 346, de 15 de outubro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 141, de 7 de maio de 1879. Comissão de Socorros Públicos 1879. Localização: Cod. 579, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 158, de 16 de maio de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 878, de 8 de abril de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício n°364, de 18 de junho de 1879. Comissão de Socorros Públicos o Piauí, 1879. Localização: Cod. 579, Estn: 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Ofício n°286, de 22 de fevereiro de 1879. Comissão de Socorros Públicos o Piauí, 1879. Localização: Cod. 579, Estn: 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 133, de 12 de dezembro de 187. Ofícios da Comissão de Socorros Públicos 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 595, de 14 de setembro de 1878. Ofícios da presidência comissão de socorros 1878. Localização: Cod. 578, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 25, de 26 de dezembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n°834, de 19 de novembro de 1878, enviado pelo presidente da província, Sancho de Barros Pimentel as diversas comissões de socorros do Piauí. Comissão de Socorros Públicos do Piauí, julho-dezembro de 1878. Localização: Cod. 577, Estn. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício n° 250, de 26 de setembro de 1877. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1876-1877. Localização: Cod. 575, Est. 05, Prat. 02.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 8 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 8 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 1 de abril de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, de 16 de maio de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina. – Petições e Despesas, 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício S/N, solicitação de melhoramento de estrada feita pelo proprietário Francisco Antonio Saraiva a Comissão de Socorros da capital, de 7 de setembro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 587, Est. 05, Prat. 03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração enviado pelo presidente da província José Mariano Lustosa do Amaral a comissão de socorros de Teresina, em 6 de março de 1879. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração enviado pelo Barão de Campo Maior aos membros da comissão de socorros de Teresina, em 21 de setembro de 1878. Ofícios dos contratantes de núcleos 1878. Localização: Cod. 584, Estn. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Ofício sem numeração, enviado pelo contratante do núcleo Felicidade, Mariano Gil Castelo Branco ao presidente da província o Barão de Campo Maior, em 21 de dezembro de 1877. Documentação avulsa.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do Governo. Relação de ferramentas e mais utensílios que recebi para o cemitério em construção. Códice da Comissão de Socorros Públicos de Teresina 1878. Localização: Cod. 586, Est. 05, Prat. 03.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de inspeção do núcleo Felicidade do contratante Sr. Capitão Mariano Gil Castelo Branco, de 8 de agosto de 1878. Localização: Cód. 592, Est. 05. Prat.03

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo. Termo de contrato celebrado entre a comissão de socorros de Teresina e o capitão Miguel Borges de Sousa Leal Castelo Branco, para arrendamento do sítio Pirajá, em 17 de outubro de 1878. Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 1877-1879. Localização: Cod. 591, Prat. 05, Est. 03.

ASSALTO AOS VIVERES. A ÉPOCA, N° 42, ano II, Teresina, 18 de janeiro de 1879.

ATTENÇÃO. A ÉPOCA, n° 40, ano II, Teresina, 04 de janeiro de 1879.

CAMPO MAIOR (..). *A ÉPOCA.* N° 34, p.03, ano I, 23 de novembro de 1878.

CAMPO MAIOR (..). *A ÉPOCA.* N° 34, p.03, ano I, 23 de novembro de 1878.

Commissão de soccorros da União 15 de maio de 1879. A ÉPOCA, N°62, p.3, ano II, Teresina, 8 de junho de 1879.

COMO SE MORRE A FOME NA PARNAHYBA. *A ÉPOCA.* 21, p.03, ano I, 24 de agosto de 1878.

EMIGRANTES. *A IMPRENSA.* N° 546, p.04, ano XIII, 8 de junho de 878.

INCÊNDIO. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 15, n° 609. p.4. 17 de setembro de 1879.

INSTRUCÇÕES. *A IMPRENSA.* N° 518, P.04, 25 de setembro de 1877.

INSTRUCÇÕES. *A IMPRENSA.* N° 518, P.04, 25 de setembro de 1877.

JANTAR POLÍTICO. *A IMPRENSA,* n° 540, p.04, ano XIII, 28 de abril de 1878.

JANTAR POLÍTICO. *A IMPRENSA,* n° 540, p.04, ano XIII, 28 de abril de 1878.

MARIANO GIL. *A IMPRENSA*, n°586, p. 6, ano XIV, 23 de março, 1879.

NUPEM, Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Piauí, em sua sessão ordinária de 1 de junho de 1877, pelo excelentíssimo senhor Dr. Gracilliano de Paula Baptista, presidente da mesma província, Teresina; Typ. A rua bella, nº 45. 1878. p. 1.

NUPEM, Relatório com que o excelentíssimo senhor Dr. Gracilliano de Paula Baptista, passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo senhor Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, no dia 15 de agosto de 1877. Teresina; Typ. A rua bella, nº 45. 1878. p. 16-17.

NUPEM, Relatório com que o excelentíssimo senhor José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo senhor presidente Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Teresina; Typ. A rua da Palma, nº 1. 1879. p. 6.

NUPEM, Relatório com que o excelentíssimo senhor José Mariano Lustosa do Amaral, passou a administração da província do Piauí, ao excelentíssimo senhor presidente Dr. Firmino de Souza Martins, no dia 18 de março de 1879. Teresina; Typ. A rua da Palma, nº 1. 1879. p. 6.

O ANNO DE 1878. *A ÉPOCA.* N° 40, p. 01, ano II, 4 de janeiro de 1879.

O ANNO DE 1878. *A ÉPOCA.* N° 40, p. 01, ano II, 4 de janeiro de 1879.

O EUGULO DA MEDIDA. *A ÉPOCA.* N°73, p.01, ano II, 23 de agosto de 1879.

O SR. RAIMUNDO TOBIAS. *A IMPRENSA.* N° 603, p.2-3, ano XV, 26 de julho de 1879.

OEIRAS (...) *A IMPRENSA*, n°559, p. 03, ano XIII, 25 de setembro de 1878.

OEIRAS. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 13, n° 516. p. 4. 31 de agosto de 1877.

OS EMIGARNTES E A SECA. *A ÉPOCA.* N° 04, p.01, ano I, 27 de abril de 1878.

OS LIBERAIS SE DIVERTEM. *A ÉPOCA.* N° 30, p.01, ano I, 27 de outubro de 1878.

OS MIGRANTES NA PARNAHYBA. *A ÉPOCA.* N°26, p.3, ano I, 28 de setembro de 1878.

OS NÚCLEOS. *A ÉPOCA.* N° 21, p.04, ano I, 24 de agosto de 1878.

PARTE OFICIAL. *A IMPRENSA.* N° 598, p.01, ano XIV, 11 de junho de 1879.

PARTE OFICIAL. *A IMPRENSA.* N° 600, p. 01, ano XIV, 5 de julho de 1879.

Peripery 10 de Settembro de 1877. A IMPRENSA, N° 518, ano XIII, Teresina, 25 de setembro de 1877.

PIRACURUCA. *A IMPRENSA*, n° 526, p. 03, ano XIII, 10 de dezembro de 1877.

PIRACURUCA. *A IMPRENSA*, n° 526, p. 03, ano XIII, 10 de dezembro de 1877.

PIRACURUCA. *A IMPRENSA*, n° 532, p. 02, ano XIII, 13 de fevereiro de 1878.

PIRACURUCA. A IMPRENSA, Teresina, ano 12, n°507, p. 2, 3 de maio 1877.

Posturas de Jaicós. In.: Código das Leis Piauienses, 1875. Tomo 33. Parte 1-2. Secção 1. Theresina: [?]. Códice: PI 348.812 2 C 669 Ex. 1, p. 26.

Príncipe Imperial 2 de Março de 1877. A IMPRENSA, n° 504, ano XII, p. 2, Teresina, 21 de abril de 1877.

PRÍNCIPE IMPERIAL. A IMPRENSA, N°508, p.3, ano XII, Teresina 9 de junho de 1877.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sancho Barros Pimentel, passou a administração da Província do Piauí ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, no dia 13 de dezembro de 1878. Teresina, Typographia da Imprensa, 1879, p. 11

SECA HORRÍVEL EM JAICÓS. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 13, n°524, 4. 19 de novembro de 1877.

SECA. **A IMPRENSA.** Teresina, ano 13, n°547, p. 1. 15 de junho de 1878.

UM NOVO CORRELIGIONARIO. *A IMPRENSA*, p. 04, ano XIII, 28 de fevereiro de 1878.

VENDA DE UM SÍTIO. *A Imprensa.* n°521, p. 04, ano XIII, 21 de out. 1877.

VÍVERES DO GOVERNO. *A ÉPOCA.* N° 66, p.04, ano II, 5 de julho de 1879.

VÍVERES DO GOVERNO. *A ÉPOCA.* N° 66, p.04, ano II, 5 de julho de 1879.

Bibliografia

_____ Raros e rotos, restos, rastos e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. In:_____ **O tecelão dos tempos**: novos ensaios sobre história. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. In:_____ **O tecelão dos tempos**: novos ensaios sobre história.

ARAÚJO, Johny Santana. O estabelecimento de colônias agrícolas civis e militares na província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1865-1888). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. p. 57-77.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de**. Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivencia em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí**. Teresina: UFPI/Academia Piauiense de Letras, 1991.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica.** Petrópoles, RJ: Vozes, 2023.

BORGES, Cássio de Sousa. **"Para bem cumprir" a lei das terras**: o processo de regularização fundiária no centro-sul da Província do Piauí (1850-1860). Dissertação (Mestrado em História) – PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

CABRAL, Ivana Campelo. **Sertanejos piauienses:** trabalhadores livres no Piauí rural escravista (1850-1888). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2013.

CARDOSO, **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação (Mestrado em História). PPGHS – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro**. 11 ed. Teresina: Quixote, 2012.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O homem livre e pobre no Brasil oitocentista. In: OLIVEIRA, TB., org. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste:** análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2015, pp. 57-84.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculoru**m: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo.** Tradução: Fátima Murad. Edusp: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GONÇALVES, Kércia Andressa Vitoriano. **Degredados da seca:** políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação (Mestrado). PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, In, **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p.538

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** 2° ed. 2° reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado":** terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Tese (Doutorado em História). CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, - 2016.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NUNES, Odilon. ***Pesquisas para a História do Piauí*.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1950.

ORLANDI, Eni P. **Analise de discurso:** princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Amanda Chaves da. **MIGUEL BORGES: A atuação de um homem de letras no Piauí oitocentista.** Dissertação (Mestrado em História) – PPGHB/Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

SANTANA, R. N. Monteiro de. **Evolução Histórica da Economia Piauiense**. 2° edição; ed. Academia Piauiense de Letras – convênio com o Banco do Nordeste: Tresina, 2001.

São Paulo: Intermeios, 2019.

SECRETO, María Verónica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado**. História, Ciências, Saúd**e – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.33-51.

SILVA, Kátia de Araújo. **Práticas e discursos:** a representação da seca no Piauí na narrativa do periódico "A Imprensa" (1877-1879). 2022. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2022.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879. **REVISTA DE ESTUDOS DE CULTURA** | São Cristóvão (SE) | v. 10 | n. 24 | Jan. Jun./2024 | p. 67-78

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. Abastecimento e alimentação no Piauí na seca de 1877-1879. **REVISTA DE ESTUDOS DE CULTURA** | São Cristóvão (SE) | v. 10 | n. 24 | Jan. Jun./2024 | p. 67-78.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Tese (Doutorado em História). PPHIST/Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n.52, p.178-219, Jan-Abr. 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.